

RECENSÕES

Baños Baños, José Miguel (Coord.), *Sintaxis del latín clásico*, Madrid, Liceus E-Excelence, 2009, 838 pp. ISBN 978-84-9822-844-1

Esta obra resulta da coordenação bem sucedida de uma equipa de trabalho reunida desde 1991, cujo valor assenta na experiência de docência universitária e na investigação dos seus membros. A equipa, coordenada por José Miguel Baños Baños prof. Catedrático de Filologia Latina da Universidade Complutense, integra Olga Alvarez Huerta, da Universidade de Oviedo, Concepción Cabrillana Leal, da Universidade de Santiago de Compostela, Antonio López Fonseca e Cristina Martín Puente, da Universidade Complutense de Madrid, Agustín Ramos Guerreira, da Universidade de Salamanca, M. Esperanza Torrego Salcedo e Jesus de la Villa Pólo da Universidade Autónoma de Madrid.

Cada capítulo abre com uma sinopse do respectivo conteúdo e, para além do tratamento de cada tema da sintaxe latina com a profundidade, clareza e exaustividade necessárias (sem que por isso corra perigo um espírito de síntese respeitado com disciplina), cada capítulo oferece ainda a respectiva bibliografia actualizada. Particularmente interessante parece o primeiro capítulo (“Conteúdo da sintaxe latina. Evolução e métodos de análise”) que no seu ponto 5 apresenta as principais teorias linguísticas e o seu contributo para o estudo da sintaxe latina, ponto em que os autores contemplam a Gramática Tradicional, a Gramática Comparada e a Gramática Histórica, o Estruturalismo, o Generativismo, o Funcionalismo, a Gramática Cognitiva e a Tipologia Linguística.

Outro capítulo de interesse peculiar é o último, assinado pelo coordenador da obra e por Concepción Cabrillana Leal, dedicado à ordem das palavras no Latim. Trata-se de um capítulo inovador pelo destaque que dedica a esta matéria, comentando as diferentes perspectivas de análise da ordem das palavras e dando atenção também (embora se trate de uma *Sintaxis do Latín Clásico*) às diferenças diacrónicas.

Em todos os capítulos a análise de cada tema, de cada construção, aparece suportada com exemplos adequados, devidamente contextualizados e traduzidos para facilitar a sua compreensão.

Vocacionada fundamentalmente para um público universitário, esta obra vem colmatar (nas palavras do próprio coordenador) a ausência de um manual universitário de sintaxe latina actualizado, em espanhol, passados mais de 30 anos sobre a publicação dos dois volumes da *Introducción a la Sintaxis Estructural* de Lisardo Rubio, em 1966 e 1976. Instrumento de trabalho de grande qualidade científica e utilidade para o ensino do latim a um nível universitário em Espanha, esta obra pode ainda oferecer ao mundo académico nacional um excelente contributo para o estudo do Latim, numa língua de fácil acesso ao público universitário dos nossos dias.

CARLOTA MIRANDA URBANO

CADAFAZ DE MATOS, Emanuel, *A cidade de Silves num Itinerário Naval do Século XII por um Cruzado Anónimo*, Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição - Câmara Municipal de Silves, Lisboa, 1999, xxx páginas, ilustrado, ISBN 972-9366-15-2.

Interessante e simultaneamente agradável é a leitura do relato *De itinere navalis, de eventibus, de que rebus a peregrinis Hierosolymam petentibus MCLXXXIX fortiter gestis narratio*, obra de um cruzado anónimo do final do século XII que, com aparente simplicidade, fornece inúmeros elementos para a análise da chegada dos exércitos cristãos da III Cruzada à cidade de Silves, na época o maior centro urbano do Algarve.

A publicação na qual constam os dados a que nos referimos é a de Emanuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, editada em Lisboa em 1999. Esta obra parte do fac-símile da edição coordenada pelo historiador algarvio João Baptista da Silva Lopes, por iniciativa da Academia das Ciências de Lisboa, em 1844, que, à semelhança de numerosos antecessores, utiliza a dita obra medieval para o estudo das várias facetas ligadas quer à vida quotidiana, quer a alguns dos momentos decisivos de uma cruzada, obra esta já publicada em 1840, em Turim, por Costâncio Gazzera.

O contributo a destacar nesta crónica prende-se com a sua enorme relevância para a história do Algarve medieval, para além do facto de ter

sido um trabalho precursor das investigações sobre os acontecimentos desta região, espaço de instável fronteira entre muçulmanos e cristãos, com relevante presença judia, posto avançado do Mediterrâneo para quem vinha do Norte da Europa, à semelhança do generoso cruzado anónimo autor do relato. A transição da Europa atlântica para um mundo de forte influência mediterrânica está bem patente ao longo do texto, causando alguma perturbação no cronista.

É fácil relacionar os dados expostos nas doze folhas em 8º, que tantas são as do pergaminho original, do qual infelizmente se desconhece as características precisas (tirando a caligrafia que o editor português dos finais do séc. XIX divulga numa pequena amostra do fólio 3 do manuscrito original) com os pormenores salientados nas fontes dos geógrafos árabes coevos. Contudo, as informações do cruzado relacionam-se, em exclusivo, com os acontecimentos da venturosa expedição de apoio a Dom Sancho I, ao conjugar típicas referências do culto dos Santos com elementos de peregrinação e indicações quase técnicas sobre navegação: esta transcorre a saída da frota do porto do rio Escalda, que cruza o norte de França e Bélgica, refere as alterações sofridas pela frota, inicialmente constituída por onze naus, antes de entrar no Mediterrâneo, depois de tocar o porto de Lisboa, cumpre com a “libertação” de Silves, alcançada através do Arade navegável e, por último, trata do percurso final até à cidade de Jerusalém.

A análise de Manuel Cadafaz de Matos acompanha portanto as ditas páginas, levantando questões relativas à qualidade e quantidade da armada. Onze eram as naus no porto de partida, transportando um contingente militar constituído por flamengos e germânicos, como é o caso do cruzado anónimo, enfrentando os imprevistos acidentes da navegação sofridos ou as paragens obrigatórias, como aquela efectuada no porto de Sandwich, no sul da Inglaterra. Esta longa permanência, cerca de vinte e três dias, e a sucessiva perda de duas naus antes de se juntarem às forças navais inglesas do monarca Henrique II o Plantageneta, somam-se ao esforço feito para enfrentar as difíceis condições de navegação existentes até às costas da Bretanha francesa, naquela região insular que se localizaria, de acordo com as estimativas de João Baptista da Silva Lopes, nas imediações de Quiberon e Vannes. Após oito dias de permanência nesta ilha, atravessam o Golfo da Gasconha, param com fins logísticos em Gijón, Santo Salvador (Oviedo) e no porto de Noya, de onde os cruzados se dirigem inevitavelmente até Santiago de Compostela, para prestar o devido culto ao Santo, como qualquer peregrino cristão da época. É neste ambiente de devoção militante que se situa o episódio anterior da

participação dos cruzados na construção da igreja de S. Vicente de Fora e o túmulo do cavaleiro germânico, por ordem de D. Afonso Henriques. No porto do Tejo a frota foi reforçada com vinte e quatro naus, atingindo assim o número de trinta e seis naus grandes, juntando-se a elas o reforço marítimo galego, velejando devagar até ao estuário localizado em frente a Portimão, enquanto parte do contingente, por razões estratégicas, se deslocaria por terra sob o comando do Conde D. Mendo de Sousa, observando uma manobra várias vezes utilizada em campanhas militares ao longo do litoral português.

Todos estes elementos retratam um verdadeiro teatro de guerra. A 6 de Agosto, dá-se a primeira tentativa de efectuar uma brecha no muro da fortaleza da cidade de Silves por parte de “nós os teutónicos”, como é referido pelo autor nórdico. O cerco e a água salobra matam os cidadãos sem quaisquer distinções, levantando, ao autor, dúvidas morais sobre a conduta do exército, que intervém com violência após a vitória sobre a defesa muçulmana. Rosa Varela Gomes confirmará, após extensas investigações arqueológicas, a construção da cisterna que serviria para evitar a ocorrência de uma contingência análoga. A cidade rende-se ao vitorioso Dom Sancho I no dia 3 de Setembro de 1189, não antes de um longo período de negociações, segundo relato de Ibn Abd Al-Mumin Al- Himiari. A nova situação não iria ser duradoura. Silves, muito afastada do território cristão, é logo reconquistada em 1191 pelas forças muçulmanas.

A análise de Manuel Cafadaz de Matos focaliza-se, por último, na vertente simbólica e ideológica dos acontecimentos. Os cruzados rezam, lutam com fé e pela religião, e marcham, ao que parece, como um corpo compacto, embora nele se destaquem algumas individualidades sequiosas de riquezas e movidas principalmente pelo interesse económico. Não causa admiração, portanto, a destruição dos lugares de culto do inimigo, a bárbara e aparentemente inevitável violência contra os vencidos, própria das leis da guerra da época, contrastante com a nomeação de novas autoridades cristãs, que quase sempre coincidem com festividades religiosas propícias à continuação da luta pela libertação da Península Ibérica e dos Lugares Santos, como é o caso do bispo de Silves, designado no dia 7 de Setembro, véspera da Natividade de Nossa Senhora. É evidente que este facto pode ser interpretado como símbolo e confirmação eclesiástica dos esforços terrestres e marítimos, antes de a força naval continuar viagem passando o rio Guadiana, Sevilha, o Estreito de Gibraltar e a costa de Valência, até Marselha, reunindo-se aí às forças do célebre Ricardo Coração de Leão, integrando a III Cruzada com o apoio de Frederico Barba Roxa.

A frota desce a costa tirrénica cristã então defendida pelas potências navais de Génova e Pisa, prosseguindo ao largo – a distância prudente - da linha costeira siciliana e da normanda Palermo, palco de vários anos de lutas intestinas pelo poder antes da chegada de Frederico II; o corpo cruzado assim constituído aproxima-se da Grécia e da Ilha de Creta e dirige-se até ao porto de São João de Acre. Continuará então, a partir daqui, por via terrestre. Esta mistura de povos, culturas de diferentes origens geográficas constituem elementos de uma primeira e um tanto insólita abordagem ao mundo moderno, com correspondência encontrada entre diferentes cultos e ideais, à legitimação de vontades individuais por vezes exacerbadamente materialistas. Uma militância do bem terreno por meio da razão espiritual, como é afirmado pela humilde voz de um teutónico cruzado anónimo, reflecte a visão própria de um homem culto dos finais do século XII.

Embora não constituindo uma novidade, esta reedição não deixa de contribuir para um melhor conhecimento da história medieval portuguesa e europeia, realçando a importância da passagem das frotas cruzadas na consolidação da monarquia portuguesa, colocando à disposição dos investigadores ou simples curiosos do passado um texto nem sempre fácil de consultar.

ALESSIA AMATO (Doutoranda da Universidade de Coimbra)

CASTRO, Inês de Ornellas e Anastácio, Vanda (coords), *Revisitar os saberes. Referências clássicas na cultura portuguesa do Renascimento à Época Moderna*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2010.

Seguindo uma louvável tendência que se vem acentuando na investigação humanística, o Centro de Estudos Clássicos (sediado na Faculdade de Letras de Lisboa) promoveu um Encontro multidisciplinar sobre a presença dos saberes da Antiguidade no pensamento e nas práticas culturais e científicas. Do referido Encontro (que teve lugar em Junho de 2009) resultou agora um conjunto seleccionado de estudos que acaba de vir a público, sob a égide daquela Unidade de Investigação. Na sua amplitude temática, os 16 ensaios que integram o livro oferecem ao leitor um conspecto bem ilustrativo da vitalidade de que a cultura clássica desfrutou entre nós ao longo dos séculos XVI e XVII, congregando uma multiplicidade de saberes que, como bem sabemos, nos nossos dias, não costumam figurar em regime de parceria.

1. Como seria de esperar, não falta matéria susceptível de captar o interesse do leitor mais inclinado aos assuntos humanistas. Não falta, desde logo, uma reflexão sobre o papel unificador do Latim. Que a língua do Lácio foi, durante séculos, língua base da cultura europeia, não há a menor dúvida; mas também é certo que o Latim foi a língua franca da ciência moderna. Ora, partindo desta última asserção, Raquel Balola prova que ela está na base de uma circunstância decisiva para a constituição do pensamento e das práticas científicas modernas: foi graças a essa língua franca que os cientistas dos séculos XVII e XVIII puderam constituir entre si uma rede sequenciada de conhecimento, envolvendo a criação de palavras para exprimir novos conceitos e novas realidades com a certeza de que seriam compreendidos, sem ambiguidades, ou erros de interpretação. Ao mesmo tempo que o Latim constituía língua de cultura e de ciência, os primeiros gramáticos e dicionaristas do vernáculo esforçavam-se por dotar as línguas românicas de um léxico próprio, que permitisse a sua aplicação ao mundo prático, seja na Agronomia ou nas ciências médico-botânicas. É esse o sentido do estudo de Ana María Tarrio, em torno da tradução de um tratado sobre a vida rústica (*De Re Rustica*, de Lúcio Júnio Columela), empreendida pelo humanista aveirense Fernando Oliveira, com propósitos práticos bem vinculados, que se reflectem na fuga aos cultismos e na opção por vocábulos que se revelassem mais familiares aos leitores.

No plano propriamente literário, o estudo assinado por Isabel Almeida traz à colacção o caso do Padre António Vieira para sublinhar o alcance fundante de uma opção: de facto, embora tivesse beneficiado do contacto com cenários naturais diversificados, Vieira escolhe a Biblioteca (clássica e teológica) como fonte inspiradora, em detrimento da Natureza; no mesmo sentido, Pedro Braga Falcão demonstra, com clareza, a utilização, para fins cómicos, do texto clássico (em particular da quarta *Geórgica*, de Vergílio) nas *Variedades de Proteu*, de António José da Silva. Ainda no âmbito da cultura humanística situam-se os textos escritos por Arnaldo Espírito Santo, que, anunciando a publicação do *De Re Aedificatoria*, de Leon Battista Alberti, esclarece o conceito de concinidade (“concininitas”), destacando a sua aplicação aos domínios da Arte e da Filosofia; Lopes de Andrade, partindo dos comentários de Amato Lusitano a Dioscórides traz ao leitor aspectos desconhecidos da vida de cristão-novo daquele médico português e da sua pertença a um Humanismo cosmopolita, que é simultaneamente filológico e científico; Luís M. G. Cerqueira ocupa-se da figura do fauno, sublinhando a sua genealogia clássica e acompanhando as suas metamorfoses no domínio da literatura, da emblemática e da música.

Já o leitor directamente interessado na história do pensamento científico sentir-se-á mais atraído por estudos como aquele que percorre a presença (associada) de Hipócrates e Galeno na literatura médico-farmacêutica portuguesa dos séculos XVII e XVIII (José Pedro Sousa Dias) ou o texto de Samuel Gessner, centrado no problema délico e a forma diferenciada como foi tratado na Geometria tradicional e na Matemática prática, designadamente através de um manuscrito de um jesuíta inglês (Inácio Statford), que ensinou na Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, entre 1630 e 1636. Também Bernardo Machado Mota, ocupando-se da naturalística da lua nos séculos XVI e XVII, coloca em relevo a importância dos matemáticos estrangeiros que passaram pelo Colégio de Santo Antão.

2. A iniciativa do Centro de Estudos Clássicos que deu corpo a este livro não visa, porém, um público convencionalmente compartimentado e, nessa medida, pode considerar-se que uma boa percentagem dos ensaios coligidos se destina indiferenciadamente aos leitores que desejam quebrar esse tipo de confinamento. Percorrendo este volume, será sempre com proveito e, em muitos casos, com surpresa que esse leitor mais curioso se abeira não apenas dos textos já citados (qualquer deles escrito em termos de notável clareza) mas ainda de muitos outros: refiro, a título de exemplo, os que são assinados por António Groen Duarte, que revela e traduz um muito interessante texto médico do século XVI, Armando Senra Martins, que se ocupa da concepção de ciência na obra de António de Castel-Branco, jesuíta que leccionou na Universidade de Évora entre 1585 e 1588, Maria José Mendes e Sousa, que, reportando-se à edição portuguesa de 1762, acompanha a “pervivência dos Aforismos de Hipócrates” no ensino e na prática da medicina, acentuando a forte ponderação semiológica que deles deriva. Particularmente elucidativo do cruzamento de saberes e competências que à época se verificava é o estudo de Vanda Anastácio e Inês de Ornellas e Castro, em torno do *Banquete de Apolo*, um “papel da Restauração”, que, na sua surpreendente “interdisciplinaridade”, diz respeito, em simultâneo, à história da literatura e da retórica, à história da medicina e à farmacologia. O exemplo mais perfeito desta intersecção será porém, em meu juízo, o estudo de Segurado e Campos sobre a ética senequiana, provando que, para além da Literatura e da Filosofia, o seu rasto atravessa o pensamento científico moderno e continua ajustado ao nosso tempo. Essa verificação leva inclusivamente o autor a concluir o seu texto com a formulação de algumas questões, de clara actualidade, sobre o “avanço” ilimitado do conhecimento científico.

3. Quem ler continuamente os estudos que integram este volume (do qual consta ainda, a finalizar, um texto de Aires A. Nascimento, que serviu de apresentação à 2ª edição da tradução e comentário do *Antiquitatibus Lusitaniae*, de André de Resende, da autoria de Raul Rosado Fernandes), tem, desde logo, a garantia de muito lucrar, em termos de conhecimento novo. Mas as potencialidades do livro não se esgotam na informação que contém. Mais ainda do que o contributo específico trazido por cada um dos colaboradores, o que ressalta na presente obra é, de facto, a convergência inabitual de um conjunto de saberes, agora reaproximados em torno do substrato clássico. É provável que dessa reaproximação possa resultar, num primeiro momento, alguma sensação de estranheza ou mesmo uma ou outra dificuldade de leitura; vencida aquela sensação e estas dificuldades, fica-nos, contudo, a ideia de um eficaz reordenamento, do qual, afinal, em tempos de excessiva fragmentação e dissídio disciplinar, todos andamos muito necessitados.

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES

CATALDO PARÍSIO SÍCULO, *Epístolas. I Parte*. Fixação do texto latino, tradução, prefácio e notas de Américo da Costa Ramalho e de Augusta Fernanda Oliveira e Silva. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, 699 pp. [ISBN: 978-972-27-1785-4].

Com esta obra fecha-se a publicação integral das *Epístolas* de Cataldo Parísio Sículo, que tinha sido iniciada em 2005, quando veio a lume o segundo volume, da mão dos mesmos autores. O desejo de não repetir informações já dadas no segundo volume (primeiro na cronologia da edição moderna) explica certas omissões que podem causar estranheza ao leitor que começar a ler o primeiro tomo antes do segundo, como são as indicações sobre o texto que se está a editar, a biografia do humanista e as explicações sobre a inversão da ordem de publicação. Com efeito, no segundo volume os autores já tinham explicado o motivo que os levou a começar por aí, ou seja, o facto de a segunda parte integrar a maioria das cartas dirigidas a portugueses. O leitor interessado nesta excelente obra deve, pois, iniciar preferencialmente a sua consulta após a leitura do prefácio e da introdução do segundo volume.

O Prof. Américo da Costa Ramalho tem publicado uma extensa e importante obra de investigação sobre o humanista siciliano, tendo

demonstrado que este desempenhou um papel fulcral na introdução e desenvolvimento do humanismo em Portugal. É também responsável pela tradução ou revisão de muitas obras de Cataldo, de que destacamos, por exemplo, o poema épico *Arcitinge*. Esta edição e tradução das epístolas do humanista italiano deve ser saudada como um ponto culminante desta linha de investigação desenvolvida pelo investigador da Universidade de Coimbra.

A introdução deste primeiro volume é necessariamente breve, pelas razões explicadas anteriormente. A importância da obra está centrada na edição e tradução do texto latino das cartas de Cataldo, que serão decerto uma ferramenta valiosíssima para historiadores e estudiosos da cultura no humanismo português. Já em 1998 o Prof. Costa Ramalho tinha publicado uma edição fac-similada das *Epistolae et Orationes* de Cataldo, de enorme utilidade, porquanto pôs ao dispor dos investigadores textos de muito difícil acesso e de grande importância para a cultura portuguesa do Renascimento. Esta edição fac-similada foi também incluída nesta nova edição, mas com a fixação do texto latino com grafia moderna ultrapassam-se, ainda, as dificuldades de leitura que colocava um incunábulo, com abreviaturas e pontuação a que nem todos os leitores estarão habituados.

Mas é de supor que a parte que mais contribui para a acessibilidade do texto seja a tradução para português. Esta é cuidada e de extrema correcção. Os autores realizam uma tradução bastante rigorosa do texto latino, o que ajuda a compreender bem não só o conteúdo das cartas como também o estilo do humanista. Os estudiosos com conhecimento da língua latina agradecerão esta tradução fiel, que lhes permitirá acompanhar com facilidade o próprio texto latino. É verdade, no entanto, que outros leitores teriam preferido, quiçá, uma tradução menos exacta e de maior beleza literária, mas traduzir significa escolher, e cabe ao tradutor seleccionar, de entre as possibilidades que se lhe oferecem, aquela que mais se ajusta às necessidades dos leitores potenciais.

Esta brilhante tradução vem, por outro lado, acompanhada de três utilíssimos índices (onomástico, toponímico e geral) que facilitam a consulta das cartas, numeradas pelos autores, e de interessantes notas de rodapé que ajudam a contextualizar o conteúdo das epístolas no seu ambiente histórico.

É com grande satisfação, portanto, que saudamos a publicação desta obra, que será a partir de agora de consulta obrigatória para os estudiosos do humanismo em Portugal.

CARLOS DE MIGUEL MORA

CÍCERO, *Tratado da República*. Tradução do Latim, introdução e notas de Francisco de Oliveira. Lisboa, Círculo de Leitores — Temas e Debates, 2008, 319 pp.; ISBN 978-989-644-011-4.

Todas as obras de Marco Túlio Cícero são importantes para a cultura ocidental. Mas o *Tratado da República* assume especial relevo como repositório dos conceitos políticos greco-latinos. A bibliografia clássica portuguesa foi apresentada em 2008 pela tradução da obra pelo Professor Doutor Francisco de Oliveira, da Universidade de Coimbra. Como se não bastasse a exactidão da tradução, o Doutor Francisco de Oliveira inicia a obra com utilíssimos capítulos de introdução. Entre esses capítulos, destaco os seguintes. No nº 7.1, intitulado *A Coisa Pública*, desenvolve a definição de conceitos (*res publica*, *ciuitas*, *populus*, *status*, *institutio*, *constitutio*). Segue-se o nº 7.2, onde se definem as formas de constituição (monarquia e tirania, aristocracia e oligarquia, democracia e oclocracia) e ainda a constituição mista.

No nº 7.3 (*Cidadania e liderança política*) definem-se vários cargos de dirigentes políticos: *conseruator*, *dispensator*, *gubernator*, *moderator*, *princeps*, *procurator*, *rector*, *tutor*, *uillicus*. Na pág. 50 começa a elucidar as Notas à Introdução (expressões empregadas para classificar os homens políticos, a caracterização de várias personagens romanas, impressões sobre as circunstâncias e processos de construção da obra). Fala da importância da obra de Cícero e da sua repercussão na obra de escritores cristãos, como Santo Agostinho e outros. E, como se todos estes esclarecimentos não bastassem, segue-se, nas pp. 57 a 66, a enumeração dos parágrafos, da estrutura e conteúdo da obra.

Após a tradução (pp. 67 a 243), seguem-se as notas. Não falta uma copiosa bibliografia (cerca de trezentos títulos), em várias línguas (alemão, espanhol, francês, inglês, italiano, português) e dois índices (de termos literários e de assuntos e de nomes próprios).

Creio que esta enumeração será suficiente para dar uma ideia do vasto, elucidativo e precioso trabalho do Professor Catedrático de Coimbra, que li com muito gosto e proveito.

MARIA HELENA DE TEVES COSTA UREÑA PRIETO
(Prof. Catedrática Jubilada da Faculdade de Letras de Lisboa)

Código Pedagógico dos Jesuítas. Ratio Studiorum da Companhia de Jesus [1599]. Regime Escolar e Curriculum de Estudos. Prefácio de Pe. Luiz Fernando Klein, S.J.; nota prévia, introdução, versão portuguesa e notas de Margarida Miranda; *Ratio Studiorum: um modelo pedagógico* de José Manuel Martins Lopes, S.J.; posfácio de Norberto Dallabrida. Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2009, 290 pp. ISBN 978-989-8025-89-0

A obra em epígrafe constitui um texto matricial da acção pedagógica instituída pelos Jesuítas a partir da rede alargada de Colégios da Companhia de Jesus que, não obstante ter tido a sua origem no continente europeu, atingiu em poucas décadas uma escala verdadeiramente global, estendendo-se à América, Ásia e África. A *Ratio Studiorum* dos Jesuítas, cuja publicação em letra de forma data de 1599, representa o coração de um modelo pedagógico de enorme sucesso, cujas raízes mais profundas assentam no Humanismo.

Esta obra conta com um prefácio de Pe. Luiz Fernando Klein, S.J. (pp. 15-16) e um posfácio da autoria de Norberto Dallabrida, sob o título «A *Ratio Studiorum* e a Modernidade Pedagógica no Mundo Católico» (pp. 287-290). Além disso, convém sublinhar a publicação de dois estudos introdutórios de inegável qualidade que proporcionam ao leitor deste livro uma visão esclarecida e actualizada sobre a *Ratio Studiorum* da Companhia de Jesus. Em primeiro lugar, da autoria de Margarida Miranda, encontramos o estudo intitulado «*Ratio Studiorum: uma Nova Hierarquia de Saberes*» (pp. 17-36), ao qual se segue, da autoria de José Manuel Martins Lopes, S.J., um outro trabalho subordinado ao título «*Ratio Studiorum: Um Modelo Pedagógico*» (pp. 37-51). A leitura de ambos os estudos revela-se fundamental para uma compreensão das inúmeras questões suscitadas pelo texto que definia o regime escolar e o *curriculum* de estudos dos Colégios da Companhia de Jesus, seja na definição e compreensão do contexto que está na génese desta obra, seja na reflexão esclarecida sobre o que realmente significou, no passado, a *Ratio Studiorum* dos Jesuítas, sem descurar, evidentemente, o contributo valioso que, no presente, a sua leitura pode continuar a dar a múltiplas áreas de saber.

A parte central do volume contém a edição moderna da *Ratio Studiorum* (com base na edição crítica de Ladilaus Lukács, S.J.), acompanhada de uma excelente versão portuguesa a cargo de Margarida Miranda. O cotejo entre o original latino e a versão portuguesa da *Ratio Studiorum* encontra-se bastante facilitado pela apresentação, lado a lado, de ambos os textos. Deve notar-se, também, a existência de inúmeras notas à tradução que se revelam

bastante proveitosas, porquanto ajudam o leitor a superar as dificuldades naturais de interpretação e contextualização de uma obra que nos remete para um tempo, uma prática e uma realidade muito distinta daquela que prevalece nos nossos dias. Merece, ainda, uma referência positiva, pela sua enorme utilidade, a completa e actualizada bibliografia disponível na parte final do livro (pp. 269-285).

É, pois, com bastante agrado que saudamos a publicação do *Código Pedagógico dos Jesuítas*, uma obra que representa um modelo de formação integral, no qual foram formadas, ao longo de vários séculos, sucessivas gerações de indivíduos, tanto leigos como religiosos, a quem devemos a transmissão de um valioso legado cultural e civilizacional.

ANTÓNIO ANDRADE

DE BERTI, Raffaele, GAGETTI, Elisabetta e SLAVAZZI, Fabrizio (coords.), *Fellini-Satyricon: l'immaginario dell'antico*. Cisalpino, Istituto Editorial Universitario – Monduzzi Editoriale, S.r.l., 2009, 585 pp. ISBN 978-88-6521-017-8

O diálogo entre as letras clássicas e a literatura e cultura contemporâneas tem sido objecto, nos últimos anos, de múltiplos debates, aturadas reflexões, repetidos estudos e, não raro, acesa controvérsia. Trata-se, sem dúvida, de assunto de justificada complexidade, onde não é fácil encontrar unanimidade nem coincidência de pontos de vista e de metodologias. Se, por um lado, continua a haver quem prefira utilizar como perspectiva a “crítica de fontes”, na busca de similitude de passos, de expressões, de fragmentos, não falta, por outro lado, quem se limite à busca de influências, entendidas estas de uma forma genérica, sem um nível de concretização que a crítica de fontes, por via de regra, requer. Em um e outro caso, parece insistente a procura de resposta a perguntas do tipo teria X lido Y? A ambas as opções parece contrapor-se, desde que a estética da recepção apontou novas matrizes de análise, uma outra: temas e expressões das literaturas clássicas fazem parte, por assim dizer, da cultura que herdámos, que nos chegou com o correr dos séculos, filtrada por um sem-número de leituras, de estudos, de obras, onde se vão replicando sucessivamente, até se lhes perder a origem e, portanto, a dimensão autoral e a identidade primeira. Mas nem por isso essa origem deixa de existir e, portanto, de justificar estudo e atenção. Aquela que pode

designar-se, de um modo simplista, por “influência indirecta” não deixa, de facto, de ser influência, o que vale por dizer que é o garante da perenidade ou da fortuna da criação, ou, por outra, da ocorrência primeira.

A este diálogo, já de si complexo, pode juntar-se um outro: o diálogo entre as várias artes. De que modo se interseccionam entre si? Até que ponto uma determinada arte se replica na outra? Quais as relações de intertextualidade que entre si mantêm, na especificidade de cada uma delas? O estudo dessa relação dialógica é sobremaneira recorrente quando estão em causa duas artes que não menos recorrentemente se cruzam: o cinema e a literatura. Por maioria de razão se justifica a reflexão e o debate, quando está em causa uma obra cinematográfica (e, portanto, uma manifestação artística contemporânea) e uma obra literária; ou, tão simplesmente, uma obra cinematográfica e as culturas clássicas. É sabido, aliás, como a literatura e a cultura clássicas são fonte fecunda de inspiração para os realizadores cinematográficos.

É exactamente neste âmbito que se insere a obra *Fellini-Satyricon* – *L'immaginario dell'antico*, que leva, por subtítulo, a sua explicação detalhada: *Scene di Roma antica. L'antichità interpretata dalle arti contemporanee*. Trata-se de uma publicação que visa trazer a lume os debates realizados numa “Jornada de Estudos”, ocorrida na Universidade de Milão, em Março de 2007, a propósito do notável filme de Federico Fellini.

A principal riqueza da obra (e da jornada que lhe está subjacente) reside na enorme pluralidade de ângulos de visão adoptados, a comprovar que os diálogos de que acima se fala, ou seja, entre a cultura contemporânea e as culturas clássicas e entre o cinema e a literatura e outras artes são refractários a uma análise monolítica, monodisciplinar e, portanto, redutora, antes requerem o contributo de domínios variados da ciência e da estética. Disso nos fornece este *Fellini-Satyricon* abundantes exemplos.

Como tal, de resto, o apresenta Gianfranco Angelucci, numa espécie de síntese inicial que tem por título “*Fellini-Satyricon* a Milano”. Ao contextualizar o filme nos anos sessenta, época dos “hippies”, os “filhos das flores”, está a apontar, de alguma forma, as linhas-mestras que orientam muitos dos trabalhos agora dados à estampa. Baseado no seu conhecimento pessoal do realizador, com quem mantinha uma relação de amizade, Angelucci dá testemunho dos passos por ele seguidos, da estratégia que concebeu, do modo polémico e desafiante como a foi concretizando. Ficamos a saber que o filme é “a viagem pela morte” que ele não conseguiu concretizar com um anterior projecto, o *Mastorna*; e que, com o *Satyricon*, logrou superar a morte, traduzindo-a em vida.

Nicola Pace, um conhecedor da literatura latina, fala de uma lente dupla ou, antes, recíproca: “La doppia lente: Petronio attraverso Fellini overo Fellini attraverso Petronio”. Do que fala, no fim de contas, é do diálogo constante entre Fellini e o seu consultor, como hoje se diz, Luca Canali, professor de Literatura Latina que acompanhou todo o percurso de realização do filme. Aí se vê como o realizador italiano via o mundo romano e lia Petrónio através de um filtro – o filtro dos seus próprios sonhos e das suas próprias ideias.

O mesmo Nicola Pace reproduz, em discurso directo, a ilustrar quanto antes dissera, um diálogo que manteve com o próprio Luca Canali: “Colloquio con Luca Canali su *Fellini-Satyricon*”. Dele obtém um testemunho claro: Fellini ouvia o que lhe era dito pelo especialista em Literatura Latina; e, além disso, lera muito, antes de dar início à concretização do projecto: monografias históricas, obras de referência. Curioso, senhor de uma complexidade fascinante (próximo de Eumolpo, segundo Canali), recusou partir com ligeireza para aquela que viria a ser a obra da sua vida.

“L’immagine dell’antico nel *Fellini-Satyricon*” é o título do contributo de Fabrizio Slavazzi. É, acima de tudo, uma apreciação dos elementos vários de que é feita a película: o muro; as termas; o lupanar; a pinacoteca; a casa de Trimalquião; o triunfo do Imperador; a “Villa dei suicidi”; o Hermafrodita; o labirinto; o Jardim das Delícias. Na sua esmagadora maioria e salvo raras excepções são cenários que se afastam substancialmente de qualquer modelo concreto, antes cruzam espaços conhecidos e desvendados pela Arqueologia com a imaginação do cineasta, não raro influenciado, segundo Slavazzi, pela obra de André Malraux.

Emilio Sala escreve sobre “Qualcosa di arcaico e di modernissimo al tempo stesso”. O objectivo, agora, é o estudo da banda sonora do filme. Define o mundo de Fellini como “um mundo estranho”, onde se cruzam os discos da *Colecção Unesco* com *A musical anthology of the Orient*, que o realizador terá compulsado meticulosamente. Daí que o fio condutor da banda sonora tenha um traço fortemente “errático”, onde é visível a presença do compositor turco Mimaroglu, a dar-lhe uma nota de originalidade e exotismo que é, afinal, uma das suas marcas dominantes.

De música, em boa parte, fala também Marco Del Santo: “Tra i nostri mari e i nostri alberi vaghiamo, immersi nella miseria: Il *Preludio* a un viaggio nella «sconosciutezza»”. Aqui voltamos a encontrar Ilhan Mimaroglu, decididamente uma presença regular nos sons do *Satyricon*.

Discorre sobre a linguagem Andrea Scala, em “Diverse lingue, orribili favelle? In margine al multilinguismo del *Fellini-Satyricon*”. Estuda o italiano do filme, nas suas variedades regionais, o latim, “duro como pedra”, circunstância reforçada pelo recurso à pronúncia restaurada, o grego (com um pouco de turco), quase todo ele tomado da lírica grega, sobretudo de Píndaro, a par de outras línguas.

“«... Vitrea fracta et somniorum interpretamenta?»: *Fellini-Satyricon* e l’arte contemporanea, tra originario, fantascienza e beat” é o título do texto de Giorgio Zanchetti. É um título que fala por si. Segundo o autor, o olhar sobre a Antiguidade teria sido filtrado pela cultura “hippy” e psicadélica. Os exemplos, suportados em múltiplas imagens, são abundantes e, valha a verdade, convincentes, assim demonstrando o modo como, neste diálogo entre artes e culturas, o realizador fez conviver as reminiscências do mundo romano, que lhe serviram de motivo inspirador, e a sua própria visão de um outro mundo, seu contemporâneo, no qual forjou a sua personalidade.

No mesmo sentido aponta Elisabetta Galletti, em “La percezione dell’antico: I Romani di *Fellini-Satyricon* tra Musei Capitolini e «Harper’s Bazaar»”. É um título expressivo, uma vez mais, num trabalho que, assente, de novo, em profusão de gravuras e reproduções fotográficas, deixa claro que a arte que no filme encontra expressão combina, à uma, o antigo, o contemporâneo e o étnico, por forma a evitar “uma reconstrução demasiado erudita da Antiguidade”.

Um tanto à margem deste diálogo com o mundo clássico é o contributo de Raffaele De Berti, intitulado “Riflessi di *Fellini-Satyricon* nella stampa periodica illustrata contemporanea”, que analisa o modo como a imprensa, em especial a italiana, foi acompanhando a produção do filme e como recebeu, depois, o resultado final.

Elisabetta Galletti apresenta, depois, um estudo comparado sobre as duas obras em diálogo: “*Satyricon* di Petronio e *Fellini-Satyricon* – una comparazione”; e fornece-nos vários quadros sinópticos onde são cotejados ambos os textos.

Por último, Giuseppe Bartesaghi apresenta um breve estudo (ou, por outra, breve, mas apoiado num longuíssimo apêndice documental), sobre “*Fellini-Satyricon*, la sceneggiatura audiovisiva”, trabalho, uma vez mais, um tanto à margem do diálogo entre culturas e artes e que compara, em vastíssimo quadro sinóptico, as cenas do filme, localizadas no tempo narrativo, as suas imagens, os diálogos e, por fim, os trechos musicais respectivos.

No estudo dos diálogos a que, no início, se fez referência, entre a arte contemporânea e a literatura e cultura clássicas e entre a arte, neste caso cinematográfica, e a literatura, este livro é um precioso instrumento de trabalho. Tanto mais que tem por base uma das obras-primas da cinematografia e um dos seus nomes de referência.

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

DEMÓSTENES, *Discursos ante la Asamblea*, Edición de Felipe G. Hernández Muñoz, Akal/Clásica, 2008, ISBN 978-84-460-1807-0

Com provas dadas no estudo da oratória grega, particularmente Demóstenes, Felipe Hernández Muñoz apresenta-nos uma boa tradução de 13 discursos demosténicos.

A Introdução aparece dividida em 8 partes. Na primeira, intitulada “Demóstenes: perfis biográficos e históricos”, o autor começa por situar Demóstenes no contexto social da época: apresenta nomes de outros oradores, filósofos, narra episódios precedentes na história de Atenas. Em grande parte do restante texto que conclui este primeiro subcapítulo, o professor da Complutense de Madrid dá-nos boas referências biográficas da vida de Demóstenes: desde os primeiros passos em *Contra Áfobo* (discurso privado), passando pelos discursos políticos diante dos tribunais até aos discursos mais contundentes de luta contra Filipe. Depois de ser proposto para uma coroação pública, que levou o seu rival, Ésquines, a acusar o processo de ilegalidades, vê-se envolvido num caso de suborno, caso pelo qual é julgado. Escapa a exílios e condenações em Atenas, acabando por vir a morrer mais tarde.

Em “Los Discursos ante la Asamblea”, parte 2, Muñoz categoriza 3 tipos de discursos de Demóstenes: *demegorias* (políticos), *demósioi* (judiciais de assunto público) e *idiotikoí* (privados). O autor tem em conta que é difícil identificar quais os discursos autênticos de Demóstenes e qual a sua cronologia, mas serve-se da crítica filológica para explicar a sua análise, formulando um breve contexto histórico sobre cada discurso.

Em “Pensamento y estilo”, parte 3, em traços gerais, o autor apresenta uma resenha da actuação de Demóstenes perante a ameaça macedónica – lutar para que Atenas seja, juntamente com as outras cidades, um lugar de liberdade, “cooperação e amizade”. É influenciado e comparado a Platão,

Tucídides, Hipócrates e Péricles – Platão pelos pressupostos ideológicos da polis, propostos na *República*; Tucídides não só pela linguagem, como também pelo exemplo que passa sobre o poder imperialista na sua *Guerra do Peloponeso*; Hipócrates por poder “curar” das enfermidades da polis; e Péricles, pelo próprio Demóstenes a ele se assemelhar – um líder. Quanto ao estilo, o autor elenca numerosíssimas figuras retóricas sublinhando a mestria de Demóstenes na utilização da língua grega.

Em “Utopía y realidad en el pensamiento político de Demóstenes”, parte 4, vemos que a realidade em Demóstenes é o ser “defensor convencido de la polis griega”; utopia é saber as políticas expansionistas e imperialistas de Filipe. No entanto, muito bem observado por Felipe Muñoz, as situações invertem-se e a expansão do filho do Macedónio é uma realidade, enquanto que os esforços de Demóstenes pela sobrevivência livre da Grécia parecem uma utopia.

Antes mesmo de discutir o assunto da parte 5, “Pervivencia. Demóstenes en España”, Felipe Muñoz descreve brevemente a influência de Demóstenes nos séculos seguintes. A partir da sua morte, passando pela época áurea de Alexandria quando os seus textos são recuperados, até ao século XX, Demóstenes é um símbolo da luta pela liberdade. A sua figura e textos são aproveitados para qualquer tipo de luta, cuja manipulação é também uma realidade. Sobre a presença de Demóstenes em Espanha, a primeira publicação data de 1759, tendo o autor cuidado de perguntar-se a razão. Avança, contudo, a explicação onomástica: o rei Macedónio, Filipe, usa do mesmo nome de 5 reis espanhóis. É só a partir de 1606, com Pedro de Valência, que é publicada a primeira tradução manuscrita conservada em espanhol. Muñoz continua a sua exposição fazendo referência a várias traduções, hoje perdidas, que acompanharam o devir e a história de Espanha, afirmando que o estudo dos textos demosténicos tem os seus “altibajos”.

Em “La trasmisión del texto. Los manuscritos españoles. Nuestra traducción”, parte 6, Felipe Hernández Muñoz discute o conteúdo dos manuscritos dos textos de Demóstenes. Acrescenta ainda que se serve da edição de Dilts (Oxford, 2002⁴⁸) para a presente tradução, embora, em nota, explique quando dela se aparta. Por fim, tece considerações finais sobre a sua própria tradução e investigação.

As partes 7 e 8 são dois conjuntos de bibliografia: o primeiro é a bibliografia citada completa, e o segundo, muito útil, é a bibliografia específica de cada texto.

No segundo capítulo, estão reunidas as traduções, que se mantêm bastante fiéis ao texto grego, de leitura muito acessível. Apenas se aponta uma imperfeição no capítulo dos textos. Ao cimo, as páginas pares apresentam o título do livro e as ímpares o nome do capítulo geral: sugeria-se que fosse apresentado, numa das páginas, o nome do discurso para que, numa consulta, se possa identificar rapidamente qual é.

ELISABETE SANTOS

EURÍPIDES. *Tragedias I*. Introdução geral de Maria de Fátima Sousa e Silva.

Introdução, tradução do grego e notas de Carmen Leal Soares, Nuno Simões Rodrigues, Maria Helena da Rocha Pereira e Cláudia Raquel Cravo da Silva. Biblioteca de Autores Clássicos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2009, 363 pp.

La Biblioteca de Autores Clásicos de la Facultad de Letras de la Universidad de Coimbra ha emprendido la importante tarea editorial de ofrecer traducciones al portugués actualizadas y filológicamente irreprochables de la tragedia clásica. El primer volumen recoge cuatro de las más significativas obras de Eurípides, y pone al alcance de un amplio público de lengua portuguesa una versión que, sin renunciar a la precisión del texto original, recupera los valores poéticos de una obra que mantiene vigentes sus notas distintivas. Este primer tomo incluye el *Cíclope*, *Alcestitis*, *Medea* y *Heraclidas*. La introducción general del volumen está a cargo de Maria de Fátima Sousa e Silva (Universidade de Coimbra) y la traducción, así como la introducción particular a cada tragedia y las notas, corresponden, respectivamente, a Carmen Leal Soares (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), Nuno Simões Rodrigues (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa), Maria Helena da Rocha Pereira (Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) y Cláudia Raquel Cravo da Silva (Instituto de Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra). El emprendimiento merece un amplio elogio por el rigor con que ha sido volcado el original griego al portugués, por las notas abundantes y eruditas, por la introducción general (que plantea un adecuado panorama de la carrera teatral de Eurípides) así como por las introducciones a cada tragedia, precisas y atinadas, con bibliografías actualizadas y significativas.

La introducción general al volumen fue realizada por la Prof. Maria de Fátima Sousa e Silva, catedrática en la Facultad de Letras de la Universidad de Coimbra, quien tiene una muy larga producción en estudios literarios vinculados con las lenguas y literaturas clásicas, especialmente en teatro e historiografía griegas. Se trata de una eficiente traductora, una escrupulosa estudiosa del teatro clásico y una filóloga actualizada y comprometida con las investigaciones más acuciantes y modernas sobre el mundo antiguo. Su introducción general (pp. 7-22) lleva como subtítulo “Um poeta chamado Eurípides”, y muestra ya desde este enunciado las intenciones de la autora: espigar en la vida del autor y sus intereses intelectuales; sin embargo, presta especial atención a las cuestiones vinculadas con un dramaturgo que es al mismo tiempo un poeta muy hábil en el uso de la lengua y un creador responsable de un espectáculo teatral de primera calidad. En este sentido, la autora pasa rápida revista a las cuestiones más debatidas acerca de la obra del trágico: la cuestión del mito heroico y de las intervenciones divinas (con su función reguladora), que ya no son más un factor de justicia y equilibrio en el mundo, sino que dejan lugar a la fuerza del azar y el destino; la guerra que, como telón de fondo de la experiencia humana, adquiere particulares contornos en la discusión ética y la conformación de la figura de un líder; la dimensión que lo femenino adquirió en su teatro, con la multiplicidad de heroínas que hicieron del poeta, en las versiones cómicas, un enemigo de las mujeres. Sin embargo, la autora destaca adecuadamente el papel que las mujeres jugaron en la obra del poeta, que las presenta como paradigmas de sufrimiento y dolorosa bravura, a través de la difícil conformación en medio de la ruina social que las afecta. En conjunto, la obra del poeta, dividida entre sus grandes tragedias y sus obras novelescas, muestra el modo en que la sofística ha determinado una preocupación por el sentido de lo humano y por la forma en que cada individuo se relaciona con lo colectivo, expresado en el individualismo de sus personajes, que producen en su teatro un redimensionamiento de las intervenciones del coro. De esta manera, la autora aúna en una visión de conjunto todas las cuestiones que se debaten acerca de Eurípides, ofreciendo una síntesis profunda y documentada, y rescatando con minuciosa erudición y sentido poético la actualidad de un autor que todavía suscita nuestra admiración.

La Introducción al *Cíclope* de Carmen Leal Soares (pp. 27-63) resulta la más extensa y, tal vez, la más importante del volumen, al abordar con detalle un género y una obra muy poco tratados por la crítica. La primera parte se dedica a la cuestión general del drama satírico, con un análisis

del itinerario del género. Según la autora, se revela entonces una creciente pérdida de interés de los agentes del espectáculo (poetas y público) por la especificidad del contenido del género y su ligazón formal estrecha con la tragedia. El carácter ritual de sus representaciones, su ubicación en las diversas fiestas cívicas, su origen y la posterior vinculación con la hilaridad y los elementos obscenos son analizados con precisión. Finalmente, la autora concluye que el género representa el mundo de la tragedia invertido, o una réplica en miniatura de la propia tragedia: un espacio de ficción en el que se infringen todas las instituciones y reglas que pautan la vida civilizada.

A continuación, la autora se dedica al *Cíclope* eurípideo de manera más específica. Discute primeramente la cuestión de su datación, con las tesis de madurez (en el año 408, haciendo parte de la tetralogía de *Orestes*) o su vinculación con una parodia de *Hécuba*, lo que haría retroceder su fecha hasta el 430 a. C. No toma partido por ninguna de las opciones. A continuación, la autora realiza un análisis preciso de las cuestiones vinculadas con la obra: los aspectos argumentales de la historia mítica, con sus precedentes literarios; la caracterización de los personajes y el mensaje del texto. El análisis de la comicidad del lenguaje y de la comicidad de la situación constituye tal vez la aportación más valiosa a la comprensión de la obra. Finalmente, la autora concluye con dos aspectos muy interesantes acerca del mensaje del texto: la obra constituye un espacio para celebrar al dios patrono del teatro y, a un tiempo, introduce una dimensión cívica, al mostrar que la justicia de los dioses –que condena las ofensas hechas a las normas sociales de la convivencia interpersonal, la hospitalidad y la súplica- se cumple de manera inexorable.

La Introducción a *Alceste* de Nuno Simões Rodrigues (pp. 113-138) ubica la tragedia en el marco de la tetralogía de la que formaba parte, y señala el hecho de que la obra ocupara el lugar habitualmente reservado a un drama satírico. Acepta sin objeciones su carácter trágico, y concluye que no hay vinculación posible entre las obras presentadas en conjunto. Analiza en primer lugar los precedentes míticos de la historia, y señala que la obra se basaba en un mito cíclico de la vegetación, la muerte y la resurrección; vincula estos mitos con el sacrificio por amor y el combate con la muerte. A continuación, señala que la exégesis de la pieza gira en torno de tres temas fundamentales: sus elementos mitológico-legendarios, sus elementos trágicos y los cómicos. En el decurso de la tragedia, estos elementos se superponen e interactúan; sin embargo, la exégesis necesita finalmente de la consideración del carácter de Admeto, el más complejo de los caracteres dramáticos. El cinismo de sus lamentos por la muerte de su mujer -cuando

él mismo podría haber evitado esta muerte rechazando el don de Apolo- se superpone con su natural hospitalidad, que lo impulsa a recibir en su casa a Heracles, a pesar de las circunstancias por las que atraviesa. La paradoja de sus emociones nos enfrenta con el conflicto entre *philia* y *xenia*, que constituye gran parte del dilema trágico del personaje. Eurípides, entonces, se habría preocupado en conferir al personaje verosimilitud argumentativa más que en seguir la evolución lógica de su psicología. La clave para la comprensión de la tragedia, en la que la amistad vence a la muerte y la virtud es un camino para la bendición, reside en otros aspectos.

De igual modo, el autor pasa revista a la conformación de los restantes personajes: Alcestis, Heracles, Feres, los siervos de la casa e incluso dedica una palabra para el hijo de Admeto y Alcestis. Lo más significativo, tal vez, sea la comparación entre la obra de Eurípides y la perdida tragedia de Frínico, quien habría llevado por primera vez a Alcestis sobre el escenario. Finalmente, la consideración del final feliz de la obra constituye el último paso del análisis de Nuno Simões Rodrigues: después de haber experimentado la dolorosa emoción de la pérdida, Admeto alcanza la mayor de las felicidades cuando recupera desde el universo de lo irrecuperable a aquella a quien más ama. La liberación de Alcestis produce la catarsis y proporciona el reencuentro – así como eleva la felicidad- y el auto reconocimiento de Admeto en su relación con los valores esenciales de la existencia.

La Introducción a *Medea* de Maria Helena da Rocha Pereira (pp. 205-226) comienza con la discusión acerca de la datación de la tragedia, en el 431 a. C., y su consideración como una obra de la madurez del poeta. A continuación, la autora rastrea los precedentes literarios del tema, en el marco del mito de los argonautas, y señala que el mito de Medea se cristaliza literariamente en la forma que Eurípides le dio a la historia. Luego de resumir la marcha de la obra, la autora se detiene en el análisis de las figuras trágicas. La personalidad de Medea domina, indiscutiblemente, toda la pieza, y en este sentido adquiere especial relevancia su examen de la conformación del personaje: un temperamento impetuoso, un ser de razón y observación que manifiesta desde el comienzo su calculadora frialdad; sin embargo, también desde el principio Medea manifiesta un sentimiento maternal que hace aflorar lágrimas a sus ojos. El contraste de su personalidad constituye entonces el motor de la tragedia. La esencia del drama radicaré justamente en las dudas lacerantes de su espíritu entre la atracción que ejerce sobre ella el deseo de venganza sobre un esposo infiel y la autoflagelación que resultará del sacrificio de sus hijos.

El resto de los personajes merece también un tratamiento particular. Jasón es caracterizado como un acabado ejemplo de egoísmo, que falla en una de las obligaciones más sagradas para los griegos: la lealtad a los juramentos. Su carácter cínico y calculador se ve contrastado con el disgusto que le provoca la pérdida irreparable de sus hijos y con la desesperación que siente al verse totalmente privado de descendencia. Las diversas figuras menores de la tragedia son tratadas por el autor con el cuidado habitual: la nodriza, Egeo y Creonte, los mensajeros, los hijos y las mujeres del coro. Finalmente, se analiza la cuestión del *deus ex machina*, siguiendo el criterio de que en esta aparición del carro de Helios está excluida cualquier apreciación que pudiera tener que ver con un juicio ético; se concluye que la escena forma parte de la estructura de la pieza, en función de posibilitar la confrontación final de Medea con Jasón.

La Introducción a *Medea* finaliza con el análisis del tema de la tragedia, definida primeramente como una pieza de venganza; sin embargo, la autora señala que la obra alcanza nuevos contornos al destacar el valor de los juramentos y de la hospitalidad, así como la valoración de las obligaciones que ese vínculo comporta; el feminismo que destacan algunos autores se enfatiza en la corriente exegética que pretende ver en la protagonista los trazos característicos del espíritu heroico; finalmente, la obra también subraya la antinomia entre griego y bárbaro, con la afirmación de que un bárbaro podría superar a un griego así como un esclavo podría superar a un hombre libre; cuando en el éxodo el personaje regresa al plano mítico, la propia Medea se convierte en personificación de la venganza: en una diosa, aunque tan impasible y lejana como los otros dioses. De este modo, *Medea* se convierte en una de las tragedias que más debates sigue suscitando entre los lectores modernos.

La Introducción a *Heraclidas* de Cláudia Raquel Cravo da Silva (pp. 295-303) comienza con la discusión sobre la controvertida datación de la tragedia, y concluye que su representación debe haberse producido alrededor del año 430 a. C. La tragedia desarrolla el mito del infortunio de los hijos de Heracles después de la muerte del héroe; son perseguidos por el odio de Euristeo –rey de Argos– y encuentran protección por parte de Demofonte, soberano de Atenas. La autora analiza adecuadamente la estructura de la tragedia en torno al tema de la súplica, con los elementos que lo conforman: el grupo de suplicantes, sus perseguidores y los anfitriones que le prestan auxilio; pasa rápida revista a cada una de las escenas y cantos del coro, aunque no discute algunas de las cuestiones vinculadas con el texto, como

la controvertida escena de Macaria, cuya pertenencia eurípidea ha sido puesta en duda por algunos críticos.

Finalmente, la autora concluye con el análisis de *Heraclidas* como ejemplo de tragedia política –junto con *Suplicantes*. Señala las dos tendencias actuales de la crítica: quienes entienden la pieza como un elogio de la gloriosa Atenas y que, por consiguiente, no encuentran explicación para la escena final, en la que Alcmena traiciona la hospitalidad de Atenas y ordena asesinar a Euristeo aún a costa de sus predicciones; por otro lado, quienes rechazan una interpretación tan lineal e intentan dar un sentido lógico al desconcertante y pesimista éxodo de la obra. La autora realiza una adecuada síntesis al proponer que el objetivo último de Eurípides habría sido colocar a los atenienses en frente de dos imágenes antagónicas de su ciudad, procurando concientizarlos sobre la crisis de valores en que se encontraban: la Atenas defensora de los derechos de los más débiles, y la ciudad cuyo comportamiento al final de la pieza no tiene nada de heroico y, por el contrario, determina la derrota del *nomos*. El carácter político de esta reflexión a la que obligaría a sus espectadores justifica la construcción de una estructura basada en dos cuadros bien diferentes, aún en contra del modo de composición preconizado por Aristóteles.

La minuciosa bibliografía que acompaña cada una de las introducciones constituye un nuevo testimonio de la actualidad y pertinencia de los estudios sometidos a consideración. El conjunto de las traducciones (ajustadas y elegantes) y sus notas, pertinentes y siempre aclaratorias, permite confirmar nuevamente que la propuesta editorial configura una imprescindible puerta de entrada al complejo universo de la tragedia de Eurípides: no sólo para los lectores de lengua portuguesa, sino también para todos los interesados en la obra del trágico.

JUAN TOBÍAS NÁPOLI

FEDELI, Paolo, *Properzio, Elegie libro II. Introduzione, testo e commento*. Cambridge, Francis Cairns, 2005. 1070 pp. 1070. ISBN: 0 905205 42 1.

Esta publicação, que, segundo o próprio autor confessa no prefácio, se trata de uma cedência aos *haud mollia iussa* de Francis Cairns, divide-se essencialmente em Bibliografia, Introdução, Comentários às elegias e Índices.

A bibliografia começa por elencar as edições críticas e comentários citados, que cobrem um vasto período, desde a Edição de Beroaldo (Bolonha, 1486/87) até à de Goold (Cambridge/Mass., 1990), incluindo comentários

(Florença, 1980; Bari 1985) e uma edição de texto (Estugarda, 1984) de P. Fedeli. Depois dos subsídios, onde se incluem léxicos e uma concordância, figura uma vasta lista de obras citadas, de entre as quais o próprio autor salienta o débito a Housman, a Heyworth, a Butrica, a Good, a Murgia. Outros nomes se destacam, como Alfonsi, Boucher, Burck, Cairns, Hendry, Lyne, Nethercut, Sackleton Bailey, Traenkle, Williams, Yardley...

Na introdução, depois de aludir aos elementos que devem preceder um comentário, o autor alude às referências cronológicas da obra que nos permitem delimitar a data da sua produção (entre 28 e 26 a.C.). Entra-se, depois, na já longa e controversa discussão sobre a organização da obra de Propércio. Apesar de se dizer claramente favorável à hipótese de Lachman (1816), que dividia o *corpus* em 5 livros, de modo que o II resultaria da confluência de dois livros separados, Fedeli segue a ordenação tradicional, para evitar lançar a confusão nos leitores. Procura, no entanto, pesar os argumentos de uns e de outros de modo a deixar claro o seu ponto de vista. Nota o autor que, por comparação com os outros livros da mesma obra e com livros de outros autores da época, o livro II se apresenta demasiado longo para ser um só e demasiado breve para ser a mera soma de dois. Além disso, se, em 2.13.25, o poeta sugere que tem três livros para oferecer a Perséfone, quando morrer, tal poderá querer dizer que esta elegia pertence ao livro III, como intuiu Lachman. Os partidários da divisão tradicional, reposta por Baerhns e Palmer (1880), sustentam que, no contexto, o número três não tem sentido preciso, mas simbólico de perfeição (p.21-23); mas, recentemente, Heiden (1982) observou que tal significado não se aplica habitualmente a livros e afins. Fedeli contesta, pois, a ideia de Williams (1968) de que os livros I-III teriam sido publicados em conjunto, assinalando as diferenças existentes entre os dois livros e o facto de no segundo se aludir já ao sucesso do primeiro (2.24.1-2 e 2.3.3-4). Contra a teoria unitária do livro II, aceita que uma divisão (entre IIA e IIB) deveria ocorrer entre 2.3 (onde se menciona a existência de um primeiro) e 2.13 (em que se mencionam três), pelo que, dada a desproporção das partes, a primeira terá chegado bastante mutilada até nós, como sustentara Lachman (23-24). E, contra a suposta harmonia do arranjo arquitectónico do livro, proposta por defensores da teoria unitária, salienta o aspecto subjectivo das tentativas de reconstrução e os desacordos existentes entre os críticos que, só por si, desacreditam a solidez do edifício. Nesta discussão, as citações elencadas dos gramáticos antigos não parecem ajudar muito, uma vez que se reportam muitas vezes a livros que circulavam separados ou pertenciam a uma

tradição antiga diversa, incluindo versos de Propércio que desconhecemos actualmente. Uma citação do livro III por parte de Nónio, que fortalecia a teoria unitária, parece cair por terra, quando se verifica que um melhor e mais antigo manuscrito daquele autor apresentava IIII e não III (pp. 24-27). Entrando na difícil discussão sobre o ponto de charneira entre os dois livros, Fedeli considera mais convincente a posição dos que consideram o carme 2.11 como o fecho de IIA e 2.12 como o carme programático de IIB, que incluiu as composições 12-34 (pp. 27-30). Dada a desproporção no número de versos entre IIA e IIB, e analisadas as várias tentativas de solução, o autor manifesta a suspeita de que não terá apenas ocorrido uma perda em IIA, que favoreceu a fusão com IIB, mas também uma tentativa de reorganização de um livro que se apresentava fragmentário. Mas Fedeli, com esta notável mostra de erudição, patenteia sobretudo uma humildade que é exemplo para todos os filólogos, ao reconhecer que não há certezas absolutas e que um estudioso tem de voltar continuamente sobre os próprios passos, revendo amiúde as suas posições (pp.30-35).

Seguem-se os comentários passo a passo de cada uma das elegias, a parte naturalmente mais substancial deste generoso volume. Entre cada composição e o respectivo comentário são fornecidas as indicações bibliográficas específicas, úteis, sem dúvida, para estudantes e investigadores. Os problemas de organização, já referidos na introdução, acarretam tomadas de posição casuísticas, devidamente fundamentadas nos comentários. No que respeita à elegia 2.3 (p. 151-152), retoma a ideia, já sugerida na introdução (pp. 33-34), de que os versos 45-54, associados por alguns autores a 2.4, fariam parte de uma elegia individuada, apresentada como 3b. E, de modo semelhante, divide a elegia 2.9 em 9a e 9b, rejeitando, neste caso, a opinião de Lachman, que sugere a queda de alguns versos, para seguir a hipótese de Wakker (1770), para quem os últimos quatro versos desta composição pertenceriam a outra elegia, lacuna que poderia mesmo envolver um número indeterminado de composições. Também adopta a divisão em dois carmes da elegia 2.13, proposta por Broukhusius, contrariando a visão unitária da crítica moderna (p. 360); e apresenta uma divisão quadripartida para 2.18. Os últimos oito versos da elegia 22, em que se verifica uma notória mudança de interlocutor, constituiriam parte de uma mais vasta elegia (como sugere o *aut* que introduz o v. 42, certamente em correlação com outro *aut* perdido), pelo que são individuados em 22b. Semelhantes conclusões sustentam a separação, em 24b, dos versos 11 a 16 desta elegia. Quanto aos versos 17-52 (designados por 24c), distingue-os a incongruência em relação aos versos

precedentes nos manuscritos, como já propôs o editor W. Canter em 1564. Contra as tendências unitárias, Fedeli opta por uma tripartição de 2.26 e 2.33 (devido a mudanças no desenvolvimento do poema) e por fraccionar em *a* e *b* também 2.30. Mas, por outro lado, decide manter a unidade da elegia 2.34, posta em dúvida por diversos autores.

Na sequência do que se disse na introdução sobre o papel conclusivo de 2.11, que contribui para a teoria de que o II livro resulta da fusão de dois, destacam-se as semelhanças com os carmes conclusivos do primeiro e do terceiro livros (p. 334). E se 2.12 for, como pensa o autor, o poema de abertura do livro III original, é o retomar da poesia amorosa, que o poeta mostrara desejos de abandonar em 2.11.

O livro é encerrado com sete copiosos índices, bastante úteis para o leitor: 1) índice de nomes; 2) um mais genérico, intitulado de *cose notevoli*, que vai desde figuras mitológicas a conceitos, lugares e personagens ilustres; 3) um ocupado com questões de língua, estilo e técnica compositiva; 4) outro com prosódia, métrica, estrutura do dístico; 5) outro com poeta, poesia e poética; 6) e outro com topoi; 7) finalmente, vem um índice de passos citados. Seria discussão estéril elencar aqui as vantagens e desvantagens em fundir ou não alguns destes índices.

A erudição dos comentários, que se apresentam bastante exaustivos, a profundidade da fundamentação em autores antigos e modernos, a abundância do material bibliográfico aduzido, a riqueza dos índices remissivos fazem desta obra uma referência obrigatória para quem se dedique ao estudo daquele poeta elegíaco do tempo de Augusto. Se, da obra de Propércio, o livro II é o que mais dificuldades apresenta, encontrou, contudo, o comentador ideal. Na verdade, Paolo Fedeli, professor da Universidade de Bari, é um especialista em poesia latina da época de transição da República para o Império e, sobretudo, em Propércio. Sobre este autor conta já com comentários anteriores dos restantes livros (livros I, II e IV), referidos na bibliografia, e com a edição dos quatro livros de Propércio da Teubner (1984), considerada a melhor pelos especialistas.

JOSÉ LUÍS L. BRANDÃO

FEDELI, Paolo, *Q. Horatii Flacci Carmina liber IV*. Introduzione di Paolo Fedeli, commento di Paolo Fedeli e Irma Ciccarelli, Firenze, Felice le Monnier, 2008, 706 pp. ISBN 978-88-00-20802-4

O IV livro das *Odes* de Horácio tem sido, ao longo dos anos, fonte de aturadas reflexões e motivo de acentuada controvérsia. Nem surpreende que assim seja, atenta, por um lado, a sua complexidade e, por outro, a natureza do diálogo, nem sempre fácil, que mantém com a demais obra horaciana e, em especial, com os restantes três livros das *Odes*.

É sabido que os três primeiros constituem, em si mesmos, uma unidade, na sua arquitectura (é paradigmática, como a crítica sempre acentuou, a estreita relação entre 1.1 e 3.30), no tratamento dos temas, na relação com os destinatários, na concepção de poesia que deixam transparecer. Como é aceite, porventura sem excepção, que este IV livro é posterior aos três precedentes, em relação aos quais constitui, assim, uma espécie de “acrescento” ou “adenda” posterior e, de algum modo, fora de tempo. Esta sua natureza gera, obviamente, problemas de interpretação, reflexões sobre a coerência global das *Odes*, no seu conjunto, e indagações, sem dúvida pertinentes, sobre o lugar deste livro no contexto dos quatro livros das *Odes* e no contexto, também, do conjunto da produção poética de Horácio.

Paolo Fedeli, nesta sua edição do livro IV das *Odes* de Horácio, não enjeita cada um destes desafios, antes os assume por inteiro e a eles responde com notável e aguda capacidade interpretativa, assim nos trazendo, não apenas uma nova hermenêutica dos poemas que se propôs editar e comentar (sem deixar de nela integrar os contributos de quantos, antes dele, os indagaram), mas também uma nova luz sobre o conjunto da obra horaciana, nomeadamente os três livros que, no tempo e na colectânea, os precedem.

Esse é, de resto, o escopo da “Introdução”, com meia centena de páginas, de que faz preceder a edição.

Nesse texto introdutório, que combina, em síntese invulgar, o peso da erudição com inegável riqueza interpretativa (não raro semeada de novas e fecundas pistas de leitura), não se exime Fedeli a abordar as principais questões que a crítica tem suscitado em relação às *Odes* de que agora se ocupa.

Desde logo, a relação dialógica (e nem sempre pacífica) entre os livros I a III e este livro IV. Para tanto, socorre-se de outras perplexidades de que é fonte a obra do Venusino, quais sejam, por exemplo, a das relações entre o livro II das *Epistulae* e a *Ars poetica*. O que sobressai, afinal, é um Horácio

apostado, essencialmente, em ser poeta lírico; e esta é a nota dominante, de resto, em todo este longo trabalho do professor italiano, conhecedor, como poucos, da poesia do tempo de Augusto.

Assim nos revela um Horácio inconstante, de passo incerto, que busca, em meio de múltiplas hesitações, um refúgio na sabedoria, que consubstancia, como se fora uma obsessão ou uma profissão de fé, na composição de poemas líricos.

Problema de difícil solução será o da estrutura deste livro IV. Aborda-a Paolo Fedeli com a mesma argúcia e procura definir a relação entre as suas quinze odes, só aparentemente desconexas; entre elas, de facto, parece desenhar-se um diálogo subtil, responsável pela tessitura de todo o conjunto e, portanto, pela arquitectura (a que chama “desígnio estrutural”) que lhe está subjacente. O livro assenta na *uariatio*, uma das elementares regras da organização de qualquer colectânea poética. Tal *uariatio*, porém, não é sem lógica nem rumo. E é assim que, à medida que vai sopesando os argumentos de tantos outros estudiosos (Putnam, La Penna, Fraenkel, Kerkhecker e *tutti quanti*), conclui que tais interpretações enfermam do vício de substituir pela sua a lógica do poeta; ao invés, em sua opinião, o que mais se evidencia no livro IV é a organização em torno de núcleos temáticos dominantes: a natureza efémera do amor, a nostalgia da juventude (e, portanto, a recorrente evocação da fugacidade do tempo e da vida), o elogio de Augusto e da família imperial, a defesa da poesia lírica, a sua afirmação enquanto poeta-vate, as relações com o poder, a oposição entre o devir cíclico das estações e a caducidade da vida humana. Em meio desta profusão de temas, a busca de um programa coerente e delineado pode ser tarefa vã. Só depois de assumido este pressuposto, ousa Fedeli, com sólida argumentação, “arrumar”, de modo coerente, as quinze odes do livro, definir, entre os vários conjuntos assim alcançados, relações estruturais e apontar as linhas mestras de todo o edifício.

Menos polémica, por certo, é a relação intertextual entre Horácio e Calímaco (não há quem a não aponte), a que soma uma outra, com Píndaro. Considerações importantes para fazer face a uma outra controvérsia, a das relações entre o poeta e Augusto ou, de um modo mais genérico, entre o poeta e o poder. *Vexata questio*, esta, que nos conduz, afinal, à mudança de patrono, de Mecenas para Augusto. A fazer fé em Suetónio, o IV livro das *Odes* resultaria, ele mesmo, da cedência ao desejo do Imperador. Aqui, entretanto, a conclusão resulta do senso comum: não é Horácio que muda, são os tempos. Depois de 19 a. C., Augusto identifica-se com os grandes

desígnios de Roma, o mesmo é dizer que Roma e Augusto são como que um só. Não se trata, pois, de cair na lisonja; trata-se, isso sim, de ser um poeta do seu tempo, que escreve poemas datados, inseridos em um contexto sócio-político e cultural determinado. O estatuto de divindade de Augusto não é, no fim de contas, uma opção do próprio, é uma consequência do devir histórico e dos acontecimentos que o configuram. A poesia de Horácio, portanto, evolui, neste livro IV, como evolui a história.

Mas nem por isso, sublinha Fedeli, Horácio deixou de buscar refúgio na poesia lírica. Augusto é o *dux*, como será o *pater patriae*, e assim o aceita e venera o poeta. Isso, contudo, mais não é do que dar voz poética ao *consensus uniuersorum* do seu tempo. Mas fá-lo no contexto da poesia lírica, que era o seu território de eleição e que, em caso algum, pode circunscrever-se a uma interpretação política. Aí estão, a comprová-lo, a nostalgia dos anos, o percurso inexorável do tempo, a consciência melancólica da fugacidade da existência, aquele olhar sereno sobre o amor e a sua natureza efêmera.

O problema, na interpretação de Horácio (como, valha a verdade, na interpretação de todos os poetas) é, como sublinha Fedeli, descobrir a justa medida.

Ora, é precisamente a justa medida que Paolo Fedeli busca com este seu vasto e rico trabalho.

A cada ode, agora republicada em latim, sucede-se um longo comentário e uma não menos longa análise, verso a verso, palavra a palavra, onde nenhum pormenor é deixado ao acaso ou sem indagação. E, em cada poema, em cada dúvida, em cada texto, cita, seja em seu abono, seja para os contraditar, grande parte dos estudiosos que, ao longo dos anos, se debruçaram sobre este livro horaciano.

A obra, aliás, é servida por abundante bibliografia, a qual ocupa duas dezenas de páginas, logo depois da “Introdução”.

Este livro IV das *Odes* de Horácio, agora dado à estampa por Paolo Fedeli, com amplo estudo crítico e enriquecedora hermenêutica, passa a ser um marco incontornável nos estudos do poeta venusino.

CARLOS ASCENSO ANDRÉ

FERREIRA LEÃO D., RIBEIRO FERREIRA, J., FIALHO, M. C., *Cidadania e Paideia na Grécia Antiga*, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Universidade de Coimbra 2010 (2ª ed.)

La reorganización de los estudios de humanidades, con la presencia de los estudios clásicos como transversales en distintos grados, provoca la necesidad de materiales apropiados para las nuevas demandas pedagógicas, y el Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos de la Universidad de Coimbra, en la línea de otras prestigiosas instituciones, como Cambridge y Oxford, ha sabido responder con esta edición ampliada y reorganizada de un texto de enorme utilidad para estudiantes de letras y aun para especialistas.

En torno al tema de la educación y su trascendencia para dotar a la comunidad política de ciudadanos responsables y con criterio, se articulan las cinco contribuciones de estos tres profesores conimbricenses, aportando distintas perspectivas que llegan incluso hasta la transposición de los ideales pedagógicos de los griegos al mundo moderno.

El profesor Ribeiro Ferreira abre y cierra el volumen con dos capítulos de naturaleza bien distinta. El primero, “Educação em Esparta e em Atenas: Dois métodos e dois paradigmas”, concebido como marco general, contiene la descripción de los dos principales modelos de *pólis* de la Grecia Antigua. Dada la finalidad y los destinatarios del libro, el autor comienza, muy acertadamente, por dar las claves que hicieron posible el establecimiento de un sistema organizativo original y único, para explicar a continuación cómo las diferentes circunstancias de las dos ciudades motivaron una evolución divergente. Precisamente se insiste en esa evolución como motor de impulso de nuevos modelos educativos para dar cumplimiento a las exigencias de las nuevas sociedades. Pero mientras Esparta se encastilló en una posición inamovible, en Atenas el tema se debatió intensamente, y el profesor Ferreira da buena cuenta de ello, presentando la actitud práctica que guíaba a los sofistas y esbozando las contribuciones de las tres grandes figuras del siglo IV: Isócrates con su retórica ética, Platón y su propuesta de educación pública e igualitaria, y Aristóteles con sus aportaciones metodológicas a la educación superior. La bibliografía, muy selectiva, se decanta sobre todo por los libros de referencia clásicos (Marrou, Jaeger, Guthrie, Fraenkel, Ehrenberg, Webster), aunque no faltan algunas referencias más recientes.

En la aportación que pone el colofón al volumen, “A presença da Grécia e de Roma na Revolução Francesa: Três Aspectos”, el profesor Ribeiro Ferreira pone de relieve cómo los valores y las figuras de la Antigüedad

Clásica, especialmente de Grecia, inspiraban la transformación radical que los revolucionarios buscaban para Francia. Se trata de un interesante capítulo centrado en tres cuestiones: la influencia de los legisladores, la educación y el concepto de virtud, en los que se pone de manifiesto la preferencia por el modelo espartano sobre todos los demás y se hace de Licurgo ejemplo de lo que se espera de los revolucionarios. El capítulo analiza el punto de vista de las principales figuras (Chénier, Robespierre, Saint-Just o Lepeletier) y da cuenta de cómo a partir de 1794, frente a los jacobinos se alzan las voces moderadas de los girondinos decantándose por el modelo de la más libre y democrática Atenas.

En el único capítulo del profesor Ferreira Leão, “A tradição dos Sete Sábios: O *sapiens* enquanto paradigma de uma identidade”, se aborda, ampliamente y desde una perspectiva diacrónica, la formación del canon de los Siete Sabios. Partiendo del esquema tradicional, común a muchas literaturas, en el que una personalidad aconseja a otra sobre la forma de actuar, el profesor Ferreira analiza los antecedentes literarios de la leyenda del *sapiens* y pone en Heródoto las primeras señales de fijación de un grupo de figuras de rasgos histórico-legendarios. Las reflexiones sobre los indicios que podrían ligar esta tradición con el mundo délfico es una de las ideas más interesantes de esta parte, que constituye una especie de preludio necesario para el desarrollo de los siguientes puntos del trabajo. El primero de ellos pone de relieve el papel de Platón a la hora de establecer el modelo del diálogo filosófico en el contexto del banquete, que luego será utilizado por muchos autores, entre ellos, Plutarco. Precisamente, su *Banquete de los Siete Sabios* es analizado con detalle, destacando las coincidencias con la tradición y las aportaciones de una nueva mentalidad y unos nuevos tiempos. En la parte final, el trabajo se centra en el famoso episodio de Crespo y Solón y su tratamiento desde Heródoto a Diógenes Laercio. Su interpretación ya dividió a los antiguos y el análisis de los distintos testimonios del mismo demuestra cómo se aprovechó de forma diferente a lo largo del tiempo. Así mientras en Heródoto está destinado a definir una ética de aplicación universal, en Plutarco lo que interesa es poner de relieve de forma clara las inequívocas diferencias entre griegos y bárbaros. Las restantes fuentes se mueven entre las dos perspectivas. En definitiva, se trata de un capítulo de gran interés, en el que la implicación constante de lo filosófico y lo literario resultan de lo más ilustrativo y útil para los que se interesan por el mundo clásico desde diferentes perspectivas.

La profesora Maria do Céu Fialho hace dos aportaciones al volumen de gran interés. En “Rituais de Cidadania na Grécia Antiga”, analiza el papel de las celebraciones rituales colectivas en la consolidación de los lazos identitarios de los griegos. En efecto, éstos van tomando conciencia de su identidad en dos dimensiones: en relación con los bárbaros, gentes de incomprensibles códigos de comunicación y comportamiento, y en relación con los griegos de otras *póleis*, que en algunos momentos también pueden ser vistos como rivales, invasores o infractores. A estas experiencias la comunidad responde con gestos colectivos que refuerzan los eslabones de integración. Los Juegos Olímpicos y las Dionisias Urbanas son ejemplos de rituales que persiguen la exaltación del paradigma de *areté* común, a nivel panhelénico los primeros y a nivel de la *pólis* las segundas. En todos ellos, la dimensión agónica, la utilización del espacio público y el contexto cultural son aspectos constantes, sin que esto impida que cada uno tenga además unos rasgos característicos propios. Subraya muy acertadamente la profesora Fialho que la necesidad de estos rituales se hace imperiosa cuando por diversos motivos la comunidad cae en una crisis de identidad, tal como le ocurrió a Atenas después de las Guerras Médicas, al convertirse en potencia imperialista, con la integración de elementos externos, la pérdida de valores tradicionales y la alteración de patrones de vida.

El mundo surgido a raíz de la Segunda Guerra Mundial, con cambios en las fronteras, genocidios y migraciones, pierde parte de sus referencias, lo que provoca una crisis que exige una profunda reflexión. El capítulo “Mito, Memória e Crise” propone volver los ojos a las raíces greco-romanas y judeo-cristianas de Europa, no con una perspectiva idealizadora, como hizo el idealismo Hegeliano y el romanticismo alemán, sino desde un distanciamiento crítico que permita una lectura del mundo actual y apuesta por el futuro a partir de lo que somos. No es Grecia como mito, sino la Grecia de los mitos, como cultura, como alteridad, la que puede trazar nuevos horizontes, ya que un diálogo con ella abre el camino para comprender nuestra propia identidad y, a partir de entonces, también para construir caminos de futuro. Esto es posible por el valor universalizador de los mitos y la capacidad para explicar y dar sentido a lo particular. Por eso, como dice la profesora Fialho en su lúcida aportación, la memoria cultural es una *conditio sine qua non* para crear un futuro de esperanza.

En definitiva, el libro resulta de gran provecho y es de agradecer que se ofrezcan panorámicas del contexto general en el que luego se enmarcan reflexiones más específicas, algo que de ninguna manera incomoda a los

especialistas y es muy útil para los no especialistas. En la selección de la bibliografía se aplica el criterio selectivo, lo que resulta adecuado para los lectores potenciales del volumen, pues una excesiva profusión de títulos más que orientar confundiría. Una obra muy recomendable.

MARIA TERESA AMADO RODRÍGUEZ

FILHO, Cláudio Castro, *O Trágico no Teatro de Federico García Lorca*, Porto Alegre, Editora Zouk, 2009.

Conhecido sobretudo pela obra poética, Federico García Lorca distinguiu-se também pela criação de um fecundo trabalho dramático que, interrompido pela sua morte prematura, continua a suscitar um enorme interesse por parte de actores, directores teatrais e encenadores das mais variadas partes do mundo. Desse interesse dá testemunho o autor do livro que agora se apresenta, Cláudio Castro Filho, ele mesmo director teatral, doutorado em Letras, cujo estudo da obra de García Lorca se inspirou, como o próprio diz na Nota Introdutória (p. 15), num exercício dramático em torno de *Yerma* por si realizado em 2003, quando frequentava a Faculdade de Artes Cénicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O contacto directo com a peça conduziu o autor a uma investigação mais aprofundada acerca das qualidades trágicas do teatro de Lorca, cujos resultados saíram a público em 2009.

A linha de investigação seguida passa essencialmente por duas etapas: uma, focalizada na tragédia grega, na qual Castro Filho procura rastrear os elementos inspiradores da visão trágica lorquiana; e outra, centrada em alguns aspectos da filosofia de Nietzsche, e que García Lorca recuperou nas suas peças. Tal orientação diz o autor ter-lhe sido sugerida por declarações do dramaturgo que, em vários momentos, afirmou a sua atracção pelo teatro grego e pelas propostas do filósofo alemão.

O livro, prefaciado por Carmem Gadelha, está dividido em quatro partes, antecedidas de uma Nota Introdutória. A primeira parte, intitulada *Intuições trágicas: o teatro de Federico García Lorca*, apresenta, em linhas gerais, as doze peças que constituem o Teatro Completo do poeta andaluz, de acordo com a organização proposta por Miguel García-Posada na sua edição de 2004. A produção dramática de García Lorca é aqui perspectivada enquanto percurso, trajectória de investigação sobre o teatro e particularmente sobre

o teatro trágico. A apresentação é feita de modo a destacar esse trajecto, nele procurando detectar as experiências realizadas pelo dramaturgo no sentido da verificação das possibilidades cénicas do trágico. No conjunto das peças não nota o autor qualquer linearidade ou rigidez dramática no que concerne a questões de género. Assiste-se, antes, a um cruzamento de géneros distintos e a um diálogo constante com a tradição teatral europeia, com a cultura popular andaluza e com a tragédia grega. É assim que, mesmo na produção farsesca de Lorca, é possível surpreender elementos trágicos, pois, segundo Castro Filho, as farsas inserem-se nesse projecto experimentalista em busca das possibilidades simbólicas da cena teatral e da tragicidade que esse simbolismo eventualmente comporta. A ligação à tradição andaluza das marionetas é óbvia, mas são também audíveis os ecos de uma tragicidade centrada na luta do herói com as forças que o oprimem, com um destino que mora nas profundezas do seu ser.

Por conseguinte, temas centrais do teatro lorquiano, como o da difícil situação social da mulher ou o da frustração amorosa e existencial que conduzem à morte, adquirem uma coloração trágica, visível no modo como o dramaturgo reelabora alguns dos elementos que o autor dá como típicos da expressão dramática grega, nomeadamente o da actuação do destino, ou a do tempo, o carácter arquetípico das personagens, ou a presença do Coro.

Todavia, é nas peças finais, *Bodas de sangre* e *Yerma*, que o autor vê desenharem-se com maior nitidez os contornos trágicos. Expressamente assumidas por García Lorca como releituras da cena trágica grega (à primeira chamou *Tragedia en tres actos y siete cuadros* e à segunda *Poema trágico em tres actos y seis cuadros*), Castro Filho entende serem elas conjuntamente o ponto culminante do processo de questionamento lorquiano sobre o trágico como matéria teatral por excelência. Por isso se limita a oferecer, nesta primeira parte, um resumo de cada uma, deixando para o último capítulo uma análise mais detalhada.

O ponto de partida da segunda parte, intitulada *Tragédia e tragicidade*, é a famosa definição aristotélica daquele género dramático, com particular atenção à ideia de *katharsis*, entendida em dois sentidos considerados complementares: o da purificação ritual e o da purgação em sentido médico (p. 77). O objectivo deste capítulo é a delimitação de alguns aspectos definidores do trágico tal como este emerge no teatro grego, por forma a perceber os pontos convergentes e divergentes relativamente às criações teatrais modernas, nomeadamente às obras de García Lorca. O excursus sobre a especificidade da tragédia grega tem por base a leitura de Pierre

Vernant e Vidal-Naquet, sobretudo da obra *Mythe et Tragédie*. Sobre esta base teórica assentam as considerações muito breves e porventura demasiado generalizadoras, acerca de quatro peças em particular – *Prometeu Acorrentado* (que o autor, aparentando desconhecer a polémica sobre a autoria da peça, atribui a Ésquilo), *Rei Édipo* e *Antígona* de Sófocles e *Medeia* de Eurípides. De modos distintos, todas elas exemplificam, no seu entender, o duplo sentido – ritual e biológico (físico) – da *katharsis*, porquanto a acção levada a cabo pelo herói trágico comporta tanto uma dimensão colectiva, purificando o todo da família ou da pólis, quanto uma dimensão de sofrimento individual que é de ordem física (o suicídio de Antígona, a automutilação de Édipo ou mesmo a morte dos filhos de Medeia, considerados uma extensão do seu próprio corpo).

Algumas imprecisões, ou mesmo incorrecções, ocorrem nas páginas dedicadas aos aspectos temáticos, cénicos e àquilo a que o autor chama o “panorama conceitual advindo da tragédia” e que tem a ver com a forma como nela actuam as noções de *daimon*, *hamartia* ou *prohairesis*. Erradamente afirma o autor, por exemplo, que os elementos do Coro não usavam máscaras (p. 93); e, relativamente à noção de *hybris*, embora a defina correctamente como desmedida, escreve que esta leva o herói a cometer a *hamartia* ou erro trágico (p. 98), quando, na verdade, o sentido aristotélico de *hamartia* não é confundível com o de *hybris*, porquanto, ao contrário daquela, a *hybris* implica uma falta consciente, um acto de insolência e excesso cometidos com o conhecimento do homem. Já em relação à presença daqueles três conceitos nas peças defende o autor, e bem, não serem possíveis generalizações, sendo necessário enquadrar a sua discussão no âmbito de uma leitura “mais ou menos independente de cada obra trágica” (p. 103).

Todas estas considerações conduzem à discussão, com que termina o capítulo, acerca da possibilidade ou viabilidade da tragédia no mundo moderno e contemporâneo, discussão centrada nas teses de George Steiner em *A morte da tragédia* e de Raymond Williams na obra *Tragédia Moderna*. Tal reflexão permite ao autor delimitar conceitos, remetendo o trágico para a esfera do filosófico e do estético, actualizável em inúmeras manifestações culturais e anterior à tragédia, a qual, por sua vez, é entendida como “fenómeno artístico situado, com perceptível clareza, nos planos histórico e geográfico”, e responsável pela “constituição de uma linguagem artística autónoma, que inaugura, ao nível estético, novas possibilidades para o campo do pensamento” (p. 115).

A chave para o entendimento da forma como Lorca reelabora a noção de trágico na sua obra encontra-se, defende Castro Filho, na filosofia de Nietzsche. Por isso o terceiro capítulo – *O pensamento de Nietzsche e a moderna questão filosófica do trágico* – é dedicado à evocação do pensamento do filósofo alemão repescado em obras como *O nascimento da tragédia* e *Assim falou Zaratustra*. Destas ressalta o autor a crítica à moral cristã, a rejeição do consolo metafísico como resposta para o sofrimento e para a morte inerentes à condição humana e a proposta de “uma atitude afirmativa frente à existência, alheia ao sagrado e consciente da Grande Razão advinda do corpo” (p. 139).

Munido destes instrumentos teóricos, Castro Filho passa, no último capítulo da obra, à análise daquela que Lorca projectava ser a *Trilogia dramática de la tierra española* mas que, devido à sua morte prematura, se resume às peças *Bodas de sangre* e *Yerma*, não sendo possível, a partir da única página que resta da terceira – *La destrucción de Sodoma* – tirar conclusões sobre o desenvolvimento trilógico imaginado por Lorca. Apesar disso, o autor defende que a escolha da trilogia manifesta, por si só, a inspiração clássica, embora afirme, incorrectamente, que aos poetas gregos se exigia a apresentação de “três tragédias de narrativas encadeadas se quisessem concorrer à premiação das Dionisiacas” (p. 149), vendo mesmo, na autonomia temática de cada uma das peças do poeta andaluz, um dos factores de modernidade e da originalidade do dramaturgo. Ora, como é sabido, também os tragediógrafos antigos, quer Sófocles quer Eurípides, compuseram o mesmo tipo de trilogias não ligadas pelo tema, facto que aponta para a liberdade dos poetas na composição das tragédias.

As peças são analisadas em função de três aspectos essenciais que compõem igual número de subcapítulos: a presença do coro; a forma como é abordado o problema do sagrado; e o tratamento da personagem e da acção trágicas.

A recuperação do coro é um dos traços que, para Castro Filho, aproxima *Bodas de sangre* e *Yerma* da tragédia grega. Num ambiente rural em que a opinião do colectivo é ainda audível e importante, o Coro funciona como uma outra voz, menos constante que a da protagonista, mas instauradora de polémica, porquanto questiona as suas atitudes, sublinha as suas contradições, funcionando como porta-voz de diferentes perspectivas, até porque, no caso de *Yerma*, o coro das Lavadeiras é constituído por vozes distintas, e apresenta não uma visão uniforme dos acontecimentos e das escolhas da protagonista, mas visões contrárias. Uma das diferenças de tratamento do coro em Lorca e, especificamente na segunda peça da trilogia, é o facto de

ele estar revestido de características burlescas, satíricas, patentes no tom de escárnio e na vulgaridade da linguagem usada pelas Lavadeiras, que as afasta completamente da maior solenidade das intervenções corais na tragédia grega. No entanto, apesar de, até por representar uma camada social mais baixa, carecer dessa solenidade, tanto em *Yerma* como em *Bodas de sangre*, a existência de um coro de Lavadeiras ou de Lenhadores é, segundo Castro Filho, um factor de distinção relativamente à perspectiva mais psicológica e individual do drama moderno, constituindo, portanto, um elemento de aproximação à dimensão colectiva do coro da tragédia ática.

A questão do sagrado emerge por via da versão popular, muitas vezes sincrética, do catolicismo que perpassa nestas peças e que remete, diz o autor, para a dimensão ritual das manifestações religiosas mais arcaicas, distanciando-se ainda da afirmação da subjectividade e da ruptura com o religioso que caracteriza algum drama moderno europeu.

No que diz respeito às personagens e à acção, destaca-se a forma como se dá a reelaboração do conceito aristotélico de *hamartia*, que pode traduzir a aceitação passiva das convenções sociais, a procrastinação do amor, a recusa do desejo, que conduzem inevitavelmente à desgraça, à frustração e à morte. E aqui se vê igualmente, segundo Castro Filho, o “parentesco estilístico e temático” com as propostas de Nietzsche, aplicadas à situação vivencial do feminino que, “em Lorca, está inteiramente imbricada com a questão do corpo, tratado, na acção dramática, em sua dimensão fisiológica plena” (p. 185).

No final desta investigação em busca de uma específica mundividência trágica lorquiana, ressalta a modernidade do poeta-dramaturgo, uma modernidade que só o é plenamente, porque alimentada pelo frutuoso diálogo com as matrizes da nossa tradição cultural. Trata-se, pois, de uma obra com grande interesse para quem procure conhecer os caminhos do trágico no drama moderno, e de uma reflexão certamente muito útil para quem se aventure na encenação do teatro do poeta andaluz.

MARTA ISABEL DE OLIVEIRA VÁRZEAS

GALLO, Italo, *Problemi vecchi e nuovi della biografia greca*, Napoli, Loffredo Editore, 1990, 29 pp.

É uma tarefa ligeiramente inglória recensar, neste momento, uma obra publicada há vinte anos e que, mesmo na ocasião da sua publicação,

já se propunha, pela sua própria natureza, objectivos modestos. Trata-se, de facto, de um texto que parte de uma conferência proferida no Liceo Classico Plinio Seniore, em Castellamare di Stabia, integrada numa série mais extensa de palestras públicas organizadas por este estabelecimento de ensino, que vieram a ser reunidas numa colecção de pequenos volumes, a que foi dada a designação genérica de *I Quaderni del Liceo Classico Plinio Seniore di Castellamare di Stabia*. O presente volume corresponde ao número 13 dessa colecção. Se uma obra, qualquer que seja, é fruto também das suas circunstâncias, esta, na presente ocasião, é-o duplamente. Em primeiro lugar, porque as suas condições de produção – passagem a texto de uma única conferência – lhe limitam o alcance e a profundidade com que aborda o seu tema. Em segundo lugar, porque, recenseada a vinte anos de distância, ainda mais limitado e menos pertinente nos aparece o seu conteúdo, vítima também das marcas do tempo.

Italo Gallo foi professor de Literatura Grega na Universidade de Salerno e director do Departamento de Ciências da Antiguidade da mesma instituição. Os seus interesses de investigador estendem-se desde a biografia grega até ao drama satírico, ao teatro helenístico, aos textos eruditos dos autores bizantinos. No campo da biografia, certamente o tema a que a sua investigação dá mais relevo, promoveu o estudo e a edição de textos biográficos gregos encontrados em papiro, assim como dedicou particular atenção à obra de Plutarco – neste caso, não apenas às *Vidas*, mas também aos *Moralia*, cuja edição crítica dirigiu, com R. Laurenti. Entre as suas muitas obras, saliento *Frammenti biografici da papiri* (dois volumes, Roma, Edizione del' Ateneo, 1975 e 1980), *Greek and Latin Papyrology* (Institute of Classical Studies of the University of London, 1986), a edição, com Luciano Nicastrì, de *Biografia e autobiografia degli antichi e dei moderni* (Napoli, Edizione Scientifiche Italiane, 1995) e *La biografia greca. Profilo storico e breve antologia di testi* (Soveria Mannelli, Rubbetino Editrice, 2005). Nesta última obra são desenvolvidos, aprofundados e actualizados muitos dos conteúdos do breve texto que aqui recenseamos, pelo que convirá remeter para ela, se o objectivo é um conhecimento mais acurado do pensamento do autor.

Na conferência cujo texto prende agora a nossa atenção, o A. pretende, acima de tudo, sublinhar alguns pontos que poderiam ser alvo de uma discussão mais detalhada, se não existisse a limitação das circunstâncias (p. 10). A sua principal preocupação temática prende-se com a definição da biografia antiga – e fá-lo através do confronto com um conjunto de outras

leituras que, do seu ponto de vista, por demasiado presas a questões de natureza formal, acabam por defender definições demasiado fechadas. Uma primeira questão abordada prende-se com a distinção entre *bios* e *historia*, que Momigliano (*The Development of Greek Biography*, Cambridge, Mass., Harvard U.P., 1971) afirma perfeitamente clara nos autores antigos, apoiado em testemunhos de Políbio e Plutarco, mas que Gallo entende não poder ser estabelecida de forma tão evidente, já que, ao longo do tempo, se encontram formulações em que o traçar de fronteiras e o apagamento destas se vão sucedendo. É na mesma linha de raciocínio, de recusa de uma nítida definição formal, impossível num momento em que este tipo de textos ainda procurava o seu caminho, que Gallo refere a distinção realizada pelo trabalho fundador de Friedrich Leo (*Die griechisch-römische Biographie nach ihrer litterarischen Form*, Leipzig, 1901, reimpr. Hildesheim 1995), no qual se postula a existência de dois tipos de textos biográficos, a biografia peripatética ou plutarquiana, por um lado, e a biografia alexandrina ou suetoniana, por outro. A primeira, em traços largos, mais preocupada com o efeito artístico e com a produção de um texto agradável para um público vasto, a segunda essencialmente preocupada com o rigor, exatidão e seriedade dos dados apresentados. Gallo defende, na esteira de outros autores ao longo do século XX, que é impossível, uma vez mais, sustentar uma divisão formal tão definida. Do mesmo modo, salienta a dificuldade de marcar, através de características formais, o início daquilo a que podemos chamar biografia. O apego à forma leva à restrição, como acontece em Arrighetti (*Poeti, eruditi e biografi*, Pisa, 1987: 162), às obras que têm a sua única razão de ser na “pesquisa e na exposição biográfica”. Gallo afirma que, se sujeitos a este formalismo, teremos de deixar de lado obras como as de Aristoxeno, que, embora marcadas por uma perspectiva facciosa diante de figuras como Sócrates ou Platão, não podem deixar de ser incluídas na tradição biográfica, como acontece, aliás, com os textos de outras figuras da escola aristotélica. Por fim, um outro tema a que dedica alguma atenção tem a ver com o modo como teriam chegado às biografias tardias e bizantinas as anedotas e as histórias fantasiosas, tendo em conta, como muitos defendem, que a tradição biográfica anterior, a chamada alexandrina, se preocupava com a seriedade e a verificação dos dados que transmitia. Ao contrário, por exemplo, de Arrighetti (*op. cit.*: 161 *sqq.*), que defende tratar-se de ‘enriquecimentos’ posteriores, formas de suprir, com a imaginação, uma tradição escassa e rarefeita, Gallo sustenta que não podemos falar de uma transmissão unívoca e que, a par dos relatos biográficos sérios, a tradição seria feita, igualmente,

de outros mais frívolos, que guardariam estas pequenas histórias, muitas delas com alguma base factual, mas adulteradas pelo tempo e pelo menor cuidado na confirmação dos dados.

Em suma, se há um denominador comum neste conjunto breve de reflexões proposto nesta conferência, pode ser resumido nesta ideia fundamental: há uma enorme flexibilidade no conjunto de textos a que podemos chamar de natureza biográfica, de tal modo que apenas bastante tarde lhes podemos conferir alguma coerência enquanto (sub)género literário específico. Deste modo, olhar para a biografia numa perspectiva estritamente formal é negligenciar o mais importante. Quer pela brevidade do texto, que não permite um desenvolvimento minimamente aprofundado da argumentação, quer pela sua data e pelo facto de ser superado por obras posteriores do autor, não pode dizer-se que este opúsculo mereça particular interesse, a não ser, naturalmente, pelo seu estatuto de curiosidade bibliográfica.

JORGE DESERTO

GONZÁLEZ ROLÁN, Tomás, SAQUERO SUÀREZ-SOMONTE, Pilar, CAEROLS PÉREZ, José, *Ars Moriendi. El Ars Moriendi en sus versiones latina, castellana y catalana*, introducción, edición crítica y estudio, Ediciones Clásicas S.A., Madrid, 2008, 196 pp., ISBN 84-7882-638-6.

Esta obra é parte do projecto de investigação “Estudio sobre la transmisión, conservación y difusión del legado clásico en el Medievo hispánico (siglos XIII-XV)” financiado pela Direcção Geral de Investigação. Apresenta uma primeira parte introdutória (p. 13-75), em que se dá conta da evolução do conceito de morte para o homem e a sua relação com as concepções da vida no Além. Aqui são explorados o contexto histórico e o espiritual propiciadores do aparecimento da tipologia de textos das *Artes Moriendi* (1-2). Cabe ainda, nesta parte introdutória, uma análise do género literário, sua história e características fundamentais, seu desenvolvimento e manifestações; e uma exploração das relações genéticas e recíprocas influências estabelecidas entre as principais manifestações do género (3-4). Por fim, ainda nesta parte introdutória, é realizada uma análise mais técnica e minuciosa do texto principal que motivou o estudo (5-6), a *Ars Moriendi*, aqui provada ser uma versão curta do *Tractatus Artis Bene Moriendi* ou *Speculum Artis Bene Moriendi* (como a comparação dos textos o deixa

manifesto (p. 32-42)) obra de um autor anónimo, provavelmente frade de uma ordem mendicante, dominicano ou franciscano, que, inspirado pelo protótipo desta tipologia, o Tratado de Juan Gerson *De Scientia Mortis* (1400-1404), e sob os auspícios do Concílio de Constanza (1414-1418) e da resolução do Cisma do Ocidente, teria garantido, para o seu escrito, circunstâncias de uma favorável divulgação pela Europa Cristã. O sucesso e a popularidade deste escrito estão bem manifestos na rápida tradução do texto nas línguas vernáculas (ed. cit. p. 41, Alemão, Holandês, Francês, Castelhana, Catalão, Inglês e Italiano). Assim, os A. apresentam com rigor a história da difusão do texto em Espanha, que resultou na sua tradução em duas das línguas ibéricas, realizações estas que são também alvo de edição neste volume. Existem dois exemplares da *editio princeps* xilográfica da *Ars Moriendi*, datada de 1450, um depositado no British Museum, outro integrado na Biblioteca Colombina de Sevilha. Em Castelhana, surgem duas versões, a primeira por Pablo Hurus e por Juan Planck, entre 1479 e 1483, publicada em Saragoça; a segunda por Juan Hurus entre 1488 e 1493, também de Saragoça. Em Catalão, surge em Valência em 1497 e, em Barcelona, por Gabriel Pou, em 1507. Nos caps 7 e 8 os A. apresentam a difusão das *Artes Moriendi* em Espanha, questionam a sua influência nas *Coplas* do poeta castelhano Jorge Manrique (falecido em 1479), tida como certa pelos estudiosos anteriores. Concluem os A. que Jorge Manrique, ainda que se apoie na mais antiga tradição cristã sobre a morte, e, nestas circunstâncias, repita um vocabulário e um fraseado que é, ele próprio, anterior ao aparecimento *stricto sensu* das *Artes Moriendi* (Juan de Gerson, 1400), apresenta uma sensibilidade “mais moderna, mais humana, mais renascentista...” (p. 61). Não nos parece inteiramente justificado o motivo deste “inciso”, ou, se quisermos, do destaque concedido ao poeta Jorge Manrique, enquanto exemplo de recepção das *Artes Moriendi*, latinas ou vernáculas, na literatura espanhola, posto que tão só a diferença de género literário e de identidade do autor talvez tivesse sido suficiente para transfigurar o presumível texto de partida no de recepção. Por outras palavras: não poderia ter Jorge Manrique, na sua formação, conhecido as *Artes Moriendi*, e tê-las conscientemente tornado material de interpretação, mais do que de “inspiração directa”? Não conhecemos a resposta, mas uma certa coerência convidaria os A. a uma de duas posições: ou Jorge Manrique se destaca como um receptor explícito da *Ars Moriendi*, e merece um tratamento específico no volume, ou partilha ele de um ar do tempo propício ao tema e, nessas circunstâncias, faria sentido destacar também outros exemplos epigonais, em vernáculo ou

em Latim, dedicados ao tema. E eles foram produzidos em Espanha, até bem tarde: por exemplo, a *Arte de Bien Morir* escrita pelo Geral dos Carmelitas Descalços Juan de Jesus María (1564-1615), traduzida pelo Dominicano Jerónimo de S. José; ou ainda, já em vernáculo, o Beneditino António Alvarado (1561-1617), com a *Arte de Bem Morir y Guia del Camiño de la Muerte*. Por outras palavras, a questão da intertextualidade e da partilha de um temário comum, obsessivo e popular pelas razões que os A. tão bem enunciam, a ser abordada, mereceria um tratamento ao nível da história do género que os A. nos ficam, de algum modo, a dever.

Os A. apresentam uma bibliografia (pp. 65-78) extensa, porventura concentrada nos aspectos históricos e ideológicos e menos na questão literária ou na problemática filológica em si. Não deixa esta lista, contudo, de ser um excelente apoio para todos os que querem inteirar-se sobre o tema da morte no termo da Idade Média e suas implicações para a história do pensamento e da expressão artística.

De inegável interesse, nesta introdução e no volume em geral, é o destaque concedido às gravuras, onze xilogravuras que acompanham o texto latino da versão curta, convertendo-se este numa espécie de legenda da imagem. Dado que as gravuras se mantêm idênticas nas traduções em Castelhana, será caso para perguntar qual é, de facto, o texto principal buscado pelo potencial receptor, se o escrito, se o contemplado. Nós, enquanto leitores (ed. pp. 90-156), não soubemos responder. São ilustrações de imensa riqueza, acompanhadas de legendas inclusas, em discurso directo ou interpretação sumária do passo, a acompanhar uma caixa de texto que é, de si, resumida segundo propósitos didácticos, numa antecipação clara da banda desenhada.

A presença das gravuras teria contribuído em muito para a divulgação destas obras, cuja popularidade, transversal à sociedade medieval, está justamente atestada pela intensidade da comunicação literária aqui presente: quase imediata tradução nas línguas vivas, quantidade de exemplares em circulação, público com privilegiado interesse nestas obras, a saber, as ordens monásticas mendicantes, a quem cabia a cura dos corpos e das almas neste fim da Idade Média. Assim, o tema da “boa morte” é transversal a várias artes (cf. a pintura, a gravura, a literatura, a música) e assume-se, na sua versão *Ars* ou *Speculum*, como eminentemente didáctico. Dirigida ao público vasto, cristão, a imagem é instrumento em favor da aprendizagem.

A edição propriamente dita, do texto latino e traduções nas línguas hispânicas (pp. 81-156), apresenta os onze capítulos, ou quadros (conforme

destaquemos o texto ou a imagem), segundo um esquema que em tudo torna simpática a leitura e a comparação entre os testemunhos (pp. 78-79): critérios de edição, indicação das fontes (*Siglas*, com as duas edições xilográficas e os cinco manuscritos do texto latino; as duas edições dos textos em romance, uma procedente da Biblioteca de São Lourenço do Escorial; a outra, do exemplar em catalão, procedente da Biblioteca da Catalunha); a que se segue, por norma, a gravura, a edição crítica latina, em folha corrida e aparato em rodapé; a gravura das edições em vernáculo (de traço mais grosseiro) e, em duas caixas verticais, a par na mesma folha, a versão castelhana e catalã. Como já tínhamos prenunciado no apontamento que fizemos à bibliografia, a informação filológica específica que, em muito valorizaria as edições apresentadas, é muito sumária ou inexistente: não há informação acerca da história, características e hierarquização das fontes usadas, não se apresenta um *stemma codicum*, a edição do texto não se faz acompanhar pela indicação das linhas, sendo as remissões para os aparatos produzidas por notas de rodapé (alfabéticas para as fontes literárias do texto latino, numéricas para as variantes críticas). Assim, não temos nota quanto à interpretação das informações fornecidas pelo aparato crítico positivo. Em Apêndice (pp. 159-166) é facultada a edição do *De Scientia Mortis* de Juan de Gerson e sua tradução castelhana, e os *Indices* de termos latinos e respectivas traduções em castelhano e em catalão; de nomes próprios; e um menos comum índice de “Terminos Latinos no traducidos”, recolha que, segundo explicação do autor, agrupa os termos latinos que desapareceram, foram traduzidos por perífrases, ou foram substituídos por termos da mesma etimologia mas pertencentes a outra classe; e um muito breve índice de termos latinos inalterados nas versões castelhana e catalã.

Em conclusão, este volume apresenta como principais virtudes uma introdução clara e objectiva sobre o tema das *Artes Moriendi* e, em particular, sobre o contexto histórico e religioso do seu aparecimento; uma edição cuidadosa e confortável do texto latino e respectivas traduções modernas; a reprodução das gravuras, que nesta tipologia textual são mais do que mero complemento; a partir dos índices finais, um ponto de partida para o estudo da língua e, em particular, dos mecanismos de tradução (assunto que os A. exploram no cap. 6, com uma análise retórica e estilística das traduções modernas). Sobressai menos por alguma superficialidade no tratamento específico da reconstituição textual e tratamento filológico, particularmente no caso das versões latinas.

Saliente-se, ainda, em primeiro lugar, como motivo de interesse acrescentado para o leitor, a pervivência de um tema ascético desde as origens do cristianismo, até aos alvares da Idade Moderna aqui aflorados neste volume, que é precisamente o do combate espiritual entre o mal e o bem, de que o homem é protagonista e, ao mesmo tempo, objecto. Assim, o “passamento” do moribundo repete e concentra num ponto dramático o discernimento e combate que devia ser conduzido pelos monges, e pelo cristão em geral, ao longo da sua vida, numa vigilância atenta sobre os pecados do desespero e da impaciência (gerados pelo amolecimento da fé), da vã glória, da soberba, da avareza. Em segundo lugar, destaque-se a enorme difusão do tema, o seu carácter transversal a várias artes e a sua difusão para fora dos estritos ambientes consagrados, numa recepção que nos parece claramente diferenciada, como a diferença entre as gravuras que acompanham a versão latina e as que acompanham as versões modernas denunciam, estas destinadas a uma circulação mais vulgar. O carácter didáctico específico destas *Artes Moriendi* como manual de uso para religiosos especialmente dedicados ao cuidado pastoral e à unção dos enfermos explica a sua difusão na língua latina, mas o aparecimento e difusão de versões em vernáculo podem ser espelho do real interesse dos leigos sobre uma matéria tão sensível e dramática como era a morada da alma entre a morte e o Juízo Final, decidida agora nos derradeiros momentos de vida.

PAULA BARATA DIAS

GORGES, Jean-Gérard / ENCARNAÇÃO, José d' / NOGALES BASARRATE, Trinidad / CARVALHO, António (eds), *Lusitânia Romana entre o Mito e a Realidade. Actas da VI Mesa-Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 2009, 520 páginas, ilustrado. ISBN 978-972-637-207-3.

O volume agora publicado reúne as comunicações apresentadas no decurso da Mesa-Redonda que teve lugar em Cascais no ano de 2004, a sexta de uma série iniciada em Bordéus em 1988, organizada então pelo desaparecido Centre Pierre Paris e com o apoio da Maison des Pays Ibériques. Interessado, desde o início, neste projecto internacional¹, foi naturalmente

¹ J.-G. Gorges, *Avant-propos*, in J.-G. Gorges (ed.), *Les villes de Lusitanie romaine. Hiérarchies et territoires*, Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1990, pp.5-8.

com grande satisfação que assisti à edição das Actas da reunião de Cascais. Não é fácil avaliar um volume que conta com vinte e uma comunicações que, embora unidas pela temática enunciada, a Lusitânia romana entre o mito e a realidade, não deixam de exprimir uma individualidade marcada pelos interesses particulares dos diferentes autores, quase sempre reflectindo, como seria de esperar, as linhas principais da sua investigação.

Parte dos participantes são veteranos destas mesas-redondas, contando-se no grupo dos que têm contribuído de forma regular e relevante para o impulso, inquestionável, que o estudo da Lusitânia romana conheceu desde o final dos anos oitenta do século passado, em parte, é preciso reconhecê-lo, devido à feliz continuidade que estas reuniões atingiram. Estiveram representados cinco países: Portugal (5), Espanha (11), França (4), Itália (1) e Canadá (2). Como disse, alguns dos comunicantes participaram em reuniões anteriores, mas o modelo observado permitiu a inclusão de novos investigadores, particularmente daqueles que iniciaram há menos tempo carreiras académicas. Tal filosofia só pode estimular o debate científico, circunstância bem patente ao longo das páginas com que este volume, de muito agradável aspecto gráfico, apesar de necessitar de algum esforço na uniformização das referências bibliográficas, nos brinda.

O tema escolhido não perdeu com a relativa morosidade da publicação, pois os progressos entretanto verificados na apreciação da imagem ideológica da Lusitânia e do seu reflexo historiográfico ao longo dos tempos permitem, aqui e ali, uma vantajosa leitura. Por outro lado, e este aspecto não me parece menor, a evolução do que finalmente se admite como crise generalizada de um determinado modelo social e económico obriga a considerar atentamente a forma como os mitos históricos, presentes com maior ou menor força um pouco por toda a parte, podem influenciar a visão dos historiadores, sem excluir desta condição e deste condicionalismo, os arqueólogos. É claro que, mesmo colocando o mito à luz da investigação científica positivista, nem sempre teremos a garantia de atingir uma visão correcta da realidade, pois muitas vezes se criam vazios ou, o que é pior, novos mitos. Na verdade, é uma tendência natural do homem e das sociedades criar passados, quando não os conhece ou deles necessita², quase sempre por razões políticas ou económicas. Um breve olhar sobre a história europeia, para não nos

² Embora se trate de uma narrativa ficcional o assunto é tratado de forma brilhante por um escritor lusófono: José Eduardo Agualusa, *O vendedor de passados*, Círculo de Leitores, Lisboa, 2005.

afastarmos do nosso espaço cultural, não permite quaisquer dúvidas quanto a este aspecto³.

A grande variedade de contributos dificulta uma apresentação sistemática da obra, que teria ganho se os diferentes temas principais estivessem arrumados por secções. Para simplificar vou considerar três grandes áreas, traçando alguns comentários sem observar a ordem pela qual as comunicações surgem nas Actas. A coexistência de especialistas com diferentes formações e vocações explica uma certa redução no efectivo dos arqueólogos contribuintes, ao que não foi estranho o tema escolhido para a mesa redonda, como aliás, é referido. Assim, tratarei dos textos relacionados com o mito enquanto imaginário e símbolo, da confrontação entre mito e testemunhos reais e, por fim, das complicadas expressões do mito na historiografia. Em alguns casos poderia ser diferente, devido ao natural cruzamento de dados que utilizam, a inclusão de determinadas contribuições. Sublinho que o faço apenas com o fito de me simplificar a tarefa, para que esta não redunde num simples enumerar de autores e títulos.

Entre as comunicações relacionadas com as interpretações míticas, ao longo dos séculos, situamos a cativante exposição de Maria Helena da Rocha Pereira sobre a figura de Viriato na literatura portuguesa, a evocação por Federica Petracchia de um monarca ideal de uma Lusitânia fantástica, numa obra italiana do século XVII, e, de novo, a abordagem ao mito de Viriato por Pastor Muñoz, bom conhecedor do tema. Continuamos no âmbito do mito, agora com preocupações explicativas, com as comunicações de Robert Bedon a propósito da fundação de Lisboa por Ulisses, de J. Luís Sádaba sobre a fictícia identificação de *Pax Augusta* com Badajoz e de J. M. Salinas de Frías sobre a fundação mítica de Salamanca.

Como seria de esperar, a maioria das comunicações em que se confrontam mito e realidade reflectem mais abertamente o resultado da investigação arqueológica. É o caso da pertinente chamada de atenção de Carlos Fabião para o valor da condição atlântica da Lusitânia, da comunicação de L. Inês Vaz sobre a relação, obscura, entre Viseu e as Guerras Lusitanas, da desafiante exposição de Alicia Canto sobre o famigerado mito das éguas lusitanas; J.-G. Gorges e Rodríguez Martín voltam às Guerras Lusitanas com uma comunicação em torno do complexo republicano de El Pedrosillo, enriquecendo o reduzido

³ Esta melindrosa questão evoluiu negativamente nos últimos anos: P. Graves-Brown / Siân Jones / Clive Gamble (eds.), *Cultural identity and archaeology. The construction of European communities*, Routledge, Londres-Nova Iorque, 1996.

panorama de campos militares do século II a.C. Os problemas nem sempre fáceis da toponímia pré-romana e romana foram tratados por Leonard Curchin com a sobriedade que o identifica, enquanto a arqueologia e a epigrafia se aliam na comunicação de José d'Encarnação sobre as Termas dos Cássios e sua monumetal reconstrução no século IV. A epigrafia continua presente nos trabalhos de J. Edmondson, sobre os valores familiares, hoje tão maltratados, entre as famílias emeritenses, de Sabine Armani em torno do complicado problema do estatuto administrativo dos habitantes das colónias lusitanas, de Milagros Caballero sobre o maior ou menor conservadorismo entre a população feminina romanizada, assim como no contributo de J. M. Vallejo e J. Pallao Vicente, procurando determinar a fronteira provincial na região de Zamora. Andreu Pintado reflectiu sobre a questão da municipalização flaviana, tema que hoje ocupa numerosos investigadores. Neste vasto conjunto de comunicações podemos inserir também a de J. Lancha, que analisou a recepção dos mitos clássicos na arte musiva luso-romana.

O terceiro grupo de comunicações, mais orientado para questões historiográficas, conta com contributos de Cerrillo de Cáceres, sobre a historiografia regional estremenha dos séculos XVII e XVIII, de Marc Mayer sobre as relações, intensas, entre mito, política e realidade na historiografia da Lusitânia, de Vasco Mantas, que se ocupou da imagem da Lusitânia e dos Lusitanos numa obra de divulgação erudita dos inícios do século XIX. É claro que muitas das temáticas tratadas são transversais, reencontrando-se aqui e ali, nas diferentes comunicações.

Como é evidente não é possível reflectir sobre o imponente conteúdo deste volume caso a caso, o que me leva a referir pontualmente apenas uma ou outra questão, escolhida em parte por razões que se prendem com problemas que presentemente se debatem. A propósito da comunicação de F. Petracchia não me parece descabido considerar a publicação da obra de Mancini, surgida entre 1641 e 1650, no cenário da Restauração, conhecidos como são os esforços diplomáticos de D. João IV para obter o reconhecimento europeu da nova situação “lusitana”. A polémica comunicação de Alicia Canto merece, se não a recuperação do mito, pelo menos uma análise isenta de preconceitos, o que deve estender-se à questão das “sereias” avistadas na costa, com toda a probabilidade lobos marinhos ou focas monge. Quanto à embaixada a Tibério creio que houve outras boas razões envolvidas⁴.

⁴ Vasco Mantas, *As relações europeias do território português na época romana*, Estudos Arqueológicos de Oeiras, 15, 2007, p.199.

Seja como for, a força de uma cultura permite transmutar com frequência, através dos olhos da imaginação, a realidade.

A Cava de Viriato, em Viseu, surge por diversas vezes nos textos das Actas. Se já ninguém pensa atribuí-la ao herói lusitano, parece haver ainda resistência em admitir que o grande octógono representa uma obra militar califal, construída com toda a probabilidade sobre um campo romano de menores dimensões e planta rectangular. Esta resistência não deixa de reflectir, directa ou indirectamente, o valor simbólico do monumento⁵. Outra questão muito debatida nos últimos anos, com algum dogmatismo de quando em quando, é a da equivalência automática e imediata entre *Latium minus* e *Municipium*, largamente tratada por Andreu Pintado, com um ou outro lapso. Creio que os dados a favor dessa equivalência são tantos quanto os que lhe são contrários. Colateral a esta questão é o estatuto dos habitantes das colónias lusitanas, tratado por Sabine Armani. Continuo a considerar que, no caso de *Pax Iulia* (Beja), devemos admitir dois estatutos para o conjunto da sociedade local, itálico e latino, este último próprio da maior parte da população indígena estabelecida na cidade.

Problema interessante e na linha das tendências actuais da investigação é o do maior ou menor conservadorismo cultural das mulheres indígenas, tratado por Milagros Caballero, ainda que o estudo que nos ofereceu nestas Actas minimize, em termos estatísticos, o menor número de testemunhos femininos com onomástica indígena, face aos masculinos, o que pode falsear as conclusões.

O volume agora publicado põe em relevo a riqueza da problemática lusitana e o enorme interesse de que se reveste a realização desta série de reuniões, entretanto continuada em Toulouse e anunciada para Viseu. Vinte anos após a publicação das Actas da Mesa-Redonda de Talence continuo optimista quanto ao futuro desta iniciativa internacional e inter-universitária, apesar das dificuldades, reais ou invocadas, provocadas por uma crise para a qual os mitos pós-modernistas, não os do passado clássico, arrastaram a Europa. Termino reproduzindo o que escreveu Marc Mayer nas conclusões que encerram o volume: *El éxito de una mesa redonda se mide por un parámetro muy seguro que consiste en ver si el resultado obtenido es la suma separada de los resultados de las contribuciones, o bien se crea*

⁵ Síntese actualizada em: F. Themudo Barata / J. M. Mascarenhas / Vasco Mantas (col.), *A Cava de Viriato: história, paisagem e património*, Sociedade ViseuPolis, Viseu, 2008.

una idea general de la problemática que se queda fijada en la mente de quienes asisten a ella. Creo que esta última se ha conseguido. Por tudo isto devemos agradecer aos organizadores, participantes e entidades envolvidas, com destaque para a Câmara Municipal de Cascais.

VASCO GIL MANTAS

HESÍODO, *Teogonia. Trabalhos e Dias*. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Introdução, tradução e notas de Ana Elias Pinheiro e de José Ribeiro Ferreira (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005) 173 p. ISBN 972-27-1391-4.

Chega finalmente ao público português uma tradução cientificamente competente e integral das duas obras maiores de Hesíodo: a *Teogonia* e *Trabalhos e Dias*. Até à publicação das versões agora apresentadas, acessíveis na nossa língua dispúnhamos sobretudo dos excertos traduzidos por Maria Helena da Rocha Pereira na antologia *Hélade*⁶ e das traduções integrais em português do Brasil, da autoria de Jaa Torrano⁷ e de Mary de Camargo Neves Lafer⁸. Se no primeiro caso os excertos apresentados nos desvendavam a genialidade do poeta, deixando-nos na expectativa de ler mais, os dois últimos exemplos, apesar de versões integrais, traziam problemas acrescidos, que derivavam sobretudo da dificuldade em encontrar as traduções no mercado lusitano, mas também de um estilo de tradução que nem sempre é claro. Efectivamente, tanto Torrano como Lafer, independentemente das suas competências como helenistas e sem qualquer demérito para o seu trabalho, ofereceram ao público de língua portuguesa duas versões da obra de Hesíodo que não raramente deixavam os seus leitores apreensivos perante a dificuldade de compreender o texto vertido. Pudemos confirmá-lo amiúde, juntamente com os alunos de História das Culturas da Antiguidade Clássica, com os quais estudámos os textos em causa. Tais dificuldades dever-se-ão, em nosso entender, ao facto de os tradutores terem desejado

⁶ M. H. da Rocha Pereira, org. trad., *Hélade. Antologia da Cultura Grega*, Lisboa, 2009¹⁰, 107-115.

⁷ Hesíodo, *Teogonia. A origem dos deuses*, estudo e tradução de J. Torrano, São Paulo, Editora Iluminuras, 2001⁴, edição bilingue.

⁸ Hesíodo, *Os Trabalhos e os Dias*, tradução, introdução e comentários de M. C. N. Lafer, São Paulo, Editora Iluminuras, 2002⁴, edição bilingue.

manter a proximidade ao texto original grego, quer nas suas formas nominais quer no ritmo e na cadência da poesia. Mas, inevitavelmente, as diferenças entre o grego antigo e o português fazem-se sentir e, ao optarmos por uma solução desse tipo, alguma coisa sairá sacrificada. Nos dois exemplos brasileiros assinalados, foi a clareza dos textos.

As versões agora dadas à estampa pertencem a A. E. Pinheiro, Doutora em Literatura Grega e Professora da Universidade Católica de Viseu, no caso da *Teogonia*; e a J. Ribeiro Ferreira, Doutor em História da Cultura Clássica e reputado helenista, Catedrático da Universidade de Coimbra, no caso de *Trabalhos e Dias*. De algum modo, a atracção que a língua de Homero exerce sobre todos os que se aventuram a traduzi-la, evidente nas edições brasileiras, não deixou A. E. Pinheiro totalmente livre nesta nova tradução da *Teogonia*, pois, por vezes, a tradutora parece ter sido igualmente seduzida e aprisionada pelas correntes melodiosas do grego antigo. Hesíodo não é fácil, mas note-se como o discurso do poeta na nossa língua nem sempre é claro, exigindo-se ao leitor uma atenção redobrada, sob o risco de se perder nas palavras do Beócio. Eis um exemplo: «E o filho valente de Alcmena de belos tornozelos, / o forte Hércules, superadas amargas provas, / foi Hebe, a filha do grande Zeus e de Hera de sandálias de ouro, / que tomou por casta esposa, no Olimpo coberto de neve; bem aventurado, ele que, cumprida a sua grande tarefa, / habita no seio dos Imortais, sem penas nem velhice, para todo o sempre.» (*Theog.* 950-955). Nada, porém, que uma leitura cuidada e atenta não resolva. Por outro lado, a reconhecida experiência de J. R. Ferreira revela-se uma arma eficaz para que o texto lhe saia com fluidez, num português elegante, como se atesta: «Ordenou ao ínclito Hefestos que o mais lesto possível / amassasse terra com água, nela infundisse voz humana / e vigor e que, semelhante às deusas imortais no aspecto, modelasse / bela e encantadora figura de donzela.» (*Erg.* 60-63).

Os já assinalados méritos científicos da tradução são enriquecidos pelo aparato crítico das notas que acompanham *pari passu* o texto, clarificando passos menos evidentes e esclarecendo o leitor das numerosas referências com teónimos e mitónimos, antropónimos, topónimos e corónimos. Este instrumento é fundamental para que Hesíodo se torne compreensível, em especial para os pouco habituados com a Cultura Grega. Refira-se também que a edição é cuidadosamente acompanhada de um índice onomástico, outra ferramenta de trabalho importantíssima para os investigadores. A este propósito cabe referir ainda que as opções tomadas pelos tradutores, no que diz respeito ao aportuguesamento dos nomes próprios, seguiu, de

um modo geral, as propostas feitas por Rebelo Gonçalves e M. H. Ureña Prieto (e.g. Latona, Calíroe). Mas há que assinalar que foram também adoptadas as formas que se consideram ter já tradição literária em português, designadamente camoniana (e.g. Urano em vez de Úrano; Nemeia em vez de Némea), enquanto outros nomes foram simplesmente transliterados (e.g. Tyche, Keto), como, aliás, nos habituou a Escola coimbrã. Trata-se de uma opção discutível (neste ponto, há conhecidas divergências entre Lisboa e Coimbra), como é natural, mas totalmente defensável. Uma nota ainda acerca do título por que se optou para a segunda tradução: J. Ribeiro Ferreira mantém, quanto a nós de forma acertada, a designação «*Trabalhos e Dias*», apesar de alguns preferirem apenas «*Trabalhos*» (*Erga*).

Além da tradução em si, há que reconhecer uma outra mais-valia desta edição: as introduções. Desde logo, a introdução geral, a cargo de M. H. da Rocha Pereira. Estamos perante uma síntese modelar na qual são equacionadas de forma clara, sucinta e eficaz as principais problemáticas relacionadas com Hesíodo, designadamente a relação dos textos hesiódicos com as literaturas do Próximo Oriente Antigo, que, eventualmente, constitui um dos temas mais «apetecíveis» e «actuais» neste domínio. De uma forma assertiva e ao mesmo tempo crítica e lúcida, a A. apresenta as suas reservas acerca da possibilidade de as composições de Hesíodo dependerem dos textos orientais, que foram particular e recentemente assinaladas por M. L. West⁹, citando um outro especialista reconhecido, K. Dowden: «Queremos somente sublinhar que, tal como esse especialista, temos sempre em mente “o perigo da similitude não significativa”, que, “em questões de poesia, há muita coisa que tem probabilidades de ser uniforme entre muitas sociedades arcaicas”, e, sobretudo, que “precisamos de hesitar antes de privilegiar as semelhanças grego/próximo oriente, especialmente quando se perdeu uma parte tão grande da tradição indo-europeia”» (p. 9). Mas a problemática não deixa de ser enunciada como compete a qualquer cientista que se interesse por esta matéria. Uma bibliografia selecta e actualizada, no qual se pode ver os principais estudos sobre as problemáticas hesiódicas, completa a introdução de M. H. da Rocha Pereira. Também A. E. Pinheiro e J. Ribeiro Ferreira escrevem introduções às respectivas traduções, fornecendo úteis orientações de leitura e esquemas que sintetizam os poemas. Aos *Erga*, o seu tradutor anexa dois valiosos apêndices. Um primeiro sobre o «Calendário

⁹ Ver nossa recensão a M. L. West, *Indo-European Poetry and Myth*, Oxford, University Press, 2007, in *Cadmo* 18, 2008, 328-330.

dos Trabalhos Agrícolas», para o qual contribuiu também João Manuel Barros Fernandes, Professor de Astronomia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, que sistematiza o saber «científico» do poeta e a relação com a economia agrícola do seu tempo. O segundo anexo pretende analisar o arado enquanto alfaia agrícola utilizada no tempo de Hesíodo, ao mesmo tempo que confirma os *Erga* como uma fonte imprescindível para o estudo da História Económica da Grécia Arcaica¹⁰.

A edição em apreço reserva-nos ainda outra agradável surpresa: a inclusão de uma tradução do *Certame entre Homero e Hesíodo*, trabalho de A. E. Pinheiro. Trata-se de um documento de autoria anónima, mas que faz parte dos chamados textos pseudobiográficos que tinham como objectivo reconstituir a vida e obra dos grandes poetas gregos. Este é um texto que, só por si, merecia uma tradução, pelo que a sua inclusão neste projecto só pode ser bem-vinda.

Em suma, estamos todos de parabéns por podermos agora usufruir na língua de Camões de um tão importante texto, também ele fundador da cultura e identidade europeias. Parte do mérito deve-se, há que dizê-lo, à Imprensa Nacional-Casa da Moeda que, em boa hora, o acolheu e o colocou ao lado de outros consagrados como Aristóteles, Aristófanes, Eurípides, Platão, Menandro e Plauto, na colecção «Biblioteca de Autores Clássicos», a qual tem vindo a desempenhar um papel fulcral na divulgação da Cultura Clássica entre nós.

NUNO S. RODRIGUES

JURADO, Enrique Angel (Editor), *Cuatro estudios sobre exégesis mítica, mitografía y novela griegas*. Zaragoza, Libros Pórtico, 248 pp. ISBN: 978-84-7956-059-1

Este volume reúne trabalhos feitos no âmbito do Grupo de Investigação HUM 124 de Filologia Grega da Universidade de Sevilha, centrados sobre dois temas essenciais: o mito, e as leituras a que foi sujeito ao longo dos séculos, e o romance grego.

¹⁰ Como notámos já em «Alguns aspectos da Economia Rural do Mundo Grego segundo as fontes literárias: dos Poemas Homéricos a Aristófanes» in A. Ramos dos Santos *et al.*, *Mundo Antigo. Economia Rural*, Lisboa, 2003, 49-81.

Enrique Angel Jurado dedica um primeiro capítulo ao tema “Del antialegorismo de Platón al alegorismo de su entorno. Poesía y filosofía en Grecia en el siglo IV a. C.”. Neste estudo, Jurado avalia a divergência entre Platão e os seus discípulos ou seguidores no que se refere à alegoria – como sentido subjacente aos textos poéticos sagrados –, uma hermenêutica com ampla utilização a que o mestre da Academia não adere. Um dos méritos deste capítulo consiste na perspectiva diacrónica que o Autor adopta na análise da relação entre filosofia e mito, bem como do fluir dos seus meios de expressão, da poesia para a prosa, a partir da repartição clara entre poeta e filósofo. Algumas páginas dedicadas à intervenção dos pré-socráticos nesta matéria fazem, com clareza, o ponto da situação, acrescido de uma consulta alargada dos fragmentos e de uma bibliografia actualizada. É esta a fase na cultura grega em que, escreve Jurado, se alicerça ‘uma parte fundamental da história da religião grega, e, sobretudo, da crítica religiosa’. A polémica aprofunda-se com os sofistas, que adoptam, em matéria religiosa, todo o tipo de posições: desde a aceitação da visão tradicional até um ateísmo radical.

Esta primeira rubrica no estudo serve de pano de fundo à situação em que a polémica se encontra em época socrática, em finais do séc. V e inícios do IV a. C. No que à exegese alegórica diz respeito esta é uma fase de radicalização de posições, que abre caminho às diversas vias filosóficas no futuro. Este é um processo em que Jurado particularmente se concentra, colocando a crítica a Homero no centro do pensamento da época em matéria de filosofia e mito, e isolando, no mesmo contexto, a posição platónica. Esta segunda rubrica é, no artigo em causa, amplamente documentada com citações de textos antigos analisados de forma crítica, com recurso frequente às opiniões dos melhores estudiosos contemporâneos. Algumas considerações prolongam, de forma mais sucinta, a mesma reflexão até Aristóteles, e, com maior ligeireza ainda, a adoptada pelos neoplatónicos.

Joaquín Ritoré Ponce restringe a questão mitológica a um exemplo concreto, ‘Heracles en la encrucijada: significados y metamorfosis del mito en la literatura griega antigua’ e foca-o também numa perspectiva diacrónica: desde Pródico de Ceos que, no séc. V a. C., criou esta versão do mito de Hércules, com grande projecção na cultura europeia a partir da Idade Média. É sobretudo na evolução deste motivo na Antiguidade Clássica e Tardia que Ponce se concentra. O seu intuito, além da inventariação de materiais do maior interesse para a recepção do mito de Hércules, é por ele explicitado com clareza: ‘Propomo-nos inventariar todo o processo, desde a génese deste mito na segunda metade do séc. V a. C. até aos seus últimos

desenvolvimentos na Antiguidade Tardia, estudando a metamorfose do relato original (...) em função dos interesses filosóficos ou da perícia retórica de cada autor. A análise dos textos aportará dados interessantes sobre o próprio mito e sobre os autores que o reelaboraram, e revelará algumas das recriações modernas devedoras de autores tardios, como Filóstrato, Cícero, Dion de Prusa e até Temístio, muitas vezes mais familiares aos Humanistas do que o contexto filosófico em que se produz a *epideixis* original de Pródico'. Muito sintética é a avaliação da repercussão medieval e moderna deste processo, para o que Ponce fornece uma bibliografia abrangente.

António Villarrubia Medina dá por título ao capítulo de que se encarrega 'La mitografía griega y sus autores'. É característico deste estudo o aparato bibliográfico fornecido em larguíssimas notas de rodapé. Quanto ao seu objectivo central, vai de considerações gerais sobre o assunto 'mitografia grega' – primeiras ocorrências, sentido e aplicação do termo, objectivos dos que a ela se dedicaram, especificidade relativamente a géneros afins como a historiografia, importância da sua interpretação – até uma informação específica sobre alguns dos seus principais cultores, Paléfato de Paros, Eratóstenes de Cirene, Parténio de Niceia, Cónon da Capadócia, Apolodoro o Mitógrafo, Ptolemeu de Alexandria, Heraclito o Mitógrafo e Antonino Liberal.

Por fim, Máximo Briosó Sánchez ocupa-se de análise literária no seu estudo '*Autor, narrador, lector y narratario en la novela griega antigua*'. Recapitulando e discutindo questões de teoria literária e de narratologia, Briosó situa com clareza a sua perspectiva; o alvo central da sua reflexão, que vem na sequência de estudos antes publicados pelo mesmo autor, visa o chamado *destinatário externo* ou *lector virtual*, o endereço último da narrativa. Através de uma análise transversal dos vários romances gregos e latinos – Cáriton, Aquiles Tácio, Xenofonte de Éfeso, Longo, Heliodoro, Apuleio –, este estudioso valoriza o contexto cultural do romance, 'os seus leitores contemporâneos mais próximos do código cultural e moral que o *autor* nos permite deduzir de si mesmo'. Centrado na novela grega antiga, este estudo, que aplica à sua análise conceitos da moderna narratologia, é também um exercício de literatura comparada, pelos múltiplos reflexos ou cruzamentos anacrónicos que utiliza. Corajosamente, o Autor regressa à polémica questão do desfazamento que a designação de 'romance' ou 'novela' produz, relativamente a um género que, na Antiguidade, não encontrou para si mesmo mais do que designações genéricas, sem uma definição específica; as designações que os modernos passaram a aplicar-lhe

criam dificuldades em relação àquilo que hoje se entende por ‘romance’ ou ‘novela’, nas suas múltiplas variedades. Através da análise de alguns traços de estilo, caracterizadores de cada um dos romancistas antigos, Brioso sublinha diferentes estratégias de atingir esse destinatário virtual, mas presente, e de estabelecer com ele um diálogo *autor/lector*, em que reside o sucesso e popularidade do género. Uma extensa bibliografia complementa o alcance deste estudo, de um autor maduro e teoricamente bem informado.

No seu conjunto, estes quatro estudos proporcionam um volume de agradável leitura, orientado prioritariamente para um público académico e erudito. Destaque-se o seu poder de síntese e abundância de informação actualizada, em relação a matérias relevantes para o estudo da cultura grega de época helenística.

MARIA DE FÁTIMA SILVA

LEGANÉS MOYA M.P., HERNANDEZ MUÑOZ E. G.eds, *Demosthenis In Midiam*, Ediciones Griegas y Latinas, Universidad de León, Salamanca, 2008, 183 pp., ISBN 978-84-9773-419-6.

Em 2003, Maria Pilar Leganés Moya apresentou a sua tese de doutoramento, *El Texto de Demóstenes en los manuscritos españoles: los discursos In Midiam y De Falsa Legatione*, trabalho um ano depois galardoado com o Prémio da Sociedad Española de Estudios Clásicos. Esta tese foi já desenvolvida no âmbito de um projecto de investigação financiado pelo Ministério de Educación y Ciencia, coordenado por Filipe Hernández Muñoz, que tem por objecto o estudo sistemático dos manuscritos espanhóis que transmitem o texto dos oradores gregos, com vista à sua inclusão em futuras edições críticas, que já produziu alguns frutos: de facto, o Departamento de Filología Griega y Lingüística Indoeuropea da Universidade Complutense tem a seu crédito o meritório serviço de, a par com a realização de um curso (*Seminario para el estudio de los manuscritos griegos en España (S.E.M.G.E.)*), promovido por Felipe G. Hernández Muñoz), a realização do estudo integral dos manuscritos gregos em bibliotecas espanholas e a constituição de um *Álbum de Copistas de Manuscritos Gregos*, com propósito de constituir material de consulta para os estudiosos de paleografia, codicologia e crítica textual gregas, que já apresenta três volumes, com edição em papel e virtual (<http://www.ucm>).

es/info/copistas/index.html). Trata-se, portanto, de um trabalho sustentado num coerente e contínuo labor de equipa, que não se compadece com o imediatismo de resultados e sabe esperar pela produção de informação liminar sobre a qual se podem construir trabalhos de maior visibilidade.

Neste sentido, encaremos esta publicação como um dos resultados de um trabalho permanente de investigação e de ensino a todos os níveis exemplar. A obra está organizada em três partes, a saber: *Introducción* (pp. 7-87), subdividida num cap. 1, em que se procede a uma apresentação geral do contexto histórico da produção do discurso *Contra Mídias* por Demóstenes; cap. 2 em que se apresenta a transmissão do texto de Demóstenes, imediatamente seguida do estudo original da recepção textual de Demóstenes em Espanha, com destaque para a *Quarta Filipídica*; cap. 3, em que se procede ao estudo dos manuscritos espanhóis testemunhos do discurso *Contra Mídias*, com uma análise que segue a metodologia corrente na apresentação deste tipo de trabalho filológico: genealogia dos manuscritos espanhóis, identificação das famílias principais, em número de três; análise do caso extravagante do manuscrito S; as hipóteses de contaminação e, por fim, as conclusões e as tábuas comparativas; pontos de contacto entre a história da transmissão do *In Midiam* e do *De Falsa Legatione*; o levantamento das fontes e da recepção indirectas da obra (Coincidencias com papiros y citas de gramáticos y rétores antiguos, p. 46); conjecturas total ou parcialmente confirmadas (p. 46), em que se destaca o valor probatório dos manuscritos *recentiores hispanici* para a confirmação de correcções conjecturais de filólogos posteriores, visíveis, nomeadamente, na segunda edição Aldina realizada em Veneza, entre 1513 e 1520; apresentação do *stemma* (p. 48) (em que se declara aceitar o da edição de Macdowell, modificado e ampliado pela colação dos *recentiores* hispânicos); no cap. 4, a edição proposta, incorporando de modo sistemático o testemunho dos manuscritos espanhóis (p. 63). Os A. cotejam as edições oxonienses (Butcher, II, 1907; Macdowell, 1990; Dilts, 2005), destacando em colunas as 175 passagens que apresentam variantes significativas entre si; a este trabalho, de que resulta a conclusão de uma maior valorização dos dois últimos editores, soma-se a sistematização dos testemunhos divergentes dos *ueteres* e dos *recentiores* hispânicos de relevo, mas não considerados nas edições apontadas. Com base na análise das fontes, em particular das hispânicas, os A. propõem 60 correcções à edição de Macdowell e Dilts, enumeradas na p. 71. No cap. 5 (pp. 75-79) aparece sistematizada a bibliografia; em 6 a lista de Abreviaturas (pp. 81-84); no cap. 7 o *Conspectus Siglorum* dos

papiros e manuscritos, entre os quais se assinalam, dos dezassete hispânicos inicialmente apontados (p. 16), os seis *recentiores* hispânicos enquanto testemunhos significativos (datados entre o séc. XIV e XVI), já antes alvo de descrição e de classificação (pp. 32-47).

Na parte II (pp. 91-175), surge a edição do *Contra Mídias* segundo a proposta de actualização dos editores e à luz da fundamentação da parte I. O aparato negativo reúne numa só caixa todas as variantes, as que provêm de testemunhos indirectos, de edições, de manuscritos não hispânicos e hispânicos, método que só se torna clarificador desde que o leitor tenha lido atentamente a parte I. Talvez por esse motivo a parte III (pp. 177-183) sistematiza e elenca os testemunhos indirectos do discurso de Demóstenes, com remissão para o parágrafo em causa, ou seja, repete informação que já tinha sido diluída no aparato crítico.

Em apreciação a este trabalho, apraz-nos dizer que ele resulta de um aturado esforço de análise e de sistematização árduas, de recolha, observação, classificação e interpretação dos dados recolhidos, feito com objectividade, clareza de raciocínio e de expressão. O cumprimento rigoroso dos passos metodológicos prévios de uma edição crítica, aqui praticado, valida objectivamente o resultado da edição proposta. Temos portanto um trabalho que cumpre a sua finalidade, que é a de integrar, depois de os estudar e avaliar, os mss hispânicos na história da transmissão textual do discurso *Contra Mídias*, e de os valorizar enquanto instâncias críticas significativas para as edições existentes. Não sendo uma obra de leitura fácil, particularmente na parte I, na qual se procede a toda a argumentação que sustenta a edição, apresenta esta obra o mérito singular de nela, com as suas sessenta propostas de emendas às edições oxonienses, se produzir, indiscutivelmente, ciência, posto que será uma voz a ser sempre tida em conta pelos que lêem, traduzem ou comentam o Orador Ático em apreço, bem como um modelo dos bons resultados produzidos por quem se dedica à árida ciência da crítica textual e da edição de textos.

PAULA BARATA DIAS

LESZL, Walter, *I Primi Atomisti. Raccolta dei Testi che riguardano Leucippo e Democrito*, Firenze, Leo S. Olschki, 2009, LVIII, 449, 326 pp. ISBN: 978-88-222-5851-9.

Inserida na colecção *Accademia Toscana di Scienze e Lettere “La Colombaria”*, série *Studi*, da qual constitui o número 246, esta obra consiste numa proposta de organização e tradução para italiano¹¹ dos textos atribuídos aos Atomistas. O volume abre com uma introdução genérica (pp. V-LVIII) e termina com um sumário ou tábua de conteúdos (pp. 437-449) que sintetiza com grande detalhe a organização dos textos apresentados. Por último, foram incluídos num *CD* apenas alguns elementos complementares¹².

Sublinho, antes de tudo, que não se trata de uma selecção ou antologia, antes de uma recolha que pretende ser integral; pelo que todas as omissões se devem a critérios estritamente filológicos. Por outro lado, não será uma edição *stricto sensu* (isto é, enquanto depuração crítica de uma tradição escrita), visto que, como esclarece o A., os textos apresentados foram colhidos de edições já existentes (p. LVI).

A introdução é fundamentalmente centrada em aspectos metodológicos. Após uma breve apresentação da estrutura do volume e respectivos critérios filológicos e editoriais (pp. V-VIII), o A. reconstitui, com um rigor admirável, as condições em que os textos atribuídos aos Atomistas chegaram até nós, distinguindo, para tal, os vários tipos de fonte (pp. VIII-XXXV). Sobressaem Aristóteles e Teofrasto pelo facto de serem os únicos que terão consultado os originais (p. X¹³). Destes derivam duas outras linhas: os comentadores do Estagirita (nomeadamente Alexandre de Afrodísias, João Filópono e Simplicio) cujos contributos se basearam em textos doxográficos e epítomes, com a excepção de Sexto Empírico que, como Plutarco, terá tido acesso a antologias (pp. X-XI, XXVI-XXVII; *Supplementi*, pp. 1-2, 4-6); toda a tradição doxográfica, que, pela leitura crítica dos *Doxographi Graeci* de Diels, o A. resiste em reduzir às perdidas *Φυσικῶν δόξαι* de Teofrasto (pp. XVII-XIX). Nesta segunda via de transmissão, destacam-se duas categorias

¹¹ Excepto os textos em árabe para os quais o A. utilizou outras traduções: 60.2 em inglês; e 7.3 em alemão.

¹² Dado que estes surgem em documentos (versões .doc e .pdf) individuais, referi-los-ei, daqui em diante, pela primeira palavra do título seguida da(s) página(s) em questão.

¹³ O caso de Platão, abordado em *Presentazione*, pp. 37-38, é assaz particular, já que alude às teses atomistas sem referir o nome dos autores; certamente teria tido acesso aos originais.

particulares: os escritos médicos conservados principalmente nos textos de Sorano (na sua maioria transmitidos nas versões latinas de Célio Aureliano e Tertuliano); e também os éticos veiculados por Plutarco, Cícero e Séneca, a que se acrescenta a tradição gnomológica subsistente em Estobeu, numa recolha anónima de sentenças atribuídas a “Demócrites” (que o A. identifica com Demócrito; v. p. XXXII; *Supplementi*, pp. 8-10) e nalgumas antologias mais tardias (v. *Supplementi*, pp. 10-17, 21-25). Há ainda a salientar o contributo dos biógrafos para aspectos doutrinários, nomeadamente o epistolário anónimo (e espúrio) entre Hipócrates e Demócrito que, apesar de romanesco, deixa transparecer alguns títulos e conteúdos das suas obras (pp. XXII-XXIII); e, em último lugar, o caso particular do epicurismo cujos principais fundamentos derivavam do atomismo antigo. Por esse motivo, os autores desta escola retomaram várias teses dos seus “antepassados” ideológicos, parte das quais foi conservada pelo *Aduersus Colotem* de Plutarco, por Diógenes de Enoanda e Filodemo.

A conclusão de toda esta resenha é desoladora: as citações mais extensas e significativas devem-se a autores tardios (Sexto Empírico, Galeno e Diógenes Laércio), enquanto que os mais autorizados, Aristóteles e Teofrasto, apenas discutem breves expressões ou mesmo palavras isoladas (p. XI).

No que respeita à secção suplementar incluída no CD apenso, dela constam os seguintes elementos: lista de abreviaturas; bibliografia; tabelas de correspondência com outras edições; glossário; uma versão alargada da tábua de conteúdos que inclui as passagens contidas em cada secção; índice de autores antigos; 17 suplementos à introdução que desenvolve algumas questões particulares aí afloradas; uma extensa (97 pp.) secção dedicada a comentários de natureza filológica aos textos traduzidos; um quadro sinóptico dos principais axiomas do atomismo distribuídos de acordo com a tábua de conteúdos; finalmente, uma listagem dos textos incluídos e excluídos pelo A. a par de um cotejo das restantes edições.

Todos estes elementos são de fundamental importância, na medida em que enriquecem bastante o volume do ponto de vista funcional e também conteudístico. No entanto, cumpre fazer algumas observações sobre alguns deles. Quanto à lista de abreviaturas, apenas diz respeito a autores e obras antigos; teria sido vantajoso incluir também abreviaturas genéricas como “sez.” ou “om.”. No que respeita ao glossário, afigura-se bastante útil pelo facto de elencar os principais termos gregos seguidos da respectiva tradução e também das passagens em que ocorrem; estranhamente, a listagem não segue uma ordem alfabética nem qualquer outra minimamente evidente.

Finalmente, cumpre apenas dizer que o volume teria ficado bastante mais enriquecido se alguns destes elementos tivessem sido integrados na versão impressa; nomeadamente os índices e as concordâncias, fundamentais para a consulta de uma recolha de textos desta natureza. Não estando incluídos, o aspecto funcional sai empobrecido, porquanto dependente do uso acessório de um computador.

A propósito da pertinência da obra, diz o A. que procurou apresentar uma recolha mais completa do que as existentes (p. VI), tendo em conta apenas as principais: a de Natorp, mais antiga e exclusivamente dedicada à ética de Demócrito¹⁴; a canónica de Diels-Kranz¹⁵; e outra mais recente de Luria¹⁶. As diferenças em relação a estas devem-se, quer à inclusão de textos que tenham sido recentemente publicados, passado despercebidos ou simplesmente rejeitados; quer à exclusão de outros. Dada a impossibilidade de analisar com um mínimo de rigor todas as discrepâncias entre as edições e os critérios que as fundamentam (v. pp. VI-VIII, L-LVI; *Ragguaglio; Supplementi*, pp. 19-21), opto apenas por registar os acrescentos devidos a novidades editoriais. Antes disso, sublinho ainda a opção de incluir alguns textos de outros autores que, não referindo nem aludindo aos Atomistas, abordam problemas que lhes são afins: por exemplo, os argumentos eleatas contra a pluralidade (16.2 = 28 B 8.22-25 DK = Simp. *in Ph.* 144.29) e a existência do vazio como condição de movimento (16.5 = 30 B 7.7-10 DK = Simp. *in Ph.* 111.18), ou mesmo o chamado “atomismo de Platão” (48.1 = *Ti.* 49b-c).

Os textos recentemente trazidos a público incluídos pelo A. são de origem variada e todos eles relacionados apenas com Demócrito. Um deles consiste numa inscrição que, apesar de descoberta e editada ainda no século XIX, só em 1974 foi correctamente estabelecida¹⁷; trata-se de dois fragmentos atribuídos ao epicurista Diógenes de Enoanda que contesta a teoria dos sonhos (110.6,9 = Diog. Oen. frs. 9 col. 6.3-14, 10 col. 3.14.4.5). Há ainda outros dois oriundos de manuscritos recém-editados: um que compara o Homem a uma versão reduzida do cosmos (124.1.1 = [Elias] *in Porph.* 14.18-19); e um segundo da autoria do médico árabe Ibn al-Matran que versa sobre as doenças (7.3 = *Bustanu l-attiba*). Os restantes são todos

¹⁴ Natorp 1893.

¹⁵ Diels und Kranz 1952.

¹⁶ Luria 1970.

¹⁷ O A. segue uma edição mais recente do mesmo estudioso (Smith 1993).

de origem papirológica: um deles, desprovido de qualquer contexto, surge como parte do *Περὶ φύσεως* de Epicuro (193.3 = *PHerc.* 1148 col. 30); outro relacionado com a autossuficiência da natureza, pertencente a um comentário de [Galeno] a um tratado hipocrático (96.5.2 = *PFlor.* 115 B 7-13); um terceiro sobre a natureza da alma (101.8 = *PGen.* 203 B 27-29); um último, bastante conjectural, em cujo contexto se discute a *εἰσαρμύνη*, sendo apenas referida uma doutrina de Demócrito cujo conteúdo não é explicitado (0.9.6.1 = *PVindob.* G 29329 + 26008b).

No que respeita à organização dos textos, o A. optou pelo critério do conteúdo, o que resultou numa estrutura geral bastante clara e coerente: dois grandes blocos (um sobre biografia, obras e relação com outros autores; outro sobre a doutrina) criteriosamente subdivididos (v. p. XLVIII). A noção de conjunto foi reforçada por uma numeração contínua que, apesar de exclusiva desta recolha, mantém-se sempre concordante com outras edições através das indicações de correspondência constantes em cada um dos textos. Ao contrário de Diels-Kranz, não separa os fragmentos dos *testimonia* – e muito acertadamente, a meu ver, dada a artificialidade deste expediente. Em vez disso, opta por classificar os textos individualmente por meio de abreviaturas como F (“fragmento”) ou T (*testimonium*)¹⁸ que poderão ser combinadas no caso de ser difícil ou arriscado optar por uma delas em específico; no caso dos fragmentos, opta por incorporar grande parte do contexto e marcar com aspas o segmento a que corresponde a citação. Outro aspecto a salientar é o recurso a sinais diacríticos para incorporar observações ou indicações de enorme utilidade: * para identificar as doutrinas atomistas no interior dos *testimonia*; os nomes “Leucipo” e “Demócrito” a negrito; entre outros (v. pp. XLVI-XLVII). O único aspecto menos positivo é a ausência dos textos no original que, segundo refere o A., serão disponibilizados numa publicação futura (p. V).

No geral, trata-se de um instrumento bastante útil para uma visão geral do pensamento dos Atomistas, conforme a tradição no-lo deixou, ao mesmo tempo que, pelos dados que fornece na introdução, constitui uma proposta séria para perscrutar essa mesma tradição. O material suplementar, que acrescenta 326 páginas de conteúdos, enriquece ainda mais o projecto global pelo facto de o reforçar sobretudo do ponto de vista filológico.

RODOLFO LOPES

¹⁸ A lista completa das abreviaturas deste tipo consta na p. XLVI.

LÓPEZ FÉREZ, Juan Antonio (ed.), *La mitología clásica en la Literatura Española. Panorama diacrónico*, Madrid, Ediciones Clásicas, Colección Estudios de Filología Griega, vol. 11, 2010, 855 pp. ISBN: 84-7882-616-5.

Este volume contém os trabalhos que foram apresentados no VII Colóquio Internacional de Filología Griega, *Influencias de la mitología clásica en la literatura española*, organizado pela Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), em Madrid, durante os dias 20-23 de Março de 1996. Colaboraram, nesta obra, helenistas, latinistas e hispanistas, e entre eles figuras de renome, que nos apresentam estudos de grande profundidade e qualidade sobre a presença, influência, tratamento e função dos mitos clássicos na literatura espanhola, desde os seus começos até ao século XX. Em torno da mitologia, agrega-se um tratamento genológico, estético, artístico da produção hispânica e ainda da *respublica litteraria* europeia de todas as épocas, desde a antiguidade à modernidade, que tornam esta obra um documento precioso para especialistas, sem deixar de cativar o leitor comum, interessado nos motivos recorrentes mais diversos, que a mitologia sugere.

Pórtico desta obra, que congrega trinta e oito estudos, é o ensaio notável sobre a mitologia clássica na literatura espanhola de Vicente Cristóbal, que já nos habituou – desde o seu estudo publicado em *Cuadernos de Filología Latina Clásica. Estudios Latinos* 18 (2000) 29-76 –, a uma abordagem crítica e a um conhecimento amplo da matéria, fundamentados nos códigos estéticos, próprios de cada época. Curiosas são estas palavras suas (p. 1): «El mito fue en su origen una manifestación folclórica anterior a la literatura. [...] Pero ese viejo abuelo que es el mito, tal vez por dicha constante necesidad de adaptación a los signos de los tiempos y de las culturas, ha adquirido un especial vigor que, a pesar de su vejez, lo aleja siempre de la caducidad. Podría decir-se de él – como del Caronte virgiliano (*Aen.* VI. 304) – *que es iam senior, sed cruda deo uiridisque senectus*».

Literariamente, além da função argumentativa do mito, não é menos expressiva da sua pervivência, no tempo e nos diferentes espaços do mundo ocidental, a sua função de ornato, elemento da *elocutio*, e já não objecto da *inuentio*: pode servir para criar toda uma gama de figuras estilísticas, tais como a perífrase, a metonímia, a antonomásia, a metáfora e a comparação (p. 4). Variados são os estudos de filólogos clássicos e hispanistas, integrados nesta colectânea, que comprovam esta asserção e, nos seus diferentes temas, exemplificam-na.

A aliança entre mito e literatura que se alicerçou, entre os Gregos, desde a *Ilíada* e a *Odisseia*, percorreu um longo caminho até à adaptação, à transculturação, do mito grego na literatura romana, e adquiriu uma dimensão de grande significado na civilização do Ocidental. A tradição clássica, na designação emblemática de *Highet* – desde a Idade Média ao Renascimento, do Barroco ao Neoclassicismo e, de forma menos sistemática, em todos os tempos até à actualidade –, revela o mito como fonte inesgotável de todos os géneros literários, ou como simples motivo, ou como componente único do seu conteúdo. Até a história, que tem por objecto narrar a verdade, quando se confronta com os tempos remotos das origens, recorre à lenda, ao maravilhoso. É o caso, em Espanha, da primeira parte da *General Estória* de Afonso X, o Sábio, que revela o conhecimento das obras mitográficas latinas, designadamente das *Metamorfoses* de Ovídio. As alegorizações medievais desta obra, a *Genealogia deorum gentilium* de Boccaccio, a par de obras francesas, como o *Roman de Troie* de Benoît de Sainte-Maure, o *Ovide moralisé*, o *Libro de Alexandre* são fontes privilegiadas até ao Renascimento, época em que os autores gregos são editados, muitas vezes na sua tradução latina. Obra de referência, neste particular, é a de José M. de Cossio, *Fábulas mitológicas en España* (1952, 2ª ed. Madrid, Istmo, 1999).

Fastidioso se torna enumerar os estudos que se incluem nesta obra, mas só assim se torna possível dar uma visão diacrónica e sincrónica do tema que a informa, dos géneros literários que abarca, dos motivos mitológicos, recorrentes em autores de épocas distintas.

Na “Nota prévia”, o Director do Colóquio, Juan Antonio López Férez, exprime o profundo sentimento pela morte de Jesús Lens Tuero, que assina um artigo desta colectânea, em parceria com Pedro Pablo Fuentes González, intitulado “La introducción de la mitología de Diodoro en España”. Nesta hora, já nos deixou, inesperadamente, um outro autor, presente nesta obra, brilhante classicista, de um saber e uma erudição singulares, amigo saudoso, a quem presto as minhas homenagens, Antonio López Eire. O seu estudo, de uma fina análise, intitula-se “Sobre el mito clásico en Quevedo”.

A Idade Média, o Renascimento, o Barroco e o Neoclassicismo, campo fértil da cultura do mito, ocupam grande parte desta obra.

In limine, o referido artigo de Vicente Cristóbal, indispensável à leitura e compreensão global da obra, apresenta uma introdução e uma aproximação bibliográfica sobre a mitologia clássica na literatura espanhola. Na mesma linha, Margherita Morreale, na sua introdução bibliográfica ao tema de Hércules em Espanha, revela a recorrência do mito “fundador”

de Hércules, comum à França e à Espanha, com grande significado na cultura europeia medieval, que viu, alegoricamente, nos seus trabalhos, uma prefiguração dos sofrimentos de Cristo. Dão corpo a esta obra muitos outros estudos sobre: a figura de Hércules na *General Estoria* de Alfonso X, o Sábio (M. Luisa Arribas Hernández); as lendas virgilianas nas literaturas hispânicas medievais (José Luis Vidal); a mitologia na prosa do séc. XIV (M. Dolores Castro Jiménez); a poesia castelhana do século XIV (Juan Luis Arcaz Pozo); os mitos clássicos na obra lírica do Marquês de Santillana e de Juan de Mena – figuras do Pré-renascimento em Espanha, com relações de amizade com os Príncipes de Aviz (José Vela Tejada); a mitologia clássica no Marquês de Villena (Manuel García Teijeiro); o mito no teatro da segunda metade do século XV: de Gómez Manrique a Hércules Florus (Juan Francisco Alcina); a influência da mitologia grega na *Celestina* e no *Cancioneiro Geral* (Mariano Benavente e Barreda); mitologia clássica e poesia castelhana, na época de Carlos V (Antonio Alvar Ezquerro); influências indirectas da mitologia clássica nas literaturas latina e vulgar dos séculos de Ouro (José María Maestre Maestre); a mitologia clássica e o teatro espanhol preloquista (Bartolomé Segura Ramos); o poeta lírico perante o mito épico. O exemplo de Fernando Herrera (José Guillermo Montes Cala); mitologia e novela picaresca (Francisco Pejenaute Rubio); a visão mítica do Novo Mundo nos historiadores das Índias (F. Javier Gómez Espelosín); a mitologia nos “prólogos” das Histórias Gerais de Espanha (José António Caballero López); presença de mitos e personagens míticos clássicos no *Quijote* (Juan Antonio López Férez); a sobrevivência do mito clássico na comédia mitológica de Lope de Vega (Enrique Ángel Ramos Jurado); observações sobre a recepção da mitologia clássica na obra de Gôngora (Jordi Redondo); elementos míticos greco-latinos na produção dramática de Tirso de Molina. Uma primeira aproximação (Germán Santana Henríquez); o teatro de Calderón: mitologia y cosmovisão barroca (Erwin Haverbeck O.); o contexto social, político e teológico da comédia mitológica no teatro clássico espanhol (Thomas Austin O’ Connor); bibliografia de mitos dramatizados na literatura espanhola (do século XV aos princípios do século XIX), do mesmo autor; Psiquis e Cupido em Calderón e María de Zayas (Margaret R. Greer); a presença e função dos mitos em três autores do século XVII: Cascales, Saavedra e Gracián (Francisca Moya); presença dos mitos clássicos na lírica do século XVIII (Alfonso Martínez Díez); a mitologia clássica no teatro espanhol do século XVIII (Emilio del Río); o mito na obra didáctica de P. Isla: *Recusatio* da fábula pagã (Francec J.

Cuartero I Iborra); presença e tratamento da mitologia clássica na poesia e no teatro espanhóis do século XIX (Dulce Estefanía); notas para uma história do mito na literatura espanhola: do século das Luzes ao século XX (Ignacio Rodríguez Alfageme); o mito de Ulisses no teatro espanhol do século XX (Fernando García Romero); o conceito de mito na obra de Ortega y Gasset (Luis Miguel Pino Campos); o orfismo de José Lezama Lima (Jaume Pòrtulas); o mito grego na narrativa hispana contemporânea (Emilio Suárez de la Torre).

A amplitude temática e a profundidade no tratamento do mito em diferentes autores, e numa grande diversidade de obras que tocam todos os géneros literários, em prosa e em verso, tornam esta obra um documento precioso da influência clássica na literatura espanhola, reflexo das tendências da literatura europeia, que se inspira num património universal comum, a que o mito, no seu fluir perene, confere essencialidade poética.

A enriquecer esta obra e a facilitar o seu manuseio e recepção, por parte de um público especializado ou do leitor comum, encontram-se, no final do volume, os resumos dos diferentes artigos, em língua inglesa, um índice de citações clássicas, um índice geral de autores e obras, um índice com a selecção de alguns termos de referência, um índice de nomes mitológicos e uma lista de autores deste volume e seus endereços. Uma obra que se impõe pela qualidade e variedade dos seus estudos que dignificam os seus autores e os seus editores.

NAIR CASTRO SOARES

MARTINS, José Vitorino de Pina, *Histórias de livros para a história do livro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2007, 339 p.

«No ano da Graça de 2007, aos 20 dias do mês de Dezembro, na cidade de Lisboa, que de Ulisses tira o nome, se deu por concluída a impressão desta “Histórias de livros para a História do Livro”, segundo manuscrito preparado pelo ilustríssimo senhor Prof. Doutor José Vitorino de Pina Martins e segundo documentação iconográfica tomada de obras impressas e manuscritas que compõem a sua biblioteca pessoal».

É este o início do cólofon desta obra notável, que revela o itinerário percorrido pelo seu autor, ao longo de uma vida – e a vida com ele –, na sua busca, com paixão, do livro antigo. Apreciador inigualável da arte

da imprensa, desde o seu dealbar, escolhe e recolhe livros pelo seu valor intrínseco, indissociável da sua forma material, do requinte das encadernações, da singeleza primorosa de um livro de bolso, ou de uma edição escolar dos autores clássicos, da beleza dos caracteres e das ilustrações, timbre dos prelos mais famosos do Renascimento Europeu.

E com o passo e o compasso do tempo, que perfaz 54 anos, o número das cidades da *Utopia* de Thomas More – significativa coincidência – percorre, neste livro, no mesmo número de capítulos, o percurso de cada exemplar, na sua singularidade, e com ele a memória da sua história de vida, por vezes de um delicioso pitoresco, junto de livreiros e antiquários de Roma, Paris, Londres, Lisboa, até fixarem residência na sua rica biblioteca. Nela têm o seu espaço, o seu lugar reservado, resguardado pela presença tutelar de Giovanni Pico della Mirandola, em magnífico quadro, que serve de cenário (p. 4) ao retrato do Prof. Pina Martins, trajado com as insígnias de Doutor da Lutécia e o colar da sua Academia das Ciências de Lisboa, de que foi insigne Presidente. E, não faltam nesta sua biblioteca também os retratos de Desidério Erasmo e Thomas More, autores da sua predilecção – que marcaram a sua vida e a sua obra, tal como a de seu dilectíssimo mestre, Marcel Bataillon. Isto por entre livros preciosos, todos, e algumas jóias do livro antigo, que prestigiariam as melhores bibliotecas do mundo, tais como as edições aldinas de Horácio e de Virgílio de 1501, ou a edição de Estrasburgo do *Dionysius Aeropagita* de 1502, ou a *Utopia* de Thomas More de 1519 – a edição de 1518 foi por ele, generosamente, oferecida à Biblioteca Nacional de Lisboa, com o propósito de enriquecer o património cultural do nosso país.

Marcante é a relação de afecto que Pina Martins estabelece com os seus livros, não só com os que sempre o acompanham, em sua casa, mas com os que dá à troca, ou vende, para adquirir outros exemplares e, posteriormente, com eles no pensamento e no coração, vem a perseguir durante décadas até se consumir o reencontro.

Delicioso é este episódio, contado pelo autor (p. 29-32): em 1965, o *Dionysius Aeropagita* de 1502 foi dado à troca pelo exemplar aldino de 1515 de *Gli Asolani* de Pietro Bembo, e readquirido, em 1988, num reencontro tão inesperado como oportuno, em que a emoção falou mais alto, dirigindo-se ao livreiro: «Este exemplar pertence-me. Foi meu. Ando à sua procura e vim encontrá-lo enfim. Andei à sua procura, mas também ele me procurou».

E, nesta busca, em passos e descompassos, através da narrativa memorialista ou da descrição erudita, porque altamente especializada, o Prof. Pina Martins apresenta-nos o universo admirável do livro e da arte de imprimir, desde o seu berço, os incunábulos. E na *negligentia diligens* da sua escrita, atinge os objectivos últimos do *docere, mouere et delectare*, próprios da retórica, de que o livro, na época admirável do século de ouro europeu, é símbolo e instrumento.

Através desta obra, os livros ganham vida, actualizam-se no espaço e no tempo, e apresentam-se a nossos olhos, como apólogos dialogais, em *Hospital das Letras*, que o génio de D. Francisco Manuel de Melo, no século XVII, imortalizou. É que, nesta obra do Prof. José Vitorino de Pina Martins, os livros são tema, são centro de narrativa, mas são sobretudo a voz e o eco da personalidade fascinante do grande professor e humanista que foi. Deste livro se poderá dizer o que o poeta latino Marcial dissera da sua própria obra, há 2000 anos: *hominem pagina nostra sapit*, os meus escritos têm sabor humano (*Epigrammata*, 10. 4. 10).

NAIR CASTRO SOARES

MATIAS, Mariana Montalvão, *Paisagens naturais e paisagens da alma no drama senequiano: Troades e Thyestes*, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, série Monografias, 2009, 202 pp. ISBN: 978-989-8281-19-7

O estudo de Mariana Montalvão Matias, oportunamente publicado pelo CECHUC (e que afigura de igual reprodução em formato digital nos *Classica Digitalia*), corresponde à dissertação de Mestrado, apresentada pela autora à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra no ano de 2007 e orientada pela Professora Doutora Nair Castro Soares.

Tendo como objectivo principal a análise do «papel da natureza na trage-diografia senequiana, abraçando-a como uma componente dramática activa, uma forma poética privilegiada do delineamento preciso e característico de figuras, acções e ambientes» (p.9), M.M. desenvolve o seu plano de estudo em três partes, subdivididas em vários capítulos, precedidas ainda de um ‘Preâmbulo’, ‘Observações preliminares’ e de uma ‘Nota introdutória’; o estudo termina com uma conclusão, que denomina por “Reflexões conclusivas”, e ‘Bibliografia’.

Na primeira parte, intitulada “A natureza como princípio estético-dramático na obra do poeta-filósofo cordubense”, a autora analisa o conceito de *natura*, as suas origens, influências e desenvolvimentos auferidos no quadro do estoicismo, aceitando a lição de Pellicer (29-30), no tocante aos vectores semânticos do conceito, que adopta como orientadores da subsequente análise das peças, e reafirmando, agora no plano da estética e da ética senequiana, a interligação que, por vezes, é mesmo interdependência (como bem realça a autora), entre natureza universal/cosmológica, natureza/ espaço físico e natureza (física e psicológica) dos caracteres.

Na segunda parte (“Séneca e o teatro da frustração da alma humana: entre a força da razão e o poder da paixão”), M.M. estuda a ‘originalidade e especificidade do drama senequiano face às suas fontes’ e na qual analisa quer as fontes literárias, quer as filosóficas do autor, para definir o conceito de ‘tragicidade’ em contraluz relativamente à tradição grega (p. 49 e segs); e, em um segundo momento, em uma exposição articulada com os preceitos da *Stoa*, analisa conceitos determinantes à estética ideológica de Séneca, nomeadamente, os conceitos de *pathos*, *fatum*, *uoluntas*, *hybris*, *sapiens*, morte, razão, paixão e *affectus*, sem deixar de, no sub-capítulo seguinte, analisar também o estilo e peso da retórica na sua produção trágica, que considera não desviante em relação aos princípios do autor, mas como um recurso que permite reflectir «na forma as distorções de conteúdo (...), um hábil recurso pictórico, meio de exteriorização dos complexos caracteres das suas personagens» (p. 63); e, seguindo a lição de Segurado e Campos, conclui que o «estilo nervoso e patético» de Séneca acaba por exemplificar a natureza anti-mimética das suas peças, consideração que estende em uma exposição sobre as diferenças entre a teorização aristotélica e a actualização do trágico em Séneca (p.63 e segs.). O último sub-capítulo, dedica-o M.M. ao desenho das personagens (profícuo é o confronto com os prólogos de Eurípidés), ao papel do Coro e às técnicas da violência e do horror, subsidiárias da ideologização do confronto estóico-dramático entre *ratio* e *affectus*.

A terceira parte dedica-a M.M. à análise das peças *Troades* e *Thyestes*. No tocante à primeira, depois de argumentar em favor da unidade estrutural da peça, realçando, no entanto, a maior preocupação de Séneca com a «psicologia das personagens» do que com a composição e a intriga, a autora centra-se em Hécuba, personagem cujas enunciações analisa em função da correlação com os *topoi* de um campo natural destruído, campo que lhe permite concluir sobre a existência de uma estreita relação entre natureza e os campos ético e dramático que subjazem à estética senequiana. Esta análise desenvolve-se não

apenas no tocante às personagens, aos seus estados psicológicos e emocionais, mas também a elementos estético-dramáticos que resultam da composição das cenas mais emblemáticas da peça: o quadro que resulta das determinações do espectro de Aquiles e as antíteses da paisagem natural que ilustram a presença e ausência do mesmo; do aparecimento do fantasma de Heitor e do consequente *agon* entre Andrômaca e Ulisses; a morte de Astíanax e de Políxena.

No tocante a *Thyestes*, M.M. inicia o seu estudo realçando os contínuos e sucessivos tratamentos dramáticos da peça e equacionando o problema das fontes. Com base nos mesmos pressupostos de análise utilizados em *Troades*, a autora passa à análise da tragédia começando pelo prólogo, que considera, de acordo com Tarrant, um «microcosmos» da peça, porquanto nele se encerram todos os elementos que se desenvolvem ao longo do drama. E, como bem observa M.M., nesta peça «a natureza (...) desempenha (...) um papel muito característico, procedendo o filósofo-poeta a uma exploração estético-dramática da mesma, que julgamos, sem precedentes», facto que, na sequência da escolha de *Troades*, lhe permite estender a análise, em um sentido que não só ilustra cabalmente os pressupostos do seu estudo, mas que igualmente reforça ideologicamente as considerações que tece relativamente ao papel da natureza na peça anterior. Neste sentido, M.M. procede a uma clara identificação dos *topoi* inerentes às ‘paisagens infernais’/ *locus horrendus*, que interliga com elementos centrais da peça como o poder, os *affectus*, a traição, a hereditariedade (enquanto tópico trágico-natural), a violência interior e exterior, o mundo animal, a natureza física nas suas múltiplas configurações e manifestações, sempre em estrita articulação com o delineamento da intriga, com a composição dos caracteres e com os elementos poéticos utilizados para os transmitir; análise que lhe permite concluir que, em *Thyestes*, «(...) todos os limites da natureza, humanos e divinos, são violados, e o macrocosmos, que corporiza a ordem e a razão que o homem deve seguir na sua conduta (*sequi naturam*), surge como elemento estético-dramático preponderante na denúncia dos comportamentos *contra naturam*, do domínio da paixão sobre a razão.

Neste sentido, do livro de Mariana Matias apenas pode dizer-se que constitui uma obra coesa, articulada e profunda, que, em última análise, confere nova ênfase à presença do tema da natureza, no campo dos estudos senequianos, porquanto demonstra, de forma enriquecedora e inovadora, não só a importância do conceito no pensamento filosófico-dramático senequiano, mas também a vitalidade ética e estética de que aúfere na produção do autor.

MORAIS, Carlos (Coordenador), *Fernando Oliveira: Um Humanista Genial (V Centenário do seu nascimento)*. Aveiro, Universidade de Aveiro – Centro de Línguas e Culturas, 2009, 622 pp. ISBN: 978-972-789-300-3.

Para assinalar o 5º centenário do nascimento do polígrafo aveirense Fernão de Oliveira ou Fernando Oliveira, ocorrido presumivelmente em 2007, o Centro de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, sob a coordenação do Prof. Doutor Carlos Morais, tomou a iniciativa de organizar e publicar este livro, que apresenta a colaboração de vinte e oito especialistas das várias áreas do saber a que aquele autor dedicou o seu trabalho intelectual e o registou em obra escrita.

O volume está dividido em quatro secções, ou grandes capítulos, correspondentes a quatro aspectos sob os quais aqui se pretendeu analisar a sua vida e obra.

Assim, a primeira secção, com o título “O Homem”, é constituída por três ensaios que incidem principalmente sobre o seu perfil biográfico. No primeiro, da autoria de Mons. João Gonçalves Gaspar, intitulado “Fernão de Oliveira: Humanista insubmisso e precursor”, o autor, com o rigor a que desde há muito nos tem habituado como grande conhecedor e historiador das coisas de Aveiro, apresenta-nos uma síntese biobibliográfica muito completa desta figura aveirense, não se limitando apenas a reunir os dados já adquiridos por anteriores estudiosos, mas apresentando soluções novas designadamente para certas informações aparentemente contraditórias, como é a questão do local de nascimento – Aveiro, ou Gestosa de Santa Comba Dão –, com base na interpretação de um epigrama latino de F. Oliveira, de conteúdo autobiográfico.

O segundo ensaio é da autoria do Saul António Gomes, da Universidade de Coimbra, que fornece um contributo específico sobre “O ambiente dominicano na formação intelectual de Fernão de Oliveira”, traçando um quadro panorâmico da vida claustral dominicana em Portugal, com referência particular ao Convento de S. Domingos da Misericórdia de Aveiro, onde Fernão de Oliveira passou os primeiros anos de noviço, e do Convento de São Domingos de Évora, para onde transitou por volta de 1520 para aí completar a sua formação.

Da autoria do Luís Machado de Abreu, da Universidade de Aveiro, é o estudo sobre “A religião flutuante do padre Fernão de Oliveira”, que contempla em especial o percurso ideológico e religioso deste frade, que abandonou a clausura dominicana eborense e entrou numa vida de aventura

e rebeldia, tomou atitudes críticas e defensoras do livre arbítrio e oscilou entre a ortodoxia católica e os movimentos reformistas, sobretudo da igreja anglicana de Henrique VIII, a quem prestou os seus serviços de capitão marinho e simpatias declaradas, pagas por mais que uma vez com a reclusão inquisitorial.

A segunda secção do livro é dedicada a Fernão de Oliveira como “O Filólogo”, tendo em vista não apenas a sua faceta de gramático, pela qual é geralmente mais conhecido, com a sua famosa *Gramática da Lingoagem Portuguesa*, mas também a sua tradução do tratado *De Re Rustica* de Columela.

Quanto à Gramática, a primeira que se publicou sobre a língua portuguesa, inclui este volume nada menos que dez ensaios. O primeiro, da co-autoria de Carlos Assunção e Maria Helena Santos, da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, é dedicado às “Gramáticas Portuguesas de Quinhentos no Quadro do Humanismo Europeu” e resume o movimento e as causas que levaram à eclosão das gramáticas das línguas vernáculas na Europa Ocidental, por contraste com a longa tradição das gramáticas das línguas clássicas greco-latinas, e faz uma aproximação comparativa entre a Gramática de Fernão de Oliveira e a de João de Barros. Rogelio Ponce de León Romeo, da Universidade do Porto, num estudo intitulado “Oliveira perante Nebrija: Uma visão da *Grammatica da lingoagem portuguesa* à luz da *Gramática castellana*”, analisa as profundas influências desta obra do humanista andaluz sobre a Gramática do autor português, fazendo um longo e elucidativo cotejo de textos de uma e de outra para demonstrar os frequentes decalques e também as diferenças e adaptações operadas por F. Oliveira e os motivos por que o fez. Amadeu Torres, das Universidades Católica Portuguesa e do Minho, por seu lado, no trabalho “Contributos linguísticos e pioneirismo teorizante em Fernão de Oliveira”, acentua o carácter inovador, original e pioneiro da sua obra gramatical no contexto da România do Renascimento, no que respeita à teorização descritiva de várias questões, com particular relevo para a fonética e fonologia. Ligado com esta mesma matéria é o estudo “A língua da gramática à luz dos outros textos” de Maria Helena Paiva, da Universidade do Porto, que percorre o sistema gráfico do vocalismo e seus timbres, proposto pela Gramática de F. Oliveira, e suas oscilações em confronto com outros textos impressos e manuscritos do mesmo autor, bem como certas variações gráficas lexicais, fazendo-o acompanhar de um vasto registo estatístico. Os professores Maria Helena Santos e Carlos Assunção, já atrás referidos, num segundo ensaio –

“A questão da heterogeneidade e da mudança linguísticas: da sensibilidade precursora de Fernão de Oliveira” – insistem no mesmo assunto das suas preocupações de codificação linguística em contraste e dialéctica com as suas variações e mudanças, dando particular relevo à perspectiva da sua dimensão diastrática e diacrónica, sem esquecer, por outro lado, o manifesto carácter precursor e pioneiro da gramatologia do polígrafo aveirense. Na sequência destas análises, João Paulo Ribeiro, da Universidade de Aveiro, analisa “A autoridade heterodoxa da Gramática de Fernão de Oliveira”, no conceito de grande número de gramáticos posteriores, mais preocupados com critérios latinizantes, no domínio da terminologia gramatical, da ortografia e da formação e evolução lexical. “Fonética e Fonologia (segmental e prosódica) em Fernão de Oliveira (1536)” é o contributo de Henrique Barroso, da Universidade do Minho, que nele reafirma o seu carácter precursor no domínio da descrição e teorização linguísticas, designadamente no processo de análise fonética e fonológica, numa perspectiva funcional que anunciava com séculos de antecipação as teorias modernas. Graça Rio-Torto, da Universidade de Coimbra, apresenta um estudo sobre “A actualidade do pensamento de Fernão de Oliveira: léxico e morfologia”, designadamente sobre a teorização morfológica e lexical oliveiriana no que respeita à origem das palavras e suas diferentes vias de formação (empréstimo, composição, derivação e outras). Fernando Martinho, da Universidade de Aveiro, discute sobre “*O estatuto do adjectivo* na Grammatica da lingoagem portuguesa: herança ou inovação”, percorrendo as origens greco-latinas daquela categoria gramatical, desde o *epítheton* ao *adiectivum*, e procede à sua análise até ao adjectivo renascentista, para a confrontar com a posição de Fernão de Oliveira, que nesta matéria permanece fiel ao quadro conceptual latino. Por fim, Rosa Lúcia Coimbra, da Universidade de Aveiro, com o sugestivo título “Sapateiros e ovelhas: a metáfora em Fernão de Oliveira” abonado no próprio texto do humanista, fala sobre o seu recurso à linguagem metafórica do símile literário para explicar questões técnicas de gramatologia, ao mesmo tempo que analisa o capítulo XXXIX da Gramática do humanista aveirense, em que este faz teoria justamente sobre as “dições mudadas”, isto é, as “palavras” de sentido “metafórico”.

Pertence também ao âmbito da produção filológica de Fernão de Oliveira a sua tradução manuscrita de parte do tratado latino de Columela acerca da actividade agrícola; e sobre essa primeira versão ibérica (embora incompleta) aparecem neste livro dois ensaios. No primeiro, sob o título “O tratado *De Re Rustica* de Columela na versão portuguesa de Fernando

Oliveira”, de António Manuel Lopes Andrade e Carlos Morais, da Universidade de Aveiro, depois de um “enquadramento geral da versão portuguesa no contexto do movimento humanista europeu e da transmissão do próprio texto columeliano”, é feita uma apreciação ao rigor da tradução de Oliveira e às notas e comentários que a acompanham, bem como à importância e objectivos desta iniciativa numa época de crise da agricultura devida em grande parte à mobilização braçal e aos interesses comerciais voltados para a aventura dos descobrimentos. O segundo ensaio é de Ana Maria S. Tarrío, da Universidade de Lisboa, que retoma e aprofunda o tema da mesma crise e fala sobre “Fernando Oliveira, Columela e a crise da agricultura no séc. XVI”, que é testemunhada por outros variados autores da mesma época, e que desmonta o velho mito da localização do *Elysium* e das Ilhas Afortunadas no ocidente hispânico, terra de suposta fertilidade natural. A autora insiste na análise da real crise da agricultura e suas causas, que, segundo proposta de Fernão de Oliveira, só poderá ser superada pela qualificação técnica e pelo trabalho dos seus agentes; e essa terá sido a razão do seu projecto de tradução do tratado de Columela, que ficou inacabada em manuscrito.

A terceira secção deste livro apresenta Fernão de Oliveira na qualidade de “Marinheiro” e de autor de uma significativa obra náutica, representada pela *Arte da Guerra do Mar*, pela *Ars Nautica* e pelo *Livro da Fábrica das Naus*, e ainda pela *Viagem de Fernão de Magalhães escrita por um homem que foi em sua companhia*.

Acerca da primeira obra figuram neste livro três ensaios. O primeiro, sob o título “Uma visão estratégica da *Arte da Guerra do Mar*”, é da autoria do Contra-Almirante António Silva Ribeiro, que analisa o texto de prólogo, em que Fernão de Oliveira expõe as razões da publicação deste tratado e a sua importância, e sobretudo o minucioso conteúdo dos seus trinta capítulos sobre estratégias, conceitos e tácticas da guerra naval. O segundo ensaio, “A retórica do aptum na *Arte da Guerra do Mar*”, da responsabilidade de Belmiro Fernandes Pereira, da Universidade do Porto, explora a aplicação das regras da retórica clássica por parte de Fernão de Oliveira neste mesmo tratado, com base nos preceitos de Quintiliano, frequente e explicitamente citado pelo humanista. O último dos referidos três ensaios tem por título “Fernando Oliveira: a guerra como o menor dos males e a escravatura como o maior dos pecados” é da autoria de Maria Manuel Baptista, da Universidade de Aveiro, que nele tece considerações acerca da política da guerra ao serviço da paz, e do conceito de guerra justa, incompatível com a prática da escravatura, que o humanista condena em absoluto.

A obra acerca da arte de navegar (*Ars Nautica*) foi contemplada neste volume com dois estudos. No primeiro, com o título “A enciclopédia do mar: o manuscrito da *Ars Nautica* e a sua história”, o seu autor Francisco Contente Domingues, da Universidade de Lisboa, depois de descrever o percurso histórico do manuscrito latino actualmente conhecido, com os problemas a ele associados da identificação do lugar e data da composição, e das suas viagens e localização no estrangeiro, faz uma análise do seu conteúdo enciclopédico sobre a arte de navegar, discute os motivos que levaram o humanista-piloto a escrevê-lo e termina com a descrição dos sucessivos e até hoje malogrados planos da sua tradução e publicação. No segundo estudo, o seu autor, José Manuel Malhão Pereira, da Universidade de Lisboa, fala sobre “O padre Fernando Oliveira, um marinheiro português do século XVI”, descrevendo as suas viagens de marinheiro e piloto ao serviço de variadas missões não apenas portuguesas mas também entre espanhóis, franceses e ingleses, e não só na Europa mas também no Norte de África, em que recolheu experiência técnica e o saber teórico necessários à elaboração da sua *Ars Nautica*. Sobre o seu conteúdo propriamente náutico, Malhão Pereira termina com uma nota de análise crítica, recordando os trabalhos sobre a mesma matéria anteriores a Fernando Oliveira, que lhe terão servido de inspiração, e acrescenta um Apêndice com a reprodução de “Algumas das gravuras da *Ars Nautica* com breves comentários”.

O *Livro da Fábrica das Naus*, o terceiro da tríade dos seus trabalhos científico-pedagógicos sobre a actividade naval, é objecto de dois estudos neste volume. No primeiro sobre “O *Livro da Fábrica das Naus* no contexto da construção oceânica do século XVI”, da responsabilidade de Filipe Vieira de Castro, da Texas A&M University (USA), é feita uma análise das características do navio da Índia descrito por Fernão de Oliveira, comparando-as com os dados arqueológicos recolhidos nos restos da suposta nau de “Nossa Senhora dos Mártires” em São Julião da Barra, onde ela naufragara em 1606, e confrontando-as com as informações descritivas, arqueológicas e iconográficas de outras fontes do séc. XVI e XVII, para uma avaliação das técnicas de construção naval e do modelo da nau oceânica dos tempos do nosso humanista. O segundo estudo, com o título “A Arte da Fábrica das Naus”, da co-autoria de Tiago Fraga, António Teixeira e Adolfo Silveira Martins, da Universidade Autónoma de Lisboa, incide sobre a mesma matéria da arquitectura naval, com a particularidade de analisar o sistema de medidas e sua proporcionalidade no próprio processo de construção das várias partes constitutivas do navio-modelo descrito por Oliveira na

Fábrica das Naus, procurando a sua reconstituição virtual, apoiada numa ampla ilustração de perfis, secções e projecções.

Enquadra-se, ainda, no âmbito das preocupações da vida marítima de Fernão de Oliveira, a referida *Viagem de Fernão de Magalhães escrita por um homem que foi em sua companhia*. Por isso, o coordenador deste volume a incluiu na secção destinada aos ensaios dedicados à sua faceta de “Marinheiro”.

Sobre esse texto escreveu Maria Fernanda Brasete, da Universidade de Aveiro, o estudo “Sobre o Relato da Viagem de Fernão de Magalhães”, em que resume a história da origem e tradição do texto desde a sua redacção manuscrita em português passando pela sua primeira edição impressa em 1937, pela tradução francesa e edição crítica em 1976, até outras edições posteriores; e expõe as discutidas questões da autoria e da autenticidade das fontes do manuscrito, terminando com algumas considerações sobre as características desta obra que a incluem dentro da produção histórico-literária da expansão ultramarina.

A quarta secção do presente volume é dedicada a Fernão de Oliveira como “Historiador” e autor de duas obras de intenção formalmente histórica, o *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal* e a *História de Portugal*, da qual a anterior é considerada como uma espécie de esboço. Neste sector intervêm dois investigadores. Teresa Margarida Jorge, no ensaio “Fernando Oliveira: uma voz da História de Portugal”, depois de evocar o ambiente sócio-político e cultural em que o humanista viveu, e de estabelecer a ligação da experiência de vida do autor com a genologia da sua obra, traça a história da origem e transmissão desta dupla de textos historiográficos, em que se revela um acentuado sentido patriótico de independência perante os perigos que sopravam da fronteira vizinha. Na mesma linha de pensamento, José Eduardo Franco, da Universidade de Lisboa, no seu ensaio “Fernando Oliveira, ideógrafo da proto-nacionalidade portuguesa”, desenvolve e reforça a ideia de mitificação fundacional das origens da nação portuguesa, em que a história do seu passado evocada na obra de Fernão de Oliveira, em particular na sua produção propriamente historiográfica, assume um carácter especialmente predestinado e teleológico, como penhor por assim dizer divino da sua independência e perenidade inviolável, na esteira de uma corrente de pensamento europeu em voga no séc. XVI e que no caso oliveiriano adquire uma força crítica que se enquadra na questão da crise sucessória de Portugal de 1580, deflagrada com o desastre de Alcácer Quibir. Nesse sentido, diz o autor deste ensaio, “a *História de Portugal* de

Oliveira delineia a matriz ideológica da corrente messiânico-nacionalista do sebastianismo e configura-se como a precursora da filosofia sebastianista”.

A presente colectânea de ensaios é precedida de uma apresentação liminar da autoria do seu coordenador Prof. Doutor Carlos Morais, que explica as razões desta iniciativa e resume, numa excelente síntese global, o conteúdo de cada um; bem como de uma relação dos currículos científicos de cada um dos co-autores deste grosso volume, que é, ainda, enriquecido com uma seleccionada relação bibliográfica final de cerca de 550 títulos em que se apoiaram todos os trabalhos que a integram.

Estão de parabéns o Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e o Doutor Carlos Morais pela edição deste livro, que ficará como a obra mais completa e actualizada e de referência incontornável para os estudiosos da vida e obra do polígrafo aveirense Fernão de Oliveira.

SEBASTIÃO TAVARES DE PINHO

Obras de Damião de Góis, Vol. I (1532-1538). Trabalhos de tradução e comentário. Fac-símile de cada edição *princeps* deste período. Leitura diplomática e versão portuguesa por Miguel Pinto de Meneses. Edição, introdução e notas de Manuel Cadafaz de Matos. Apresentação de Amadeu Torres, Lisboa, Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (CEHLE) VIII, 2002, vol.1, 504 pp. ISBN 972-9366-21-7.

Com o número VIII da colecção Fontes Históricas da Cultura Tipográfica Portuguesa, o Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (CEHLE) inicia uma sequência editorial que se prevê, de início, venha a ter três volumes dedicados, como o título indica, a *Obras de Damião de Góis*.

O volume I reúne alguns dos principais opúsculos latinos do período de produção mais vincadamente europeia. Trata-se das primeiras obras produzidas por Damião de Góis e editadas em livro, entre 1532 e 1538, as quais consistem em trabalhos de tradução e comentário da sua responsabilidade. Os originais latinos contam com o labor de tradução de Miguel Pinto de Meneses (†2004), um dos mais fecundos latinistas, conhecedor da cultura do Renascimento, que ao longo do século XX foi erguendo um enorme tributo à cultura portuguesa, traduzindo autores como Álvaro Pais, Álvaro Gomes, André de Resende, Manuel Telles da Silva.

A preceder as obras do humanista e a abrir o volume (pp. 4-15), encontra-se ainda um texto que, não sendo da autoria de Damião de Góis, tem em vista oferecer ao leitor um enquadramento geral da sua obra: *Damiani a Goes Equitis Lusitani, e scriptis eius potissimum collecta*, com tradução de Miguel Pinto de Meneses.

São três, as obras de Damião de Góis apresentadas cronologicamente, segundo as respectivas edições *princeps* (é, na verdade, esse o critério anunciado na p. xiv), às quais se seguem algumas versões em língua portuguesa, bem como outros documentos com elas relacionados, entre os quais diversas imagens e curiosas gravuras alusivas.

A primeira obra publicada (pp. 19-122) é a *Legatio Magni Indorum Imperatoris Presbyteri Ioannis* ([Antuérpia], 1532), um conjunto de documentos que se reportam à embaixada de Mateus (1514), o legado etíope enviado pela rainha Helena ao monarca português D. Manuel I e ao Papa, em busca de aliança contra a ameaça turca. Com esta obra de particular interesse histórico (ainda que o autor venha de algum modo a corrigi-la, em Lovaina, em 1540, com o apoio do etíope Zaga Zabo, ao publicar *Fides Religio Moresque Aethiopum*, que entretanto o volume II desta colecção já fez editar) Damião de Góis, que então se encontrava na Flandres ao serviço da Coroa Portuguesa, manifestava à Europa a ascensão de Portugal como potência internacional e a sua grandeza como potência, na Europa do seu tempo.

Pena é que o produto deste trabalho de edição não tenha procurado os actuais avanços tecnológicos para dispensar o leitor do uso da lupa, já que a pequena mancha de texto latino do fac-simile preenche menos de ¼ da totalidade da página em branco, o que vem, em vão, encarecer a obra.

O leitor não pode, no entanto, deixar de estranhar que se apresente a edição aparentemente integral do fac-simile (incluindo numerosas composições poéticas de Cornélio Grapheus em louvor de Damião de Góis, por exemplo), mas que as traduções que a acompanham se refiram apenas a dois documentos que com ela se relacionam. Um (pp. 101-107) é a versão latina da carta da Rainha Helena da Etiópia a D. Manuel (1509), cujo texto e versão para português é da responsabilidade de Miguel Pinto de Meneses. A outra (pp. 91-99) é a carta de Damião de Góis ao bispo de Upsala (1531): *Damianus de Gooes Lusitanus amplissimo patri D. Ioanni Magno Gotho, Archiepiscopo Wpsalensi in regno Sueciae*, na edição e versão portuguesa de Amadeu Torres. Nessa carta, o autor retribuía ao Arcebispo de Upsala,

seu amigo, no exílio, o pedido de informações acerca da fé e dos costumes do Preste João.

A segunda obra de Damião de Góis é a versão para português do *Livro de Marco Tullio Ciceram chamado Catam maior, ou da velhice, dedicado a Tito Pomponio Attico* (Veneza, 1538). Ao fac-simile (pp. 125-206), segue-se a fixação do texto latino por Miguel Pinto de Meneses e a fixação do texto goesiano por Manuel Cadafaz de Matos (pp. 214-299) bem como um capítulo com as anotações do próprio Damião de Góis (pp. 303-313) e outro com mais amplas notas à edição veneziana, da autoria de Manuel Cadafaz de Matos (pp. 315-331).

O *Liber Ecclesiastes* ocupa o terceiro lugar (pp. 333-504) e foi o que mereceu, da parte do actual editor, tratamento mais desenvolvido. Além do fac-simile da tradução e comentário de Damião de Góis (a partir, no essencial, da edição de 2002 de T. Earle, *O livro de Ecclesiastes*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, como o próprio Cadafaz de Matos indica, na p. 333) e da fixação do texto latino sempre por Miguel Pinto de Meneses, o leitor encontra ainda, em fac-simile, um curioso documento: o texto do *Liber Ecclesiastes* na edição da *Bíblia Poliglota* de Alcalá (1517), Tomo III, na qualidade de “Antecedente histórico-editorial” da versão de Damião de Góis, um complemento que, pela sua raridade e importância científica na história da transmissão dos textos, muito vem valorizar o volume.

Manuel Cadafaz de Matos é o responsável pelas amplas notas de fim de capítulo, que proporcionam, com vasta erudição, o enquadramento histórico-cultural das obras apresentadas.

Uma Corrigenda final não foi infelizmente suficiente para corrigir algumas imprecisões gráficas, compreensíveis numa obra de mais de 500 pp.

Não se trata, de modo algum, de uma obra de divulgação. Trata-se, pelo contrário, de uma obra altamente especializada, para público ligado à investigação científica, seja no domínio da filologia pura ou da crítica textual, seja no domínio da história da língua, da historiografia, da literatura ou da exegese bíblica. Mesmo assim, o livro não deixa de suscitar algumas estranhezas metodológicas, próprias talvez da diversidade de proveniência dos documentos que publica. Causa alguma estranheza, por exemplo (pois as razões não são óbvias para o leitor), editar na íntegra o texto da *Legatio*, mas traduzir apenas dois documentos; ou anunciar (quer no próprio título, quer na p. xiv) que este volume facultará “aos leitores de Damião de Góis (...) cada edição *princeps* das suas obras”, e deixar para nota de rodapé (p. 332), despercebida aos leitores mais incautos, a informação de que “quase

todos os textos latinos (...) foram [afinal] vertidos para a língua portuguesa (...) a partir da edição *Damiani a Goes Equitis Lusitani Opuscvla quae in Hispania Illustrata continentur*. Conimbricae. Ex typographia academico-regia, MDCCLXXXI; ou ainda anunciar, no título, “Leitura *diplomática* e versão portuguesa” e apresentar, ao longo da obra, ora a “fixação do texto” de Miguel Pinto de Meneses, ora a “edição crítica” de Amadeu Torres, (os dois exímios latinistas chamados à colaboração com este projecto). O que se entende pois por leitura *diplomática*? Quais os critérios editoriais para esta “fixação do texto”? Ainda que existam respostas para estas questões, elas não se afiguram óbvias ao leitor, dada a aparente contradição entre as fontes de informação principais, como são a capa e a página do título, e os conteúdos apresentados ao longo do livro.

Da articulação interna das diversas partes do livro esperar-se-ia maior coerência, e da introdução a cada uma das obras apresentadas, maior clareza, de modo que o leitor ficasse rigorosamente informado da natureza de cada documento e respectiva proveniência. Quanto aos originais traduzidos, eles em nada desmerecem a elevada qualidade do trabalho de tradução, digno, aliás, de maior visibilidade, tendo em conta a actual escassez de leitores e tradutores de latim. Na verdade, o Dr. M. Pinto de Meneses ofereceu ao panorama editorial português a tradução do latim de diversas obras de particular interesse cultural, cuja publicação se tem devido, em parte, à generosa actividade impulsionadora de Manuel Cadafaz de Matos e do CEHLE.

MARGARIDA MIRANDA

Obras de Damião de Góis, Vol. II (1539-1540). O fascínio do Oriente e a aproximação à Europa do Norte. Fac-símile de cada edição deste período. Leitura diplomática e versão portuguesa por Miguel Pinto de Meneses. Edição, introdução e notas de Manuel Cadafaz de Matos. Apresentação de Amadeu Torres, Lisboa, Edições Távola Redonda, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição (CEHLE) IX, 2006, vol.2, 566 pp. ISBN 972-9366-27-6.

Quatro anos depois do vol.1, saiu dos prelos o vol. 2 das *Obras de Damião de Góis* (1539-1540), com a chancela do Centro de Estudos de História do Livro e da Edição.

Cumpre-se assim, volume a volume, o desígnio celebrativo iniciado em 1502, com que se assinalou o V centenário natalício do humanista português “mais cosmopolita e multifacetado da era de quinhentos”, conjugando numa só obra colação textual, registo de fontes, fac-simile, tradução para vernáculo e abundante anotação histórico-filológica.

Tal como se procedeu no vol. I, antes das obras de Damião de Góis propriamente ditas (após uma Apresentação do volume por Amadeu Torres, e um estudo introdutório de Manuel Cadafaz de Matos) são publicados dois poemas dedicados a Damião de Góis, com fixação do texto latino e versão portuguesa de Miguel Pinto de Meneses: um epitalâmio pelo seu casamento com Joana van Hargen e um genetliáco pelo nascimento de seu filho Manuel (pp. 1-11).

A primeira obra de Damião de Góis publicada neste volume são os *Commentarii Rerum Gestarum in India*, cuja primeira edição, em 1539, em Lovaina, se deveu a Rutgerus Rescius. Mais uma vez, no entanto, o leitor tem que retomar certas questões, já presentes no vol. I, para as quais as respostas não são óbvias. Se o título do presente volume anuncia não já o *fac-simile de cada edição princeps deste período* (como no vol. I) mas apenas o *fac-simile de cada edição deste período (1539-40)*, e, no mesmo sentido, o autor da introdução confirma explicitamente, na pág. xiv, a publicação da obra de 1539 em fac-simile, não é claro para o leitor que na p. 15 surja não um mas dois títulos: “*Commentarii Rerum Gestarum in India (...) Lovaina, ex officina Rutgerii Rescij, 1539*”, seguido de “Nova edição: *Diensis nobilissimae Carmaniae sev Cambaiae vrbis oppugnatio. Lovaina, ex officina Rutgerii Rescij, 1544* (inserida na edição dos *Opuscula*)”

Mereceria também alguma explicação o título da p. 27 “*Diensis nobilissimae Carmaniae sev Cambaiae vrbis oppugnatio (1539), Lovaina, 1544. Fac-simile*”. Neste caso, parece tratar-se afinal, não de um fac-simile de cada *edição* deste período (1539-1540) mas antes de cada *obra* deste período, já que se apresenta uma edição de 1544 de uma obra que é de 1539. A perplexidade, porém, mantém-se quando lemos, na 1ª nota de rodapé da p. 73, que o texto latino da edição bilingue (pp. 73-144) não é o da edição de 1539 nem de 1544 mas sim de 1791. Enquanto no título daquela página se lê “Texto latino e versão portuguesa de Miguel Pinto de Meneses”, a nota de rodapé informa que o texto latino foi “fixado pelo impressor da tipografia da Universidade de Coimbra em 1791” e “seguido pelo Dr. Pinto de Meneses na sua tradução”. Além desta contradição, o leitor é informado de que “por [aquele texto de 1791] apresentar (...) diversas *nuances* que

não constam da edição *princeps* respectiva, de 1539, (...) apresenta-se aqui, também, o texto em fac-simile da aludida primeira edição quinhentista desta obra de Damião de Góis”. Qual é afinal o texto editado, pergunta-se. E a que é que correspondem essas *nuances*? Se a introdução e as notas se destinavam a esclarecer o leitor sobre o propósito e a natureza da edição, dificilmente elas cumprem esse objectivo.

No final da edição bilingue dos *Commentarii*, ou seja da *Diensis... oppugnatio* encontra-se um pequeno estudo de M. Cadafaz de Matos intitulado “Em torno da pequena obra de Damião de Góis *De rebus et Imperio Lusitanorum ad Paulum Jovium disceptatiuncula* (1539): algumas questões colaterais e outras a considerar”, cuja utilidade aumentaria se aparecesse antes do fac-simile, juntamente com a respectiva introdução, e não depois. Assinale-se, no entanto, o seu curioso interesse científico e relevante interesse bibliográfico, como, de modo geral, de todos os trabalhos de M. Cadafaz de Matos.

De Damião de Góis, seguem-se, nas pp. 159-417, o pequeno tratado *Fides, Religio, Moresque Aethiopum*, sobre a fé, religião e costumes dos Etíopes (Lovaina, 1540) bem como a *Deploratio Lappianae gentis* (pp. 445-475), sobre a cristianização na Suécia e na Lapónia, que o humanista incluiu na última parte de *Fides, Religio Moresque Aethiopum* mas que aqui recebeu tratamento individualizado. Uma e outra obra vêm acompanhadas da edição (e tradução) de outros textos considerados fontes para a respectiva produção, bem como de estudos científicos sobre os seus antecedentes históricos e a acção política externa de D. Manuel, todos eles ilustrados com variadíssimas imagens, seja de livros, seja de mapas, retratos e gravuras da época.

De ambas se dá a público o fac-simile da edição *princeps*, de 1540, seguido da edição bilingue com a meritória versão portuguesa de Miguel Pinto de Meneses. Como é indicado pelo director do projecto (pp. 253 e 455), o texto latino da edição bilingue segue, uma vez mais, a edição da Universidade de Coimbra de 1791, *Damiani a Goes Equitis Lusitani Opuscula quae in Hispania Illustrata continentur*.

Fica assim por esclarecer qual é a edição diplomática anunciada (no título do volume e na p. 157), visto que, nas edições bilingues, Miguel Pinto de Meneses, além de autor da versão portuguesa, é apresentado como autor da fixação do texto latino. De facto, se Pinto de Meneses se baseou na edição setecentista da Universidade de Coimbra (que por sua vez reproduzia a *Hispania Illustrata*, de 1603), isso não o impediu de proceder (em boa

hora) às necessárias correcções textuais, quer por via da tradução quer da fixação do texto latino, poupando pelo menos o leitor à arbitrariedade da grafia quinhentista.

Ressalvadas estas questões, é da mais elementar justiça frisar a importância deste projecto editorial, no seu conjunto, para o conhecimento da obra literária e historiográfica de Damião de Góis. Todos poderemos assim dispor de acesso a um vasto conjunto de fontes da História de Portugal e da Europa, tornadas cada vez mais raras e incompreensíveis, e por isso subestimadas por certos historiadores que, como escreveu Amadeu Torres, se encostam a juízos alheios. Essa mercê é devida à erudição e magnanimidade do Prof. Cadafaz de Matos.

MARGARIDA MIRANDA

ORAZIO, *Tutte le Opere, Odi, Epodi, Carme secolare, Satire, Epistole, Arte poetica*, a cura di Abbate, Mario Scaffidi, Ghiotto, Renato e Abbate, M. S. trads., Testo latino a fronte Edizione integrale, Grandi Tascabili Economici Newton, Roma, 2006, (1ª ed. 1992) 511 pp., ISBN 88-8289-702-8

Este volume propõe-se reunir toda a produção poética de Horácio, figura grada das letras latinas e da cultura ocidental, numa edição acessível, destinada ao grande público. O seu promotor, Mario Scaffidi Abbate, é um nome popular no meio intelectual e culto italiano, poeta, até há pouco director da revista *Cultura*, conhecido pela sua facilidade de comunicação, diversidade de interesses e capacidade de tornar próximos, em linguagem renovada, os produtos maiores da cultura clássica. Assim, na mesma editora, foram dadas a conhecer as suas traduções da *Eneida*, as *Comédias* de Terêncio, diversos tratados de Séneca e de Plutarco, bem como algumas *Vidas* deste último. Estamos, pois, perante um autor e tradutor que tem assumido a tarefa de divulgar e de actualizar, de um modo explicitamente despretensioso, o interesse pelos autores clássicos, em particular naquilo que estes podem oferecer como mais-valias estéticas e literárias, mas também ideológicas, pedagógicas e morais, para a sociedade e a cultura contemporâneas.

O conteúdo, não obstante a aparência modesta da edição, é exaustivo: uma introdução, da autoria de Renato Ghiotto (pp. 7-15), traça uma panorâmica sobre os aspectos mais relevantes da vida de Horácio e apresenta

os motivos por que a sua obra literária permanece actual (p. 13): “Orazio è certo il poeta latino, da cui la cultura occidentale há raccolto il maggior numero di frasi ed espressioni, facendone sentenze o proverbi, luoghi comuni della conversazione. Alcune di queste frasi sembrano ovvie e non lo sono, altre sono state fraintese o intese diversamente col passare dei secoli”. De facto, muitas expressões são vistas como “património da cultura ocidental”, cada uma encerrando todo um programa de sentidos acumulados em séculos de pensamento humano, sem que seja imediata a recordação da sua matriz horaciana: *aurea mediocritas, carpe diem, nunc est bibendum, exegi monumentum aere perennius, Odi profanum uulgus, quandoque bonus dormitat Homerus, Eheu fugaces Postume, Postume, labuntur anni* para tornar presente alguns exemplos dos muitos citados nesta nota introdutória.

O autor faz sobressair o homem de contrastes que foi Horácio, entre a palavra e a acção, entre o campo e a cidade, entre o recolhimento reflexivo e o apelo da mundanidade. De nascimento modesto, aperfeiçoou os seus estudos em Atenas, mas conheceu a vida militar (pertencendo ao lado dos vencidos, na Batalha de Filipos, ironia que o autor não deixa escapar, ao assinalar, a propósito, que se outro fosse o desenlace da Batalha, não teríamos tido um poeta, mas um anónimo oficial de carreira). Saudoso de um mundo rural idealizado, de onde partira, não sabe viver noutra lugar que não no bulício da cidade, próximo e beneficiário dos poderosos, como Augusto e Mecenas. Assim “legendolo, ci attira e ci trattiene il suo alone di ambiguità, il suo destino di eterno contemporaneo”. Está assim defendida e justificada a oportunidade de divulgar, no original e em tradução, a obra horaciana, já que esta é intrinsecamente contemporânea.

Segue-se uma Nota Biobibliográfica, com uma tábuia cronológica rigorosa e objectiva, acompanhada de um sumário périplo pela transmissão do texto horaciano; a indicação das edições críticas actuais para cada uma das obras do autor, e os principais estudos sobre a obra do autor (p. 15-18). O objectivo é cumprido: por um lado, não se inunda o leitor de uma bibliografia exaustiva e labiríntica (como um autor como Horácio facilmente geraria), por outro lado, o leitor acolhe com prazer estes quantos títulos, válidos e sérios, com a segurança de que não o desviam de caminhos menos claros ou demasiado especializados.

Uma breve nota do coordenador (p. 19-20), em tom que torna perceptível o gosto e a angústia pela tarefa, explica Mario Abbate a sua aventura particular enquanto tradutor, ao longo de anos, do poeta Horácio: resume as duas tendências históricas de tradução dos metros clássicos para o Italiano,

a “métrica”, mais antiga, que procurava respeitar a quantidade dos versos latinos; a “bárbara” mais recente, visava conservar o número de sílabas, as pausas e os acentos dos versos latinos, secundarizando a quantidade. Num e noutro caso, o A. classifica as duas escolas como exercícios retóricos de efeito artificioso. Em revisão destes modelos de tradução, o A. acaba por colocar a *uexata quaestio* da tradução da poesia horaciana: como traduzir a expressividade formal, quando ela assenta sobre características da língua pouco ou nada actualizadas nas línguas modernas, como o acento tonal ou a quantidade, como transferir o código rítmico, a musicalidade, o esquema métrico clássicos, tão significativos para a compreensão e fruição da lírica horaciana, quando esses elementos valorativos não fazem parte do cânone estético da literatura contemporânea? Entre o respeito literal pelo texto latino e sua forma, e a liberdade na interpretação de “estados de alma” que se querem comunicar ao homem contemporâneo, que por vezes sacrificam a letra, há um tormentoso caminho de opções, nenhuma fácil, nenhuma definitiva. Para o autor, é princípio assumido manter o sabor da antiguidade (sic, p. 20), “un testo classico è come un mobile antico: si può restaurarlo, ma non bisogna togliergli la patina del tempo”. Concretizando o princípio, para as *Odes*, e o *Carpe Secular*, Mario Abbate mantém o respeito pelo esquema e número de versos, em reposição da sua tradução já anteriormente publicada; para os *Epodos*, o autor procede a uma revisão da sua tradução anterior. Quanto à tradução das *Epístolas* e da *Arte Poética*, aqui apresentada como novidade, reserva-se o hendecassílabo. As *Sátiras* (pp. 279-380) são traduzidas em prosa, por Renato Ghiotto. São também indicadas as edições do texto latino seleccionadas.

O A. apresenta a *Vida de Quinto Horácio Flaco* escrita por Suetónio (pp. 22-28); a que se segue o texto latino e a tradução italiana das *Odes* (pp. 30-217), com uma breve introdução de análise literária (época de composição, assunto, contexto, características formais) da obra e notas explicativas no final, com remissão para o número da Ode e do verso, que primam pela clareza, rigor científico e espírito de síntese; os *Epodos* (pp. 221-266); o *Carpe Secular* (268-278); as *Sátiras* (280-380); as *Epístolas* (pp. 382-461) e, por fim, em destaque, a epístola conhecida como *Arte Poética* (pp. 464-495). Repete-se, para todas as obras, o mesmo esquema expositivo. No final (pp. 496-499), o volume apresenta um guia prático para a leitura métrica do texto latino, explicitando-se os pés e os esquemas métricos usados por Horácio. Saliente-se que este guia serve propósitos claramente didácticos e utilitários, na medida em que se exime a qualquer

explicação e análise teóricas sobre as características e origens da métrica usada por Horácio. Não se trata, portanto, de apresentar nesta obra qualquer tese aprofundada, ou interpretação das formas horacianas, mas tão só fornecer instrumentos que permitem ao leitor usufruir do texto latino aqui reproduzido. Acrescente-se ainda um índice de nomes (pp. 500-510), também de extrema utilidade para aceder ao círculo mundano a que Horácio alude abundantemente nos seus escritos.

Uma edição desta natureza congrega o que seria de esperar de uma *Horaciana*, ou seja, as obras completas do autor apresentadas de modo acessível mas correcto e completo, com enunciação dos critérios e das opções tomadas, com introduções, notas, comentários e bibliografia sérias, acompanhadas de uma tradução agradável e fiel, que se deixa perfeitamente cotejar pelo texto latino fornecido na página par, e que cumpre a finalidade de permanecer poesia na língua de chegada. Parece-nos, pois, um trabalho de mérito, este de servir ao público, numa forma simples, um dos maiores autores da literatura ocidental, sem interpor ruído exegético ou metaliterário como erudita estratégia de apresentação, os quais tantas vezes, na divulgação das letras antigas, não são mais do que uma forma de menorizar, e assim de comprometer com danos irreversíveis, a capacidade de os leitores actuais fruírem de um objecto estético tomado por inacessível, mas que, afinal, tem tanto de comum com o homem do presente.

PAULA BARATA DIAS

PEREIRA, Belmiro Fernandes, Deserto, Jorge (orgs.) *Symbolon I – Amor e Amizade*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009, 123 pp. ISBN: 978-972-8932-55-8.

Com este volume inicia-se uma colecção, cujo nome (*Symbolon*) foi buscar a um ciclo de colóquios que tem vindo a ser organizado em anos subsequentes pela área de Estudos Clássicos do Departamento de Estudos Portugueses e Românicos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Versando sobre a expressão literária e artística de díades conceptuais de raiz clássica (amor e amizade; inveja e emulação – já publicados; paz e concórdia; medo e esperança; honra e vergonha; ira e indignação; piedade e compaixão – anunciados na badana do presente volume), esses encontros congregam especialistas oriundos tanto da universidade anfitriã como de

outras que em Portugal integram no seu corpo docente professores do domínio dos Estudos Clássicos (Coimbra, Lisboa, Aveiro e Minho).

Apresentada a génese e as características formais da colecção que com o presente título arranca, passo a dar a conhecer ao leitor as ideias essenciais de cada contributo, devidamente identificado através do nome do seu autor e indicação das páginas que ocupa no volume. Precede os diversos estudos uma fundamentação científica (de cariz necessariamente literário, é óbvio) da pertinência da temática abordada em textos gregos, latinos, humanistas e portugueses, tarefa assumida por um dos organizadores da colectânea, Belmiro Pereira. Depois dessa introdução, justamente intitulada *In limine* (pp. 5-7), e antes da bibliografia (pp. 115-123), seguem-se, pela ordem que os apresenta, sete estudos.

Frederico Lourenço, “Ulisses e Nausícaa ou o desencontro do amor” (pp. 9-18): sob o signo do amor e da amizade, o helenista escolhe falar do desencontro amoroso entre o senhor de Ítaca e a princesa dos Feaces. O seu estudo centra-se na análise dos “motivos de estranheza” (p. 11) do episódio, a saber: cronologia da acção e localização da ilha (que Lourenço não situa no mapa do Mundo Grego, mas sim na imaginação do poeta); desajuste do nome da princesa em relação à onomástica grega; importância diegética do episódio de “Nausícaa na praia” (p. 13) reside na necessidade de vestir Ulisses; recusa de Ulisses, por vergonha, em ser lavado por uma mulher constitui caso único nos Poemas Homéricos; referência à palmeira e à ilha de Delos também com a sua única ocorrência neste passo.

Marta Várzeas, “Amor e amizade em Sófocles” (pp. 19-29): consciente de que o tema da *philia* é uma constante no universo dramático sofocleano, traduzido no emprego do adjectivo *philos* (que cobre os conceitos de amor e amizade), a autora começa por uma análise breve da “experiência dolorosa do amor” n’As *Traquéias*, para desenvolver, nas leituras que faz do *Ájax* e do *Filoctetes*, o debate sobre as perspectivas multifacetadas que o dramaturgo ateniense apresentou sobre a temática da “amizade”. Assim, quanto à primeira peça, Várzeas destaca o confronto entre, por um lado, o ideal individualista da *timê* do herói homérico e a lealdade que este deve aos aliados e familiares (conflito de interesses encarnado por *Ájax*) e, por outro lado, a contrariação do entendimento tradicional de *philia*, segundo o qual os inimigos eram para ser odiados (atitude assumida por Ulisses). No drama protagonizado por Filoctetes, a aproximação que dele faz Neoptólemo (partindo de uma amizade fingida para desembocar na verdadeira amizade) ilustra, segundo a comentadora, o caminho sinuoso que conduz à *philia*.

Jorge Deserto, “Amor e amizade em Eurípides. Os casos de Pílades e de Electra” (pp. 31-41): porque o que o autor promete com o título da sua contribuição é considerar o universo dramático do mais jovem dos tragediógrafos, torna-se inevitável estabelecer o confronto entre o desenho dos seus Pílades (mais do que Electra) e os Pílades de Ésquilo e Sófocles. Esse diálogo serve, naturalmente, para chegar às principais conclusões deste estudo: a amizade entre Orestes e Pílades exprime-se sob a forma de incentivo decisivo prestado em momentos de hesitação (em três versos apenas cabe a Pílades esse papel nas *Coéforas*; situação que Sófocles inverte na *Electra*, onde compete ao filho órfão de Agamémnon exortar a “sobra sem voz” que é o primo; Eurípides é o mais subversor dos trágicos, pois ora transfere, na sua *Electra*, para a personagem homónima a função que Ésquilo começara por reservar a Pílades ora, num plano absolutamente inverso, atribui, em *Orestes*, ao fiel amigo do protagonista a condução total dos planos de vingança); a Electra euripidiana apresenta uma visão indirecta do amor, perceptível, para Deserto, nos passos em que descreve as qualidades que nos homens fariam deles bons maridos.

Maria Teresa Schiappa de Azevedo, “Amor, amizade e filosofia em Platão” (pp. 43-56): a particularidade dos diálogos platónicos, no que à temática em apreço diz respeito, consiste, como salienta a autora, em denunciar que o amor e a amizade são emoções e sentimentos responsáveis por fomentar a pesquisa filosófica. Com base na análise de passos de diversos textos platónicos, Azevedo conclui que *eros* funciona tanto de alegoria da natureza contraditória do filósofo (pois, tal como aquele significa a dualidade primitiva privação/desejo, também este se encontra dividido entre as dualidades carência/plenitude, ignorância/saber e humano/divino) como de metáfora da própria filosofia (uma vez que, tal como o *eros* carnal leva à gestação de filhos, também a filosofia assegura a continuidade da alma através de “filhos” imortais que gera, “os belos discursos e pensamentos”, *O Banquete* 210d, citado na p. 45). Dentro da mesma linha de raciocínio, os “romances” entre adultos/mestres e jovens/discípulos, presentes amiúde nos diálogos ditos socráticos, reflectem a ligação homoerótica amante/amado e devem ser entendidos como “etapa do crescimento sexual e espiritual do homem grego” (p. 49). Quanto ao “contra amor”, o *anteros* (neologismo platónico), tanto estão atestados os sentidos de “amor recíproco” como o de rivalidade no amor (entre amante e amado pelo acesso ao mundo inteligível e às formas, isto é ao conhecimento). Uma última palavra a confirmar a incompatibilidade da interpretação dos textos platónicos com leituras

monolíticas: na *República* e nas *Leis*, *eros* vem restringido aos sentidos primitivos de “instinto” e “apetite”.

Carlos Ascenso André, “Amor e amizade em Ovídio” (pp. 57-72): partindo de um levantamento do número de ocorrências dos termos *amor* e *amare*, *amicus* e *amica*, o autor retira duas conclusões gerais. A primeira é que a ideologia da *amicitia* predomina na poesia de exílio, sendo evitada na poesia amorosa (pois os amigos, tanto como as amigas, em tal contexto, são os primeiros a trair). A segunda prende-se com a concepção de amor em Ovídio, inseparável do relacionamento sexual, da obtenção do prazer e da dimensão lúdica. Assim, conforme chama a atenção André, compreende-se que, na didáctica ovidiana do amor, os amores lascivos ocupem um lugar preponderante, que o prazer (em que se fundam os relacionamentos extraconjugais) seja partilhado pelos dois amantes (igualdade que no seio do matrimónio era difícil de encontrar) e que o jogo de sedução constitua um puro divertimento.

Delfim Leão, “Amor e amizade no *Satyricon* de Petrónio” (pp. 73-89): numa obra em que estão ausentes, ou são muito pálidas e difíceis de detectar, as manifestações de sentimentos elevados de amor e amizade, como é o caso do romance de Petrónio, o autor sente necessidade de introduzir a matéria que se propõe estudar apresentando o seu reverso dentro do mesmo género literário. É ao universo das personagens d' *O burro de ouro* de Apuleio que vai buscar protagonistas de histórias de amor e dedicação genuínos (Psique, Cárite, Plotina e Ísis). Após este breve introito, Leão reflecte sobre a forma como várias figuras da galeria feminina do *Satyricon* e o trio amoroso constituído pelos anti-heróis da história (Gíton, Ascilto e Encólpio) oferecem retratos desfigurados ou débeis das virtudes do verdadeiro amor e amizade. Fortunata, graças à sua faceta de dona de casa responsável e esposa preocupada em evitar a exposição pública do marido ao ridículo, vem apontada pelo autor como a única “imagem medianamente positiva” (p. 76) do universo das personagens femininas da obra petroniana. Trifena representa o papel da *mulier libidinosa*. A matrona de Éfeso exemplifica a levandade feminina, se bem que a sua história possa ser interpretada como discreta apologia do amor que triunfa sobre a finitude. A belíssima Circe encena o despeito da mulher cujo candidato a amante, por impotência sexual, desilude. Quanto à história do trio homoerótico, esta dá corpo às experiências de amor e amizade peçadas de traições e caracterizadas pela inconstância de sentimentos.

Manuel Ramos, “Os membros da geração de Avis: amizades, inimizades e falta de exemplaridade” (pp. 91-113): com base nos discursos de Deão de Vergy, na *Crónica de D. Afonso V* e em alguns contributos da moderna historiografia medieval, o autor põe em evidência uma teia de inimizades que atesta a falta de unidade da família de Avis. Antes, porém, enumera as acções e fontes (literárias e artísticas), tanto portuguesas como castelhanas, responsáveis pela promoção de uma imagem de unidade e exemplaridade da chamada *íncrita geração*. A discussão dos argumentos abonatórios da tese da desarmonia grassante no seio da família real centra-se em quatro momentos da sua história. Três deles atestam o mau relacionamento entre D. Pedro e outros familiares (a cunhada D. Leonor, os Braganças e D. Afonso V) e o quarto, esse sim, é ilustrativo de amizade e exemplaridade (a ligação de D. Isabel, duquesa de Borgonha, à família de Portugal e, de um modo especial, aos sobrinhos, filhos de D. Pedro).

Mais do que um reparo, fica a sugestão de, em futuras edições de volumes da colecção *Symbolon*, se adoptar um critério uniforme para a citação dos títulos da bibliografia. Ou se opta por reduzir os nomes próprios às respectivas iniciais (como sucede, por exemplo, na entrada PEREIRA, V. S.) ou por escrevê-los nas formas completas (cf. PEREIRA, Belmiro Fernandes). A presença dos dois modelos não favorece uma publicação praticamente isenta de gralhas.

CARMEN LEAL SOARES

PEREIRA, Belmiro Fernandes, Deserto, Jorge (orgs.) *Symbolon II – Inveja e Emulação*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, 144 pp. ISBN: 978-972-8932-59-6.

Este segundo volume da colecção *Symbolon* aborda a pertinência de novo par de paixões nas obras de mais seis autores clássicos e retoma a referência incontornável que são os Poemas Homéricos. A rubrica introdutória, *In limine* (pp. 5-7), continua a ser da responsabilidade de um dos organizadores do livro, Belmiro Pereira. Seguindo o método utilizado na recensão do número anterior, passo a apresentar uma síntese de cada um dos sete capítulos.

Maria Helena da Rocha Pereira, “Emulação e inveja nos Poemas Homéricos” (pp. 9-17): nos Poemas Homéricos encontra-se o uso de *eris*

tanto como substantivo próprio (sob a forma personificada de uma deusa, irmã de Ares) como comum (em numerosas cenas de combate colectivo e nas monomaquias), neste caso com o sentido de “rivalidade”. Na *Odisseia*, além desse entendimento, corresponde também a “emulação” no trabalho. Com este último sentido significa competir por desejo de superação e está na génese dos jogos desportivos (cf. os jogos fúnebres em honra de Pátroclo). O episódio das provas disputadas pelos chefes gregos é interpretado pela autora como manifestação quer da ambição de protagonismo do herói homérico quer da tendência para a deslealdade que daquela pode derivar. Ou seja, aí estão retratadas as duas concepções de *eris*, a boa (conducente à emulação) e a má (responsável pela inveja).

Marta Várzeas, “Inveja e emulação em Píndaro” (pp. 19-28): para a autora um dos aspectos mais interessantes da obra de Píndaro, no que à temática em apreço diz respeito, prende-se com o facto de o problema da inveja (contida nas noções de *koros*, “saciedade”, *momos*, “censura”, e *phthonos*, “inveja”) ser perspectivado pelo prisma da sua intervenção no domínio da arte poética, e não ficar restringido ao, também presente, âmbito das figuras e feitos do universo competitivo dos vencedores cantados. Da análise das odes pindáricas infere-se, a este respeito, o seguinte: a poesia deve procurar o equilíbrio entre os seus dois objectivos (inspirar a “emulação” (*zelos*) dos ouvintes pela excelência dos feitos cantados; cantar a excelência, mas de forma moderada, por forma a evitar o inevitável *phthonos* que a *aretê* atrai); o *phthonos theon* adquire uma interpretação nova, a de “olhar vigilante da divindade” (p. 27), o que, em termos de criação poética, dita que, em detrimento do fluxo descontrolado das palavras, se privilegie o *kairos* (“o apropriado”) e o *metron* (“a justa medida”).

Jorge Deserto, “Inveja e emulação em Aristófanes” (pp. 29-51): sob esta epígrafe, o autor procede ao que designa de “leitura externa” (p. 29) da obra de Aristófanes, o que significa que analisa não as obras, mas a produção literária e dramática do poeta. O seu estudo tem três rubricas distintas. Na primeira identifica os aspectos em comum e os distintivos dos géneros trágico e cómico, como são a partilha do espaço (teatro de Dioniso e Festivais de Teatro de Atenas), as formas diferentes de se relacionarem com o público (a comédia procura a proximidade inclusiva, a tragédia o distanciamento físico, mas a proximidade emocional), a questão da originalidade (enquanto a tragédia lida com um património narrativo conhecido e já explorado, o das narrativas mitológicas, que no essencial não modifica, a comédia cria intrigas originais) e os temas e linguagem (sérios e elevada, na tragédia;

do quotidiano e mais ligeira, na comédia). Na rubrica 2 (Aristófanes e a tragédia), atesta-se o interesse do comediógrafo pelo género trágico e, muito em especial, pela obra euripídiana (procedendo o autor à impressão que deixaram na produção aristofânica as peças *Télefo*, *Andrómeda* e *Helena*). Para o final (3. Comédia e comédia) ficam os testemunhos da rivalidade entre o comediógrafo e seus contemporâneos (bem visível em dois passos analisados pelo autor: parábase d' *Os Cavaleiros* e vv. 553-554 d' *As Nuvens*).

Belmiro Fernandes Pereira, “A inveja de Drances e a engrenagem narrativa da *Eneida*” (pp. 53-70): o tema da inveja de Drances é introduzido por uma breve reflexão sobre a expressão desse sentimento na obra virgiliana (do ponto de vista estatístico, está mais presente nas *Éclogas*; nas *Geórgicas* situa-se no mundo divino; na *Eneida*, *invidia* e *inuidere* significam rivalidade, emulação, inveja divina e ciúme provocado pelo amor; note-se que Pereira observa que Virgílio, tal como Platão – e como Píndaro, acrescento eu, à luz das conclusões de Várzeas (p. 26) –, recusa a concepção tradicional de *phthonos theon*, evidência da “visão depurada de divindade” que tem Virgílio (p. 56). Discute-se, de seguida, a influência da retórica na eloquência revelada na composição da *Eneida* e, em particular, no episódio do conselho de guerra dos Latinos. A intervenção de Drances é considerada pelo autor como chave para interpretar as cenas que se sucedem até ao epílogo do poema e não como mero exercício caracteriológico.

João Manuel Nunes Torráo e Joana Mestre Costa, “Inveja e emulação em Marcial: a vida e os seus costumes temperados com sal romano!” (pp. 71-101): os autores distinguem duas formas distintas de abordar o assunto nos epigramas do poeta, que denominam “inveja por Marcial” e “inveja de Marcial”. No primeiro caso, o da inveja sentida pelo próprio, verifica-se que esta diz respeito a condições de vida melhores do que a sua (os patronos, retratados como indivíduos desdenhosos, avaros, desumanos e mesquinhos; os oficiais de outros ofícios, que não as letras; os poetas seus contemporâneos não os invejaria por não ter motivos para tal, i. e., por não os achar à sua altura). Quanto à “inveja de Marcial”, refere-se àquela que outros sentem por ele (não só relativamente à sua arte, mas também a dons humildes e ridículos, como as suas mulas e um amor não correspondido, entre outros exemplos).

Virgínia Soares Pereira, “Inveja e emulação em Plínio-o-Moço” (pp. 103-124): na introdução ao seu estudo, a autora comenta os tratamentos que o tema teve em nomes grandes da literatura e filosofia antigas (Aristóteles, *Retórica*; Cícero, *Tusculanas*), para chegar à explicação plausível de que Plínio se tenha inclinado para a *aemulatio*, uma paixão positiva, “própria

de pessoas de bem”, e não para a *invidia* (sentimento a que não o impeliam o seu estatuto social elevado e vida afortunada). Sob a rubrica “Plínio e a *aemulatio* literária”, depara o leitor com um levantamento e comentário dos passos em que Plínio refere os seus modelos literários, tanto do passado (como Demóstenes e Cícero), como os contemporâneos (Tácito, seu amigo pessoal). Segue-se “Plínio e a *aemulatio* da vida”, capítulo dedicado ao paralelo, desejado por Plínio, entre as carreiras e vidas deste e do Arpinate.

Manuel Ramos, “Auto-elogio e inveja na obra moral de Plutarco” (pp. 125-136): repartido por quatro alíneas principais (sem contarmos com a conclusão), o estudo começa por fazer a contextualização dos tratados *De invidia et odio* e *De se ipsum citra invidiam laudando* (também conhecido por *De laude ipsius*) na produção geral do polígrafo. No ponto dois, o autor procede à identificação das principais obras literárias e filosóficas em que o assunto foi tratado (Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, *Retórica*; Teofrasto, *Caracteres*; Cícero, *Tusculanas*, *De oratore*), tidas como potenciais fontes de Plutarco. Em “3. Organização retórica”, destaca algumas características retóricas dos dois tratados (*compositio*, *propositio*, *recapitulatio*, *confirmatio*, *conclusio*, *transitio*). A quarta parte encontra-se subdividida em alíneas, destinadas a resumir a teorização moral sobre os vícios em apreço, de que destacamos: enquanto o ódio é um sentimento comum a homens e animais, a inveja só os primeiros a devem sentir em relação a alguém que, sendo da mesma condição, se destaca de alguma maneira (pelo mérito, prosperidade, felicidade ou reputação); a *periautologia* só o homem de estado pode praticá-la de forma justificada, i. e., de maneira discreta e sem despertar inveja (fornecendo, para tal, Plutarco as indicações práticas necessárias: seis processos retóricos para o auto-encómio e indicação dos casos em que ele não se justifica).

Mantenho o reparo que fiz à Bibliografia a propósito de *Symbolon I*.

CARMEN LEAL SOARES

PEREIRA, Maria Helena da Rocha, Correia, Francisco Carvalho e Moreira, Álvaro de Brito, *Rudesindus. Pastor egrégio, monge piedoso, defensor do solo pátrio*, Câmara Municipal de Santo Tirso, Porto 2010, ISBN 978-972-8180-24-9.

Quis em boa hora a Câmara Municipal de Santo Tirso, na sequência das comemorações dos mil e cem anos do nascimento de S. Rosendo, contando

com a colaboração da Xunta da Galiza e dos Concelhos de Celanova e de Mondoñedo, promover esta publicação de homenagem a um dos mais notáveis filhos das suas terras, o monge, abade, bispo e homem político S. Rosendo. Com frequência estas edições de carácter comemorativo sacrificam o conteúdo e a qualidade das colaborações à solenidade e à superficialidade da forma exterior, o que não ocorreu nesta valiosa publicação. De facto, ela compagina um grafismo irrepreensível, em letra e arranjo de páginas em tudo simpáticas ao leitor, que tanto pode ser o docente universitário como o anónimo munícipe tirsense, uma atenção notável ao propósito de divulgação sem abdicar do rigor e do pormenor científicos, uma planificação e ordenamento dos conteúdos expostos, um cuidado na apresentação das fontes e dos documentos de suporte, que em nada fica a dever a uma publicação preparada em sede de um centro de investigação.

Abundantemente anotada, não foge ao contraditório, nem oculta os aspectos ainda incertos, ligados à vida e obra de S. Rosendo, em primeira escala, mas também, numa escala mais vasta, à história que antecede a alvorada de Portugal e à história do contexto local do noroeste peninsular no período da reconquista. Admite-se que seria tentador dar como garantidas hipóteses de investigação ainda insolúveis, ou sujeitas a polémicas, dado o carácter celebrativo e encomiástico da empresa e o estatuto consagrado dos colaboradores no panorama científico nacional. Pelo contrário, esta publicação valoriza-se por estabelecer um actualizado “estado da questão” e assumir-se na sua qualidade de um discurso crítico, que se abre à leitura e convida à investigação.

Não constituindo o estudo da medievalidade anterior à fundação do estado português, e da documentação latina em que esta se exprime, os domínios científicos mais acarinhados no panorama das Humanidades nacionais, ou seja, não podemos deixar de saudar uma publicação tão sólida, bem como os seus promotores materiais, que exerceram com distinção o seu mecenato, patenteando-se às demais entidades de semelhante natureza como exemplo de como um município pode e deve zelar pelo património imaterial, histórico e literário de que é depositário. Nestas circunstâncias, os municípios da região norte carregam sobre eles a responsabilidade, mas também o factor de acrescida riqueza, de terem sido o berço da nação. Dito assim, repete-se um chavão agradável de ouvir, e que ninguém ignora, mas é com publicações e investigação desta natureza que tal máxima ganha consistência e se justifica, dando a conhecer e participando no debate das origens de Portugal enquanto um dos mais antigos estados-nação europeus.

Passando à descrição do volume, o mesmo não apresenta um índice geral, o que torna menos imediata a percepção dos conteúdos e a pesquisa de um tema específico. Esta é a maior crítica que se pode apontar a este volume, na medida em que reúne contributos diversos e já de si, cada um, sujeito a uma organização autónoma. Após uma apresentação da autoria do Engenheiro Alberto Castro Fernandes, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, consentâneo com o orgulho sentido de apresentar S. Rosendo como um ilustre filho de Santo Tirso, verifica-se que a obra se compõe de três blocos temáticos, variados e complementares entre si, cada um da responsabilidade dos autores supracitados, mas que se desenvolvem com a autonomia que tornaria, porventura, possível a publicação individualizada de cada um destes blocos (com introdução e bibliografia específica para cada um). Lamente-se, no entanto, que nenhum destes blocos temáticos, a funcionar eventualmente tendo por base uma publicação autónoma anterior, apresente também um índice que enuncie os assuntos desenvolvidos.

Coube à Doutora Maria Helena da Rocha Pereira a tradução das duas biografias de S. Rosendo publicadas nos PMH, atribuídas aos monges Ordonho, a mais recente, (entre as pp. 11 e 33) e Estêvão a mais antiga, e que teria inspirado a primeira (entre as pp. 35 e 45), a que se seguem os livros dos Milagres de S. Rosendo, o primeiro sem autor expresso (pp. 47-57), o segundo, terceiro e quarto assumidos por Ordonho (pp. 59-97). No prefácio à edição apresentada, a autora desvela com clareza a intrincada sequência da história e autoria dos textos. Assim, S. Rosendo nasceu e viveu no séc. X, no território que conhecia apenas como fronteira explícita a do Islão, a sul, e mais nenhuma. Assim, o local de nascimento e de acção de S. Rosendo corresponde ao noroeste hispânico, compreendido entre as regiões limítrofes do Douro, do Lima, e as províncias de Pontevedra e de Mondoñedo, regiões submetidas ao Reino de Leão. Fazia parte da aristocracia condal que consolidava o seu poder na posse das terras férteis, abundantes em água e em recursos naturais, do norte português e da Galiza, na grande autonomia com que geria os territórios possuídos face a uma autoridade régia descentralizada e frágil, que exercia o seu poder graças a dois factores inalienáveis: o direito ao uso de armas (uma nobreza guerreira) e o ser detentora de influência religiosa e espiritual. Este poder manifestava-se pela fundação, sustento e protecção de instituições regulares nas suas terras particulares, apresentando-se, portanto, como a face instituída de uma religiosidade laical, em contraponto e sobreposição a uma religiosidade secular e hierarquizada dependente do episcopado. Como bem demonstrou

José Mattoso, que a A. cita, foi na autonomia e no poder desta nobreza (que repete, em larga medida, as estratégias de afirmação do poder temporal já em uso no final do mundo visigótico) que assentaram os recursos e a vontade para a autonomização política face ao reino de Leão, que está na origem do estado português. Nesta medida, as narrativas da vida e dos milagres de S. Rosendo constituem textos valiosos, não só do ponto de vista literário enquanto pertencentes ao género hagiográfico, que não é estático, como do ponto de vista histórico e documental, pois fornecem-nos um relato paralelo e contemporâneo à fundação da nacionalidade. O facto de este assunto não ser um tema maior nos documentos reunidos neste estudo só os valoriza enquanto fonte, porque confere aos relatos o argumento da isenção (veja-se a narrativa do ataque de D. Afonso de Portucale aos bens do Mosteiro de Celanova, o milagre nº 20, ed. p. 67, que dá uma imagem desfavorável do nosso primeiro rei). Acresce ainda, na narrativa dos milagres, a presença de detalhes que apelam ao estudo da sociedade medieval, nos seus aspectos materiais e espirituais, antropológicos e mesmo etnográficos, de inegável relevo, e que, com esta publicação, ficam disponíveis em Português para quem os quiser interpretar. Assim, o local da última morada de S. Rosendo converte-se em santuário em que ocorrem maravilhas, a invocação do seu nome dá lugar a curas, ao expurgar de males variados e dos demónios. Em suma, estamos diante de um relato que, à imagem de uma tradição hagiográfica anterior e que terá continuidade na Idade Média, procura afirmar a santidade de um lugar e de um perfil enquanto pólo de fixação e de peregrinação religiosa. Dada a dimensão do fenómeno na Idade Média, este factor deve ser valorizado na forma como teria condicionado a ocupação do território e as estratégias políticas daí decorrentes.

A documentação hagiográfica aqui publicada em edição revista e submetida a crítica (embora não comporte o aparato que a definiria como crítica, nem tal seria recomendável numa edição desta natureza) recupera o estudo da autora publicado em 1970 e os resultados da investigação de Manuel Díaz y Díaz (1990, Ordoño de Celanova: *Vida e Milagros de San Rosendo. La Coruña*, Fundación Barrié de la Maza Conde de Fenosa). Há também uma revisão da tradução tal como ela foi apresentada em 1970. Como foi propósito da autora, a tradução respeita a simplicidade ingénua do original. Fazemos algumas observações ao sólido trabalho da Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, estudiosa a quem cabe o mérito de ter desbravado esta tipologia de textos e de os colocar em Português: na p. 7, n. 17, quanto se refere a cristianização das designações dos dias da

semana em língua portuguesa, pode afirmar-se que a designação dos dias segundo o ordinal, recuperando a determinação de S. Martinho de Braga como modo de evitar as designações pagãs, resultou da cristianização do calendário determinada pela igreja (já pelo papa Silvestre I), apoiada pelo Imperador Constantino e expressa na língua de maior prestígio nestes séculos iniciais do cristianismo legalizado, que era o Grego. Assim, mais do que uma cristianização, deve falar-se de uma helenização dos nomes dos dias da semana (como se verifica ainda hoje, Portugal e Grécia numeram os dias da semana), no que corresponde, em termos exactos, a uma neutralização da carga religiosa (haverá algo mais neutro do que os números? Isto faz sentido no ambiente religiosamente heterogéneo em que teve de legislar Constantino). Merece, no nosso entender, revisão a tese de que a originalidade da designação dos dias da semana em Português resulte de uma simples “cristianização” do calendário. Na p. 23, pensamos que seria melhor opção traduzir “*potitur sacrificiis*” por “celebrou missas”, e não por “celebrou sacrificios”, já que o termo *sacrificium*, comum no latim cristão por importação do vocabulário religioso pagão (e.g. *sacerdos*, *pontifex*, *templum*), inicialmente reservado para a consagração e Eucaristia, se torna, por sinédoque alusivo a todo o rito da missa, o que faz sentido no contexto (celebração de missas por sufrágio da alma de Ilduara, mãe de Rosendo). Por razão semelhante, a tradução de *concilium* por concílio (ib.) nos parece inadequada, porque, ainda que se pudesse supor uma “reunião de bispos”, o contexto não confirma que tal tenha sucedido. Provavelmente, Rosendo viria de uma “reunião”, ou de um “concelho”, e não de um concílio no sentido canónico do termo. Também na p. 27, a tradução de “*exoratur*” beneficiaria se se lhe fizesse corresponder um comum “é chamado” e não “é implorado”, pois a forma verbal composta no latim, neste período, estaria já vazia do seu valor intensivo como acontece em geral nos verbos em Português, que, sendo morfologicamente formas derivadas por composição entre preposição e verbo primitivo, correspondem, semanticamente, às formas primitivas latinas (e.g. *parare*; *praeparare*, port. “preparar”, com o valor semântico de *parare*; *noscere*, *cognoscere*, *recognoscere*; port. “conhecer” com o sentido de *noscere*). Também em 9., a tradução da última frase ganharia em clareza e coerência com o narrado no respectivo parágrafo se fosse respeitado o valor passivo de “*prestolaretur*” e de “*celebraretur*”, alcançando-se assim uma tradução mais fiel, à letra “que ninguém fosse esperado (...) mas que o ofício da missa fosse celebrado...”, ou seja, que não se esperasse por ninguém, ainda que de grau muito elevado (já que os

anjos tinham sido criteriosos ao barrarem o caminho ao Santo, na hora de tércia, para que ali mesmo a missa fosse celebrada a horas exactas). Na p. 29, 10, “*cum infirmaretur*” deve ser traduzido pelo valor de imperfeito de continuidade, ou seja, “como estava a enfraquecer”, o que cumpre a sequência temporal pontual da frase anterior “foi tomada por um grande abatimento”. Na mesma página, em vez de “como a prostração apertasse muito” para *Cumque ualde a languore urgetur*, seria mais fiel ao sentido do texto “e como a doença a tinha muito atormentada” ou “e como a doença lhe causava grande aflição” (cf. o sentido de “urgência”, em Português, da família de *urgeo*). Já na narrativa dos milagres, p. 51, o santo avança aos poucos “de domínio em domínio” ou de “propriedade em propriedade” e pensamos que não “de país em país” como apresenta a tradutora, ou seja, devemos fazer corresponder a “*patria*” a noção de propriedade (cf. *pater*, *patrimonium*), e não o termo “país” hoje demasiado preso a uma realidade institucional sem equivalente ainda no tempo da narração. Na p. 31 (livro quarto “Milagres acrescentados por Ordonho”), a sequência iniciada por *Sed et dum egressus fuero...* ganha em clareza se se traduzir “Mas, e uma vez saído dele, se não (*nisi*) arrepiar logo caminho...”. Evitaríamos também traduzir “*monialis*” por “freira”, o que ocorre com frequência na tradução, e seria de manter o descendente etimológico português “monja”, já que os termos *frater* e *soror* (e com menos propriedade “freira”, feminino tardio de “frei”), neste período da história monástica, raramente eram empregues no relacionamento dos consagrados com a comunidade exterior ao mosteiro, reservando-se para o tratamento afectivo entre os membros da comunidade. Termos como “freira” e “frade” são, por isso, neste contexto, anacrónicos.

Segue-se o trabalho de Francisco Carvalho Correia “S. Rosendo. Vida e acção pastoral de um santo tirsense” (pp. 101-215). O autor apresenta um esboço histórico exaustivo da vida e da obra de S. Rosendo apoiado nas fontes históricas para além dos relatos literários hagiográficos apresentados na primeira parte. O contexto familiar (p. 101-106) entre o norte de Portugal e o território galego, o seu abaciado e episcopado em Dume, Mondonhede, a fundação do mosteiro de Celanova na propriedade familiar, por fim a renúncia à vida activa secular, ingressando como simples monge, ao fim de dezassete anos, no mosteiro de Celanova que promovera. Será fácil constatar os lugares comuns, típicos na hagiografia dos homens religiosos que, não fugindo à tradição familiar, se mantêm enquanto homens de acção, reservando, para o fim da vida, a retirada do mundo, de que o exemplo do S. Nuno de Santa Maria atesta a perenidade enquanto

modelo de santidade medieval. No cap. III reúne o autor testemunhos da piedade popular estimulada por S. Rosendo, e uma valiosa recolha (p. 120), elencada por ordem cronológica, das fontes cronísticas, hagiográficas, corográficas e de natureza diversa, que abonam o culto de S. Rosendo ao longo dos séculos. Reserva para um cap. IV e V a tradução do Sermão de S. Rosendo na inauguração do Mosteiro de Celanova (p. 127) e do seu testamento (p. 133). O texto latino, surgido em apêndice documental (p. 163), dá bem conta do dinamismo sofrido pela língua latina que a afasta da norma, sobretudo quando estamos perante géneros de menor literariedade. Pela dificuldade e complexidade intrínsecas ao texto, pensamos, ocorrem aqui e ali fragilidades na tradução, que muito beneficiaria em ser delas expurgada. As citações bíblicas, por exemplo, deveriam ter sido cotejadas com uma edição da Bíblia, como forma de verificação. Nesta medida, o versículo Paulino 2Cor 6, 10, típico da exploração dos paradoxos que faz parte da retórica paulina, “*tamquam nihil exhibentes et omnia possidentes in Christo*”, aplica-se à especificidade do ministério apostólico que anima os consagrados, que devem viver “como nada tendo, e tudo possuindo em Cristo” (p. 135). Além das fontes documentais, que se prolongam até à época contemporânea, o autor apresenta uma bibliografia cuidada e actualizada que faz jus ao trabalho desenvolvido (p. 207-215).

O terceiro autor, o professor e arqueólogo Álvaro de Brito Moreira, em “O Monte Padrão no quadro do povoamento medieval entre Douro e Ave” (pp. 215-317), apresenta um minucioso estudo sobre os levantamentos arqueológicos em torno do Monte Padrão. Antecipando e sucedendo o limite cronológico da gesta de S. Rosendo, o trabalho aqui incluído valoriza-se também por dar a conhecer a importância da região tirsense enquanto pólo de fixação de comunidades ao longo da história. Salientem-se os pormenores técnicos que acompanham estes estudos, as fotografias, os esboços e as plantas cartográficas que suportam a redacção, que convidam à análise e verificação atenta do leitor, sem concessões ao estatuto encomiástico da publicação. A partir da p. 278 reúne o A. documentação vária, no original latino e em português, que suporta a sua investigação, tal como cartas de venda e de doação que dão conta da transferência de propriedade nas regiões limítrofes ao Monte Padrão.

Em conclusão, resultou o volume num ambicioso projecto que se valoriza pela abundância de fontes e carácter monográfico exaustivo, com informação preciosa e de inegável interesse para quem cultiva o gosto pela antecâmara da história de Portugal, satisfazendo igualmente os estudiosos

da literatura, os filólogos e historiadores da língua, os arqueólogos, os antropólogos e etnólogos, bem como os historiadores da Idade Média. Da leitura do volume, ficou-nos bem patente a imagem de uma região e de gentes cujas características, em termos de usos e de costumes, podem ainda ser vislumbradas em determinados extractos da vivência portuguesa rural actual, no que constitui um delicioso reencontro com a mesma identidade, que ainda pulsa e nos forma enquanto povo.

PAULA BARATA DIAS

PLATÃO, *A República*. Tradução, introdução e notas de Eleazar Magalhães Teixeira. Fortaleza, Edições UFC, 2009, p. 371 + LVIV.

A tradução de um texto como a *República* é sempre uma iniciativa a destacar, particularmente quando tem a chancela de uma instituição de prestígio, como a Universidade Federal do Ceará, a que o seu tradutor, Eleazar Magalhães Teixeira, está vinculado. Acresce que a *República* não constitui apenas uma obra incontornável para o conhecimento da filosofia platónica e das doutrinas do chamado período da maturidade, em especial a Teoria das Ideias ou Formas e a defesa da imortalidade da alma. O seu sincretismo temático e o conteúdo pioneiro, embora polémico, de várias reflexões ou inovações – assim, o pressuposto da igualdade entre homens e mulheres, no que toca à educação e à governação, a criação de um sistema comunitário de vida e bens, pelo menos para a classe dos guardiães, ou a rejeição da poesia em função de conceitos éticos e ontológicos - projectam-na hoje em áreas claramente autónomas como a psicologia, a antropologia, a educação, a teoria política ou a teoria literária.

Deste cruzamento de perspectivas, realçado desde logo no prefácio à obra (p. XIII), nos dá conta a pormenorizada análise das linhas argumentativas que a Introdução condensa, com exemplar clareza e sensibilidade pedagógica. O A. reparte-a em rubricas temáticas que acompanham, sem rigidez, a sequência dos livros, precisando algumas relações estruturais importantes: entre justiça e educação, entre os fundamentos da Cidade utópica e a Ideia do Bem (“espécie de bússola que deve orientar cada ação ou empresa humana”, p. XL), entre a educação superior dos guardiães e o mundo das Ideias ou Formas, ou entre realidade e aparência - antinomia que, embora concentre o seu peso metafísico na alegoria da Caverna ou

no livro X, percorre de facto todo o diálogo. De interesse para esta visão da sequência argumentativa são as referências relativas a termos chave da linguagem ontológica de Platão, como *mimesis*, *logos*, *episteme* (que preferiríamos ver traduzido por “conhecimento” em vez de “ciência”, p. XXXVII, *passim*), *doxa* ou *to on*, que as anotações ao texto complementam (em particular as que acompanham os passos referidos). Especialmente pertinentes são as considerações sobre a *mimesis* “imitação”, geralmente conotada com valores negativos, a partir da rejeição da poesia (sobretudo no livro X), mas que efectivamente conta, mesmo na *República*, como factor imprescindível no processo formativo do indivíduo e da aquisição/assimilação ao Bem (vide pp. XXVI-XXVII) – aspecto que as *Leis* irão retomar e amplificar.

A versão do texto grego testemunha o mesmo cuidado de rigor linguístico e clareza conceptual, com uma variedade lexical sugestiva que compensa alguns passos mais áridos ou obscuros, decorrentes do original (em 479d3 optaria, aliás, pela não manutenção do anacoluto, eliminando o *que* a seguir a *examinemos*). Sem prejuízo disso, algumas soluções de pormenor afiguram-se-nos menos felizes. Em 470c (p. 180), a tradução de “parenta” (subst.) para *syngenes* (adj.) “aparentado”, “com a mesma origem” é desnecessariamente forçada; pouco mais adiante, *trophos* “que alimenta”, “ama”, faz parte de um *tropos* retórico da linguagem da autoctonia, que deve ser mantido (cf. *Menéxeno*, 237c): “pilhar a sua ama e mãe”, i. e., a terra grega (o passo 414c, que aliás mantém a associação, deve ser também revisto a esta luz: “é preciso que decidam da terra em que habitam como de uma mãe ou ama...”); ainda, em 469a (p. 178), a tradução de *daimones* (*hagnoi*) por “(puros) espíritos” cria problemas de anacronismo e ambiguidade linguística, não menores do que a sua equivalência etimológica a “demônios” em 540c (p. 263), onde o sentido é claramente o de “divindades”, opostas aos “seres divinos e terrestres” (uma distinção porventura paralela à de “santos” e “beatos” na terminologia cristã). Assinalemos, de passagem, que teria sido mais funcional inserir a nota relativa a *daimones* a propósito do sinal “demónico” (divino) de Sócrates, cuja tradução, sem mais, por “demônio” cria confusão no leitor desprevenido (496c, cf. p. 209, n. 18).

No que concerne à terminologia filosófica, a tradução de *eidos* por “ideia”, em 505e, em vez de “forma”, como nas ocorrências anteriores, levanta outra ordem de problemas, não obstante o esclarecimento da nota respectiva (p. 221). É, obviamente, uma tradução legítima (de resto, adoptada por M. H. Rocha Pereira, que o autor conhece e cita), mas o

risco de ambiguidade com o uso trivial do termo torna-se patente no texto apresentado: pouco antes (504e) ocorre o termo “ideia” na sua acepção comum, a traduzir pertinentemente *dianoema* e, em 560c, *logoi*. A optar pela equivalência de *eidos* a “ideia”, será preferível então eliminar o recurso ao seu uso genérico (isto é, não ontológico), a fim de evitar confusões de ordem conceptual que, neste caso, o original não levanta¹⁹.

Uma nota, por último, respeitante à bibliografia. Sem prejuízo do objectivo primeiro de compreender e enquadrar o texto na sua dimensão filosófica e cultural, seria desejável que alguns trabalhos mais recentes tivessem sido contemplados. Referimo-nos, entre outros, à edição crítica de S. R. Slings (*Platonis Respublica*, Oxford 2003) e a duas obras expressamente dedicadas ao diálogo: J. Annas, *An Introduction to Plato's Republic* (Oxford 1981) e G. Ferrari (ed.), *The Cambridge Companion to Plato's Republic* (Cambridge 2007).

Estes reparos pontuais não empenam a qualidade da presente versão e do seu estudo introdutório, cujo contributo para os estudos platónicos, no universo de leitores de língua portuguesa, desejamos aqui saudar.

MARIA TERESA SCHIAPPA DE AZEVEDO

PLINIO II Giovane, *Lettere scelte*, con commento archeologico di K. Lehmann –Hartleben, introduzione di Paul Zanker, aggiornamento bibliografico a cura di Anna Anguissola. Pisa, Edizioni della Normale, 2007, xxviii + xiv + 76 pp.; ISBN 978-88-7642-197-6.

Trata-se da reedição da antologia de 35 cartas de Plínio o Moço organizada e comentada por K. Lehmann –Hartleben com mestria invulgar e originalmente publicada em Firenze, G. C. Sansoni, 1936.

¹⁹ Um exemplo bem ilustrativo da ambiguidade entre *ideia* na acepção comum, e *ideia* como equivalente ao *eidos* platónico pode ver-se nos comentários críticos de Pessoa, vários deles respeitantes à *República*, insertos nos *Textos filosóficos* I (ed. de A. de Pina Coelho, Lisboa s/d). O conhecimento, que efectivamente Pessoa possuía, de serem as Ideias realidades *de facto*, com existência à parte das coisas sensíveis, não impede equívocos como este: “Dizer que as ideias e as coisas são reais, umas mais do que as outras, é evidentemente mau juízo, não só porque o mundo *nos surge por ideias* mas também porque a realidade não tem graus ... “(p. 88, sublinhado nosso).

Não obstante o passar dos anos, esta obra destinada essencialmente a estudiosos de arqueologia, além de apontamentos de crítica textual, revela uma grande sensibilidade pessoal e uma enorme adequação pedagógica. Ninguém fica indiferente à variedade das escolhas, onde predominam títulos sobre fenómenos da natureza, desde inundações à célebre erupção do Vesúvio, referências a grandes obras, como cloacas, portos, canais, aquedutos, teatros e ginásios, templos e termas, bibliotecas e pórticos, *villae*, e ainda monumentos funerários, retratos, estátuas, jóias (artes figurativas). O conjunto encerra com uma selecção de aforismos estéticos que ajudam a compreender o gosto literário e retórico de Plínio o Moço.

O comentário, essencialmente arqueológico, como já foi sublinhado, e de grande riqueza, procura ensinar ao estudante “il metodo di interpretazione del testo coll'aiuto delle fonti antiche parallele, dei monumenti antichi e della letteratura scientifica moderna” (Prefazione, p. VI).

É neste domínio que merece destacar-se a excelente pesquisa bibliográfica (1936-2006) realizada por Anna Anguissola e exclusivamente dedicada às cartas seleccionadas. A listagem propriamente dita, com 139 títulos, é precedida de uma apresentação dos critérios de selecção das epístolas (paisagem natural, catástrofes naturais, funções edíficas públicas, correspondência entre Plínio e Trajano, vias, obras de arte, aforismos estéticos) e de uma resenha crítica por grandes temas: paisagem e fenómenos naturais; administração citadina; as propriedades de Plínio; outras cartas com conteúdo de interesse histórico-artístico.

A introdução da autoria de P. Zanker é uma emotiva homenagem ao classicista e arqueólogo que, perseguido pelos nazis, saiu da Alemanha para a Itália e depois para os Estados Unidos, em 1935, aí se fixando definitivamente, mas sem perder os elos que o ligavam a Pisa.

FRANCISCO OLIVEIRA

PLUTARCO, *Vidas de Galba e Otão*. Tradução do grego, introdução e notas de José Luís Lopes Brandão. Coimbra, CECH - *Classica Digitalia*, 2010.

J. L. Brandão acaba de traduzir uma das obras de Plutarco (c. 50 - c. 120), que sobreviveu na totalidade de entre as *Vidas dos Césares* que o autor terá escrito. A obra agora traduzida pelo Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos/Classica Digitalia vem precedida de uma introdução completa

(Contexto Histórico, Tentativa de Interpretação da Crise, Entre a História e a Biografia, As Mortes – Relatos Exemplares) que permite ter uma visão da história real dos imperadores e do período que envolveu a sua ascensão e queda, mas também revela aspectos anedóticos e curiosidades, e faz algumas referências aos vícios e às virtudes dos imperadores. Poderíamos afirmar que depois deste trabalho académico temos uma visão completa do que foi viver neste período tão intenso da história de Roma *post* Nero. Cumprе ainda referir que este trabalho contribui para um melhor conhecimento desta época, não só porque se trata de um trabalho pioneiro de tradução em língua portuguesa mas também porque permite que o conhecimento da Antiguidade Clássica se expanda em latitude temporal. A expressão «Os Doze Césares» designa o nome de Júlio César e dos onze príncipes que reinaram depois dele: Augusto, Tibério, Cláudio, Calígula, Nero, Galba, Otão, Vitélio, Vespasiano, Tito e Domiciano. Recorde-se que os seis últimos eram estranhos à família do vencedor das Gálias.

Um pouco depois de Plutarco ter escrito esta obra, mas em língua latina, Suetónio (c. 69 – c. 141) também escreveu uma dedicada à *Vida dos Doze Césares*, obra quase completa do autor, e aí reuniu a biografia dos doze primeiros imperadores. Graças à sua situação de secretário de Adriano, pôde conhecer, pelos arquivos e pela correspondência dos imperadores e dos seus colaboradores, uma quantidade de pormenores que o público ignorava. A sua obra é um repositório de informações preciosas, embora deva ser consultada com prudência, pois o autor aceitou muitas vezes sem questionar todas as lendas e rumores, sobretudo quando o seu teor era escandaloso; pelo contrário, passou em silêncio muitos actos efectuados durante o governo de cada um dos imperadores.

Quanto aos protagonistas das *Vidas* de Plutarco, reconstituiremos o seu perfil, de forma resumida, em parte com base no trabalho exemplar de tradução e de introdução à tradução de J. L. Brandão. Sérvio Sulpício Galba (3 a.C. - 69 d.C.), descendente de uma das mais nobres famílias romanas, alcançou rapidamente todas as honras, graças à protecção da imperatriz Lúvia. Foi pretor aos vinte anos, governador da Aquitânia, cônsul em 33, chefe vitorioso dos exércitos da Germânia, obteve com Cláudio o proconsulado de África e com Nero o governo da Hispânia Tarraconense. Em todos estes cargos deu sinais de austeridade, por vezes excessiva, de vigilância e de dureza. Em 68, incomodado com os desvarios de Nero e animado por uma velha profecia que lhe prometia ascender ao primeiro lugar do Estado, fez-se proclamar imperador pelas tropas. Pouco tempo depois,

Nero morria, e Galba foi reconhecido pelo senado, pelas províncias e pelo exército. Foi severo contra os cúmplices de Nero e os seus seguidores, mas indulgente para com os seus. Recusou o *donatium* aos Pretorianos como forma de garantir o alistamento dos soldados e evitar o suborno. Por fim escolheu para seu sucessor Pisão, conhecido pela sua austeridade. Os Pretorianos sublevaram-se e proclamaram o general Otão, arrastando o resto das tropas. Galba acabou por ser assassinado com pouco mais de sete meses de governo.

Otão (32-69) foi na sua juventude um dos companheiros de prazer de Nero, o que não impediu que se indispusesse depois com ele. Tendo Nero tirado Popeia Sabina ao seu marido Rúfrio Crispino, prefeito das cortes pretorianas, mandou-a a Otão, pedindo-lhe que fingisse desposá-la. Porém, Otão enamorou-se de Popeia de tal maneira que fez valer os seus direitos de marido e recusou abrir as portas da sua casa ao imperador que, não tendo ficado contente com a situação, mandou anular o casamento e nomeou Otão governador da Lusitânia (cf. *Galba* 19.2-9). Após a morte de Nero, Otão declarou-se a favor de Galba e acompanhou-o a Roma. Uma profecia inspirara-o a ascender a imperador e ele pensara que seria adoptado por Galba. Pisão foi preferido. Otão comprou os Pretorianos a peso de ouro e, a 15 de Janeiro de 69, apelou a uma revolta e alguns soldados proclamaram-no imperador. Galba e Pisão foram assassinados no Foro, nesse mesmo dia. Os principais chefes militares reconheceram-no. A sua situação militar e política permaneceu instável, pois o senado não o apoiava e os Pretorianos não lhe davam inteira liberdade de acção. Vitélio marchou contra ele com as legiões da Germânia. Otão começou por vencer três batalhas, mas foi vencido em Bedríaco, pequena cidade perto de Cremona, no norte de Itália. Suicidou-se impelido pela acusação de ter motivado os seus concidadãos à guerra civil. Alguns dos soldados que lhe foram fiéis até ao fim «degolaram-se a eles próprios» (*Otho* 17.8-10). As *Vidas de Galba e Otão* de Plutarco e os testemunhos de Suetónio (*Vitae de Galba, Otão*) e de Tácito (*Histórias* I. 21-90; II. 11-50) não se extinguíram na Antiguidade. As suas biografias terão inspirado profundamente Pierre Corneille, que apresentou uma peça com o título do imperador *Otão*, em 1664. Esta obra não é das mais brilhantes do escritor francês, mas nela estão retratados os caracteres de Galba e Otão de forma admirável. Nesta peça trágica, Galba quer escolher um sucessor. É à volta deste tema e das intrigas geradas pelos mais próximos colaboradores e rivais que se desenrola esta tragédia.

O trabalho de J. L. Brandão sobre *As Vidas de Galba e Otão* dá a conhecer uma época conturbada do ponto de vista político e social, em que os corpos militares ansiavam pelo poder pessoal e pela governação, onde apenas há lutas intestinas, sem consequências graves para o Império já pacificado e onde já não há mais ambição por expansionismo. Percebe-se, desta dupla biografia, que foi difícil viver no dia-a-dia de uma época como esta e muito mais seria governar um Estado com a dimensão do Império Romano, repleto de interesses e divergências pessoais. Os governantes e aqueles que se encontravam perto dos governantes dedicavam a sua atenção aos defeitos humanos, concentrando-se em corroer o bem-estar de amigos e de inimigos, consoante os próprios interesses. Por isso mesmo, J. L. Brandão tem a cautela de referir que «os factos são confusos, como é natural em época de revolução» (p. 33).

Num dos capítulos introdutórios «Entre a História e a Biografia», o A. define os princípios históricos da biografia escrita de Plutarco que se prendem a «paradigmas de comportamento, de modo a promover ... a imitação (*mimesis*)» (p. 19). Prossegue o A. acrescentando referências às vidas destes imperadores através dos testemunhos deixados por Suetónio e por Tácito. Na análise apresentada são sublinhadas «as notórias diferenças de método na selecção e no uso de material» entre Plutarco e Suetónio, de que o A. é um franco e tenaz conhecedor (veja-se *Máscaras dos Césares. Teatro e Moralidade nas Vidas Suetonianas*, Coimbra, 2009). É mesmo enumerada uma série de pormenores preferidos por Plutarco, e até por Tácito, como operações e procedimentos militares, mas preteridos por Suetónio. Este último historiador concentra a sua atenção na pessoa do biografado, silenciando figuras que tiveram um papel fundamental em torno do protagonista. Diferentemente, Plutarco explora os momentos bélicos e governativos que envolvem os generais protagonistas e os seus opositores. J. L. Brandão tradu-los com interessante leveza e refere-se a alguns deles citando mesmo alguns exemplos nos capítulos introdutórios desta sua mais recente publicação, como os casos de Virgínio Rufo, comandante do Exército da Germânia Superior, que se desligara de Nero e agia por conta própria na Gália; a batalha de Vesonção, entre os exércitos de Virgínio e Vínex, seguida do suicídio do último (*Galba* 6); o anúncio da morte de Nero, pela boca de Ícelo, liberto de Galba; e a chegada dos mensageiros oficiais, comandados por Tito Vínio (*Galba* 7); o abuso de poder de Ninfídio Sabino, o prefeito do pretório, que em Roma concentrou em si muitos serviços, convencido que devido à idade avançada de Galba este dificilmente se deslocaria a Roma (*Galba* 8.1); o desmerecimento das boas propostas

do imperador Galba por parte de Vínio (*Galba* 17.1); os bastidores dos interesses sobre a adopção de um sucessor do imperador (*Galba* 19.1-2); o envio de Pisão junto da corte pretoriana de guarda ao palácio (*Galba* 25.8).

Quanto à *Vida de Otão*, assaz reduzida em relação à de *Galba*, o que mais sobressai na narrativa de Plutarco é a sua ascensão pouco honrosa (*Otho* 3.12-13, 4.1) e o seu desaire militar vertiginoso em que o seu adversário Vitélio ganha terreno e adeptos, depois das tropas de Otão e Vitélio se terem confrontado no campo de batalha. Esta narrativa evidencia a pouca notoriedade da sua actuação governativa, assim como a sua curta duração («Otão morreu aos trinta e sete anos de idade, depois de governar três meses», *Otho* 18.3), e ainda as dificuldades em manter o poder nas suas mãos, porque pouco tempo depois de tomar conta do poder o seu futuro torna-se incerto (*Otho* 9.2). Assim como ele fora uma ameaça à governação de Galba, também Vitélio cedo se torna numa sombra para si (*Otho* 4.2). Depois de um acordo diplomático entre Otão e Vitélio para uma convivência salutar, a desconfiança abre um fosso entre os dois e a ambição do segundo afasta a hipótese de cooperação (*Otho* 5).

Como reforça J. L. Brandão, «nas *Vidas* de Galba e de Otão, Plutarco parece, pois, fazer concessões à história, dada a natureza das acções que rodearam o aparecimento de quatro imperadores [sc. Galba, Otão, Vitélio e Vespasiano] em tão curto espaço de tempo» (p. 22). Teria sido interessante poder contar com as restantes *Vidas dos Césares* para confirmar a ideia lançada pelo biógrafo de Queroneia no primeiro capítulo da *Vida de Galba*, onde procura as razões que motivaram aqueles tempos de crise (cf. p. 13). Aí, nesse primeiro capítulo, J. L. Brandão já encontra a justificação suficiente para aquele período tão condensado de atritos e dissensões. Não será demais recordar o passo referido na tradução de J. L. Brandão: «o soldado mercenário é atreito às riquezas e aos prazeres, de modo que, ao aplicar-se em buscar os recursos para os seus apetites, combate de um modo mais temerário, enquanto a maior parte das pessoas pensa que os soldados, como um corpo instável, nunca devem mover-se por recurso ao próprio impulso mas ao do general. ... Ora diversos acontecimentos, e em particular os que sobrevieram aos Romanos depois do fim de Nero, são testemunho e exemplo de que nada é mais terrível, no império, do que uma força militar que segue impulsos rudes e irracionais» (*Galba* 1.1-4) (cf. p. 45).

Em relação à arte da tradução, esta por vezes tem de deixar de estar demasiado presa ao original e adaptar-se à língua da tradução e tornar-se suficientemente explícita e autónoma para um qualquer leitor da língua

traduzida. Com este simples acto pretende-se que o texto traduzido ganhe um corpo semântico autónomo e que a história biográfica por si traduzida se aproxime o mais possível do pensamento do seu autor. Por vezes, para que o original mantenha a sua precisão e coerência é necessário que a tradução que dele se faz contribua com ligeiras explicitações e ajustamentos que o façam ser inteiramente perceptível (cf. p. 96).

Uma bibliografia sumária mas essencial encerra este volume. Este capítulo final condensa os principais espécimes de publicações sobre os autores que dedicaram a sua escrita às figuras de Galba e de Otão.

Através deste trabalho de J. L. Brandão, ficamos com uma ideia precisa das narrativas que Plutarco deixou sobre os imperadores Galba e Otão que ficaram «ligados à história da Península Ibérica» (p. 7). Estas biografias do Queronense reflectem aspectos da vida privada e da vida pública dos seus protagonistas e dos seus adversários. Querelas, intrigas, mal-entendidos e inimizades fazem parte da história do Império Romano que sucedeu a Nero. Este conjunto de atritos marca um período em que a perfídia é mais forte que a confiança e que paulatinamente define a conclusão da dinastia Júlio-Cláudia.

A cobiça e a ambição pelo poder do império contaminou o bem-estar colectivo e arruinou um dos seus principais propósitos, nomeadamente o de unir diferentes povos e regiões em torno de um espírito pacífico com vista a alcançar uma convergência e um engrandecimento cultural.

ANA LÚCIA CURADO

PLUTARCO. *Vidas Paralelas: Péricles e Fábio Máximo*. Tradução do Grego, Introdução e notas de A. M^a. Guedes Ferreira, Universidade do Porto, y Á. Rosa Conceição Rodrigues, Universidade de Coimbra, Coimbra 2010.

Formando parte de una utilísima *Colecção de Autores Gregos e Latinos. Série Textos*, editada por el Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos de la Universidad de Coimbra, este manejable y cuidado volumen se integra igualmente en un proyecto científico (*Plutarco e os fundamentos da identidade europeia*) financiado por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia, incrementando así el número de volúmenes publicados desde el 2008 por dicho Centro que responden a uno y otro designios. Esta doble

perspectiva que confluye en la obra aquí reseñada explica sus rasgos más destacados: apreciable valor didáctico universitario y actualizado interés científico. A ello se une el diseño de una estructura ya contrastada en similares publicaciones precedentes –seis volúmenes sobre obras de Plutarco, *Vidas Paralelas y Obras Morales*.

La responsabilidad de esta edición es compartida de la siguiente manera: A. M^a Guedes se ha encargado de la “Introdução Geral”, “Vida de Péricles. Introdução y Tradução” (pp. 7-148) y Á. Rosa Conceição Rodrigues de la “Vida de Fábio Máximo. Introdução y Tradução” (pp. 149-237). Se inicia así el volumen con una “Introdução Geral” (pp. 7-19) en la que se analizan brevemente las diferencias y semejanzas entre ambos personajes. Sigue la *Vida de Pericles*, con una “Introdução” propia (pp. 23-46), una “Tábua cronológica” (pp. 47-50) que contempla los hechos más relevantes de la historia de Grecia simultáneos al devenir de la vida del estratega griego y los datos más relevantes del biografiado. Se inserta después la traducción de la vida plutarquea (pp. 51-148), y a continuación se inicia una disposición similar para la de Fabio Máximo (“Introdução” pp. 151-175; “Tábua” pp. 176-178; “Tradução” pp. 181-230), seguida de la *Syncrasis* de ambas vidas efectuada por el biógrafo griego (pp. 231-237), y de una “Bibliografía” esencial y actualizada (pp. 239-248), concluyendo el volumen con un “Índice de nomes” (pp. 249-257). Todas y cada una de las secciones mencionadas dispone de convenientes notas aclaratorias a pie de página.

Ya en la “Introdução Geral” se revela en palabras del biógrafo griego (*Moralia* 243b) el objetivo del método comparativo en la exposición de las *Vidas*, que no es otro que conseguir la mejor caracterización de las virtudes y vicios de los personajes a través de similitudes y diferencias entre las vidas de éstos, situadas en los contextos concretos y particulares circunstancias en que aquéllos se enraizan y manifiestan. Al cromatismo propio de ambas vidas se une también la diferente estructura narrativa de cada una, que las autoras destacan debidamente en sus peculiaridades. Ahora bien, el método plutarqueo se basa en el reconocimiento de unas fundamentales semejanzas entre el griego y el romano que evidencia el mismo biógrafo y las autoras singularizan con la enumeración de los capítulos. Es perfectamente adecuado, y con ello se manifiesta en nuestra opinión la idiosincrasia del género biográfico, que las autoras presten mayor importancia a las similitudes de las cualidades morales, también reveladas por Plutarco en el proemio de la *Vida de Pericles* (2,5), que los dos personajes muestran con sus comportamientos y actitudes en diversas circunstancias;

cualidades que generan en los que las contemplan el deseo de imitación de las acciones del hombre-modelo. La contextualización filosófica mediante Aristóteles y Platón que efectúan aquellas ilustran la dimensión moral y el objetivo pedagógico que estas vidas obtienen, indiscutiblemente, con procedimientos retóricos. No en vano Plutarco vive en el siglo II d.C., auge de la Segunda Sofística.

En la pormenorizada “Introdução” a la *Vida de Pericles* comienza destacándose este objetivo pedagógico del biógrafo griego, quien ya desde el mismo proemio y repetidamente en el transcurso de la vida destaca las cualidades esenciales que aquél comparte con el romano: moderación, justicia y control de la irreflexión de sus conciudadanos. En el análisis detenido del contenido de la vida es mérito especial de la autora poner de relieve la estructura, tópicos y recursos narrativos del género. Divide la narración en varios apartados que, en nuestra opinión, se corresponden con las partes de un discurso del *genus demonstrativum*. En el primero señala los *portenta* (sueños) que acontecieron ante el nacimiento de tamaña figura; el nacimiento propiamente dicho, en el que destaca que el niño tenía una cabeza demasiado grande, interpretando este hecho como consecuencia de las cualidades intelectuales, morales y políticas que le distinguieron a través de su vida. Fue educado por personalidades ilustres de la sociedad ateniense, entre ellas, el músico Damón, los filósofos Zenón de Eleia y Anaxágoras de Clazómenas.

En el apartado segundo, *narratio*, se detiene el biógrafo en detallar las cualidades morales de Pericles (prudencia, sensatez, perspicacia, grandeza de alma, magnificencia, generosidad...) y en la descripción fisiognómica. Su afán por la vida política hace que descuide en parte su vida social, poniendo al servicio de la democracia una actitud aristocrática. Su elocuencia es utilizada como arma para la ascensión política. La autora hace hincapié en la actitud incorruptible de Pericles. Sin embargo, como es preceptivo en el género biográfico, se narran sus vicios, efectuándose la *vituperatio*: muchos ciudadanos lo criticaron e, incluso, consideraron que los sufrimientos que padeció por la muerte de sus hijos, familiares y amigos, fueron un castigo a su arrogancia.

Tras la muerte recibió las mayores alabanzas, *peroratio*, que han llegado hasta nuestros días, observando Plutarco, en *Per.* 39,3 que ninguno de sus sucesores poseía su sensibilidad viva y sabia y que era moderado en la austeridad y grave en la moderación.

La *Vida de Fábio*, en su primera parte, ofrece un examen sincrónico en el que se engloban las cualidades morales del personaje, entre las que destaca la “prudencia” como principal virtud (Enio 12.363: *Unus homo nobis cunctando restituit rem*) a la que llega a través de la dulzura, tranquilidad y silencio, asociadas a su *physis*. A partir de esta sección presenta Plutarco la *narratio* con el método biográfico de la sincronía, exponiendo las cualidades ya citadas más otras para alabanza del biografiado, *laudatio*, pero sin dejar de resaltar los vicios, según el programa moral de las *Vidas Paralelas* y de la estructura general del género, al que la autora hace referencia citando las propias palabras de Plutarco en la *Vida de Alejandro* (1,1-2): “... muchas veces un pequeño gesto, una palabra o una broma reflejan mejor el carácter que los grandes combates...” La descripción del funeral sirve al autor de alabanza de Fabio, cuyas exequias fueron pagadas por el pueblo romano, que lo aclamó como un “padre”. De su fama posterior, *peroratio*, dice la autora que esta figura ha sido motivo de emulación hasta nuestros días.

Los elementos tenidos en cuenta por el biógrafo, naturaleza, educación y medio social, que reciben atención en la estructura y contenidos biográficos y en la valoración moral de ambos personajes, corresponden a los criterios culturales y retórico-filosóficos en boga durante la época del autor. También son elementos y criterios que la autora contextualiza pertinentemente en la época y circunstancias del biografiado, de acuerdo con las propias ideas del biógrafo: énfasis en su capacidad oratoria, importancia de la educación, oportuna adaptación de los acontecimientos a sus intereses, moderación, valor de la acción política... Desde el punto de vista del autor griego, destaca en ocasiones la consciente ambivalencia en la perspectiva respecto a las acciones de los biografiados (p. 162), la mezcla de bien y mal, a veces en un precario equilibrio cuya valoración final, orientada por la *syncrisis*, queda en manos de los lectores; es el lector-receptor quien, contemplando con sus ojos la imagen de una vida como trazada por un pintor (p. 168), tiene la posibilidad de valorar el efecto final en relación con la verosimilitud (*cf.* también p. 170, a propósito de la pretensión de verosimilitud ante el receptor). Fijar en el receptor la imagen y la memoria de una determinada figura es objetivo que sirve a un moralista con intención pedagógica, y también a un anticuario, un investigador de la historia interesado por personajes pretéritos. Pero estos rasgos e intereses también se revelan quizá mereciese la pena insistir en ello- como no menos propios de la Segunda Sofística, a la que el gran biógrafo no sería ajeno en muchos de

sus rasgos definidores, dentro de su singularidad. Su misma adhesión a la ética aristotélica y a Platón, que las autoras resaltan convenientemente en tantos lugares, se inscribe con propiedad en el proceso de recuperación de la filosofía antigua que tiene lugar en ese periodo.

Plutarco biógrafo orientará a su fin propio los datos extraídos de las fuentes: “o escribimos historias sino vidas” (p. 171). El objetivo educativo y moral de estas vidas no nos parece en cambio que invoque tanto a una “elite of the empire” necesitada de un ideal de vida, según sostiene P.A. Stadter (cf. p. 171), cuanto a un público mucho más amplio no solo interesado por el *prodesse*, también por la *delectatio* pretendida por un nuevo género literario que sabe aprovechar todos los recursos de la formación retórica sin renunciar a sus impulsos éticos. En este sentido la autora asume una posición ecléctica, en tanto define al maestro griego como “sobretudo un grande divulgador da filosofia” (p. 173). El impulso ético y político-social de una de estas dos imágenes diseñadas por el biógrafo de Queronea, diseños que transcurren indudablemente por los cauces de la filosofía y de la retórica, es certeramente detectado por la autora, mediante la evocación de The Fabian Society creada por antiguos intelectuales del Reino Unido e Irlanda en 1884, que desde entonces viene inspirando a generaciones de políticos y a movimientos sociales (pp. 174 s.).

Los términos y contenidos conceptuales con mayores implicaciones y más problemáticos son ilustrados, en las introducciones y en las abundantes notas a pie de página, contextos de Plutarco y otros autores griegos (Aristóteles, Platón, Teofrasto, Tucídides, Dionisio de Halicarnaso) y latinos (Cicerón, Plinio el Viejo, Tito Livio y otros), incorporando además observaciones críticas basadas en la bibliografía moderna pertinente. La traducción es fluida, bien trabada y elegante; las autoras se comprometen con sus lecturas, ya que no se incluyen notas al texto original ni comentarios lingüísticos, dejando así evidente la finalidad principal de esta edición, lograr la difusión del pensamiento y valores del gran autor griego, situándolo debidamente en su entorno y obra. Por este acierto y el irreprochable modo de proceder felicitamos a las autoras y al Centro de Estudos Clássicos por alentar y acoger proyectos semejantes.

J. A. SÁNCHEZ MARÍN

Plutarco, *Obras Morais. Como Distinguir um Adulador de um Amigo. Como Retirar Benefício dos Inimigos. Acerca do Número Excessivo de Amigos*. Tradução do grego, introdução e notas Paula Barata Dias. Coleção Autores Gregos e Latinos. Série Textos, vol. 10, Coimbra, CECH, 2010, 239 p. ISBN: 978-989-8281-29-6.

El libro se abre con una *Introdução Geral* amplia (pp. 7-61) y perfectamente estructurada, en la que comienza justificando la reunión en un mismo volumen de estos tres tratados en los que Plutarco se plantea el problema de la falsa/verdadera amistad y de la utilidad moral y personal que supone un buen enfoque de la actitud crítica de los enemigos. Pese a las diferencias estructurales y materiales de los tres opúsculos, aparte de la temática más o menos común, la autora encuentra otros argumentos para justificar su asociación: recurso a una autoridad filosófica (Platón, Jenofonte, Sócrates) para llamar la atención inicial del lector sobre el tema, recurso a *exempla* de la tradición literaria y mítica y posición filosófica de Plutarco en relación con el concepto de amistad, analizada aquí en contraste con otras tipologías (pp. 7-13): los aduladores y parásitos en *De adulatore et amico* (pp. 13-22), los propios amigos, cuando son demasiados en *De amicorum multitudine* (pp. 22-30) y los enemigos en *De inimicorum utilitate* (pp. 31-38). Los demás apartados de esta introducción nos informan sobre el contexto socio-político que emana de estos tres opúsculos (pp. 39-44), sobre la orientación filosófica (platonismo escéptico, aristotelismo y cinismo) de Plutarco que condiciona el enfoque del tema tratado en ellos, dominado por un pragmatismo moral (pp. 44-51) y, en el último, se plantea la importancia de la amistad en el mundo helenístico-romano (pp. 51-57).

En cuanto a la traducción, la autora confiesa seguir la edición teubneriana de W. R. Paton & I. Wegehaupt, aunque en alguna ocasión adopta lecturas de Loeb (así ocurre, por ejemplo, en p. 210, donde la traducción “é un obstáculo não menos adverso” corresponde más a la conjetura de Wyttenbach ἐναντίον, aceptada por E.H. Warmington que a la lectura de los manuscritos αἴτιον, mantenida por los editores de Teubner). Echamos de menos una referencia a otras traducciones modernas, que las hay muy buenas. Citemos entre las más conocidas la de Babbitt en la edición de Loeb, las de Sirinelli (para el primero de los tratados) y de Klaerr (para el segundo y tercero) que acompañan las ediciones de Budé (1989), las de Pettine (para el primero) y de Capriglione (para el segundo) en el *Corpus Plutarchi Moraliū* italiano (1988 y 2008, respectivamente), cuyas ediciones

(de Gallo y de este reseñista) faltan sorprendentemente en la bibliografía y las de García López (para el primero) y Morales Otal (para el segundo y tercero) en el volumen I de *Moralia* publicado por Gredos (1984). La bibliografía que cierra esta Introducción general, sin ser ambiciosa es suficiente y no es cuestión de indicar aquí algunos trabajos que faltan o sobran.

Por otra parte, la traducción de cada opúsculo va precedida de una nota previa (*Palavras Introdutórias* la llama la autora) breve, pero muy útil, en la que se tratan los aspectos esenciales sobre el contexto, la estructura temática, los valores literarios y los problemas de composición de la obra.

Pero lo más importante, sin duda, es la traducción, objetivo principal del libro. Dirigida a un público de habla portuguesa amplio, sacrifica muchas veces la literalidad a favor de la comprensión. Pero en absoluta traiciona los valores literarios del original. Paula Barata Dias, excelente filóloga y avezada traductora, capta y transmite bien los matices del texto griego, aunque rompe a menudo su sintaxis, en favor de un estilo más moderno, de períodos más cortos y, por consiguiente, más inteligibles para sus lectores. Se podrían poner numerosos ejemplos de la habilidad con que la traductora resuelve algunos sintagmas complicados y de la belleza rítmica de sus párrafos, accesible incluso a un lector poco habituado a los textos portugueses como este crítico. Pero prefiero insistir más en algunos puntos cuya revisión redundará sin duda en una mayor calidad del texto en futuras reediciones o en su versión virtual.

Y es que hay algunos, aunque poquísimos, errores e imprecisiones de traducción que deben ser indicados: Así, en p. 77, en la traducción de un verso de Simónides, ἵπποτροφίαν οὐ Ζακύνθῳ ὀπαδεῖν se traduce “O potro não faz amizade com o jacinto”; pero, en realidad, ni ἵπποτροφίαν se refiere al animal, sino a la “cría de caballos”, ni Ζακύνθῳ a la planta, sino a la isla. En p. 88 la traducción de ὑπὸ πλῆθους τῶν γεωμετρούντων como “por causa da multidão dos filósofos” deja en cierta ignorancia al lector, que sólo capta la realidad del texto cuando, en la nota, se hace referencia a la costumbre de trazar las figuras geométricas en la arena. Habría sido más simple traducir “por la cantidad de los geómetras”. Y un poco más adelante, en la misma página, ὥσπερ ἐν Κίρχη μεταμορφωθέντας, es traducido “como se tivessem sido transformados por Circe”, transfiriéndose el protagonismo y, por tanto, la relevancia estilística a Circe, en detrimento del participio que es el verdadero objetivo de la construcción de Plutarco: “como si hubiesen sufrido una transformación en los palacios de Circe” (traducción de García López). Hay incluso algún olvido (no sabemos si una simplificación voluntaria), como

el de βάλλ' οὕτω, que no se traduce en p. 97 (comienzo del segundo de dos versos homéricos) o el de τὸν υἱόν en p. 98 que (salvo que ‘cabeça’ pueda tener la acepción de ‘hijo’) hace recaer la amonestación de Menedemo en el propio Asclepiádes y no, como dice Plutarco, en el hijo de éste: “como o caso de Menedemo, que colocou juízo na cabeça de Asclepiádes”. En p. 179, a propósito de Linceo, la traducción de διὰ δρυός por “entre as árvores”, interpretando una sinécdoque, no tiene en cuenta la referencia literaria a Píndaro (Paus., IV2) que alude a la capacidad del héroe para mirar a través de una encina. El mismo sentido concreto (referido también a Linceo) y no el gnomológico (como sugiere la traductora a juzgar por la nota 12) hay que atribuir al sintagma διὰ πλίνθων καὶ λίθων. En cambio, la traducción, en p. 181, de τεχνίτας por ‘actores’ y de ἀγωνιζομένους por ‘representarem’ limita a la representación teatral el texto, cuando en realidad se refiere tanto a las competiciones dramáticas como musicales. Habría sido mejor utilizar el genérico ‘artistas’ (que incluye actores y músicos) y el verbo ‘competir’ en lugar de ‘representar’. En p. 210, el sintagma griego ὁ τῆς ὑψηπύλης τρόφιμος se traduce incorrectamente “a ama Hipsípíle”. En realidad no era Hipsípíle quien cogía las flores (καθίσας es masculino y no puede referirse a la mujer, como sugiere la traducción ‘sentada’), sino a Ofeltes, el niño que estaba bajo su custodia y crianza. No acierto a entender el origen de este error que, en cualquier caso, evidencia la traducción directa, sin tener a la vista otras traducciones. Sólo conozco un error comparable, y es el de la traducción latina del mismo texto por Ottomaro Luscinio (*Et ueluti puella in uiridi prato considens, dum alium insuper atque alium florem decerpit*) que influyó en el *epigramma* y en la *pictura* del emblema amoroso 212/213 de Vaenius que nos muestra una muchacha cogiendo flores. En p. 211 la traducción “sob o jugo da amizade” no es precisa, pues la expresión κατὰ ζεύγος φιλίας alude en este caso más que al sometimiento a la amistad a la condición de parejas de los ejemplos recogidos por el autor. Una traducción más correcta podría ser “como parejas de amigos se mencionan...” En fin, tampoco es correcta la traducción “diante de Ulisses” para περὶ τοῦ Ὀδυσσεύς en p. 216, salvo que “diante de” pueda tener en portugués la acepción “a propósito de” y no sólo el significado espacial “delante de”, “en presencia de”. En este caso, las palabras de Menelao se dirigen a Telémaco, cuando lo visita para preguntarle por su padre. Aparte de estos errores de interpretación, hay otros menos importantes, a veces mecánicos, que conviene corregir. Por ejemplo, en la página 190, nota 36, se dice que la primera de las expresiones citadas en el texto es frecuente en Homero,

cuando es la ‘segunda’, no la ‘primera’. En p. 195, nota 48 y en p. 196, nota 50, las donde figura el título *De Unius in Republica Dominatione* deben figurar los *Praecepta gerendae reipublicae*. Y en p. 126, los versos a que corresponden las citas hesiódicas son OD 24-26 y no 25-27, como figura en nota 51, aunque en este caso el error parece atribuible a la edición de Loeb, si es que ésta ha sido la fuente de información para la traductora.

En cualquier caso, salvados estos errores e imprecisiones, algunas posiblemente atribuibles a mi percepción subjetiva o a mi escaso dominio de la lengua portuguesa, confieso que Paula Barata Dias ha hecho un excelente trabajo tanto de interpretación como de comunicación del mensaje transmitido en el texto griego. Lo consigue con naturalidad y la lectura de su texto se hace grata incluso para un lector no cultivado en esa lengua como es el reseñista.

En cuanto a las notas, son abundantes, pero sin exceso, e informan adecuadamente sobre la condición de personajes o lugares mencionados y sobre fuentes o pasajes paralelos que han podido estar en el pensamiento de Plutarco en el momento de escribir estos opúsculos o servir de referencia para otros tratados con los mismos tópicos. No faltan aclaraciones de carácter filosófico o que incluyen los argumentos en que se basa la interpretación de pasajes concretos y los errores son mínimos (casi se limitan a las tres o cuatro imprecisiones a que hemos hecho referencia más arriba).

En fin, el libro se cierra con dos índices, uno de nombres propios y otro, muy útil, de conceptos éticos, filosóficos, políticos y alguno de carácter social, que aporta información importante a los lectores no especializados e incluso a investigadores que, desde otras especialidades o perspectivas, quieran hacer uso de los tres tratados aquí reunidos.

AURÉLIO PÉREZ JIMÉNEZ

PLUTARCO, *Obras Morais. Sobre a Face Visível no Orbe da Lua*. Tradução do grego, introdução e notas Bernardo Mota. Coleção Autores Gregos e Latinos. Série Textos, vol. 11, Coimbra, CECH, 2010, 122p. ISBN: 978-989-8281-30-2.

Con este volumen preparado por Bernardo Mota la Colección de Autores Griegos y Latinos da un paso importante para el conocimiento de Plutarco entre un público no solamente especializado y de orientación

filológica, sino también procedente de otros ámbitos de estudio, como es el de la astronomía o el de la filosofía.

El libro consta de una introducción breve (pp. 7-23), pero suficiente para resumir y tomar posición sobre cuestiones de estructura literaria, de su significado científico y de historia reciente sobre el texto. En esta última parte el autor nos informa de la edición seguida para su traducción, que es la de Cherniss en Loeb, aunque haya consultado otras. En este sentido, echamos de menos las posibles variantes adoptadas de otros autores o la referencia a las mismas en los lugares del texto portugués correspondientes. Se cierra la Introducción con una referencia bibliográfica de ediciones, fuentes y estudios. Aunque se trata de una selección en la que se recogen los títulos más importantes, echamos de menos alguno cuya pertinencia al contenido del tratado e incluso para su interpretación es muy alta. Falta, por ejemplo, una mención expresa al excelente artículo de Luigi Torraca, “L’astronomia lunare in Plutarco” y al de Mariano Baldassari, “Condizioni e limiti della scienza fisica nel *De facie* plutarcho”, aunque sí se recoge el libro de Ítalo Gallo en que están incluidos, o los capítulos que dedica al opúsculo y a su deuda aristotélica Abraham P. Bos en su libro *Cosmic and meta-cosmic theology in Aristotle’s lost dialogues*, Leiden, 1989 (pp. 110-117 de la traducción italiana, *Teologia cosmica e metacosmica*, Milano, 1991). Echamos de menos también, para los problemas del comienzo, el artículo de H. Martin, “Plutarch’s *De facie*, The Recapitulation and the Lost Beginning”, *GRBS*, 15 (1974) 73-88 y, sobre todo con referencia a la demonología y al mito de Sila, el de W. Hamilton, “The Myth in Plutarch’s *De facie*”, *CQ* 38 (1934), la sección correspondiente del libro de G. Soury y los trabajos de Brenk. En el apartado de traducciones, al menos en el libro impreso, falta la referencia a la traducción de Vicente Ramón Palerm, en el volumen IX de los *Moralia* publicados por Gredos (Madrid, 2002, pp. 119-198).

Al margen de estas ausencias, tampoco necesariamente exigibles a una obra que sobre todo pretende la divulgación científica entre los lectores de lengua portuguesa, el objetivo se cumple de manera sobresaliente. En efecto, si la introducción afronta los aspectos esenciales del opúsculo, la traducción merece una valoración muy positiva. Es ágil, ajustada al texto sin renunciar a ciertas libertades a favor de una lectura más agradable, y capta bastante bien los sentidos de las palabras utilizadas por Plutarco. Las objeciones en este sentido que pueden ponerse son mínimas y siempre discutibles. A modo de ejemplo, el reseñista traduciría de otro modo algunos términos:

Las notas no son numerosas, aunque sí, casi siempre, pertinentes. Abundan más, lo que es comprensible por el tipo de público al que va destinada la obra, las notas aclaratorias sobre cuestiones astronómicas o matemáticas. En este sentido, destacamos la nota 54. En cuanto a la nota 112, que trata de explicar los condicionamientos del intervalo de 30 años observado por los fieles de Crono para enviar su expedición, para el número se recurre al valor místico del mismo, relacionándolo con los ciclos de la luna. En realidad, el intervalo se debe a que, como la divinidad objeto de culto es Crono, la expedición se organizaba todos los años saturnianos (y un año de Saturno -es decir, el período que tarda el astro en recorrer los doce signos del Zodíaco- equivale a treinta años solares).

El libro se cierra con dos interesantes Anexos. El primero (pp. 105-107) es muy útil, pues incluye gráficos que permiten entender mejor algunos aspectos de la astronomía lunar. Y el segundo (pp. 108-122) sintetiza los resultados esenciales de la investigación libraria del autor a propósito del eco que ha tenido nuestro opúsculo en textos científicos del humanismo del XVI y XVII, entre los que no podía faltar la referencia a Kepler y a Newton.

En suma, se trata de un librito muy oportuno, que revela los conocimientos científicos no sólo de Plutarco, sino también de Bernardo Mota, que ha dedicado otros trabajos últimos a la interpretación científica y filosófica de este tratado.

AURELIO PÉREZ JIMÉNEZ

PLUTARCO. *Obras Morais. Sobre o Afecto aos Filhos. Sobre a Música*, tradução do grego, introdução e notas de Carmen Soares e Roosevelt Rocha, Coleção Autores Gregos e Latinos, Série Textos, nº 13, Classica Digitalia/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010, 243 pp.

Na continuação da publicação da tradução da obra de Plutarco em que os Classica Digitalia estão empenhados, saíram agora mais duas traduções, reunidas num só volume.

O primeiro tratado, de dimensões reduzidas (por incompletude, já que tem um final nitidamente truncado), tem introdução, tradução e notas da responsabilidade de Carmen Soares, que já nos tem habituado à clareza das suas traduções e seriedade nas opções. Esta versão do grego para português

não é excepção. A autora dá a conhecer ao leitor, quer na introdução quer nas notas à tradução, os contextos culturais, as referências e remissões que o próprio Plutarco fazia, explica a causa das suas escolhas (enquanto tradutora) de outros estabelecimentos de texto, etc., tornando a tradução deste pequeno tratado (quatro páginas de Stephanus) um acepipe.

A introdução tem duas partes. Na primeira, Carmen Soares explica a razão do título e a opção de tradução de *philostorgia* por «Afecto», afastando-se da linha das línguas românicas²⁰, que traduzem pelo latim «De Amore Proles» (resultando os títulos em «Sobre el amor a la prole» ou «De l'amour de la progéniture», como C.S. refere), aproximando-se da tradição anglo-saxónica (onde temos títulos como *On natural Affection for One's Offspring*²¹ ou *On Affection for Offspring*²²), expressando, assim, a ideia que Plutarco defende no corpo do texto, de que, diferente de *philostorgia*, a *philia* é exclusiva do ser humano, não partilhada com o mundo animal.

Na segunda parte, sobre a «Coesão do pensamento filosófico e moral da obra» Carmen Soares demonstra a coerência do autor na obra, analisando a sua técnica discursiva e esclarecendo como o *logos*, na relação que pode estabelecer com a *physis*, ocasiona três naturezas distintas: a das plantas, a dos animais e a dos seres humanos. Evidencia ainda como Plutarco recusa a dimensão utilitarista da *philostorgia* e refuta que o afecto entre pais e filhos se faça devido a imposições do *nomos*.

Carmen Soares reforça a ideia, que já defendera em outras publicações, da importância que Plutarco atribui aos valores da família, reafirmando que esta preocupação com «os laços de *philia* entre parentes directos» é «transversal às *Vitae* e aos *Moralia*».

O segundo tratado é da responsabilidade de Roosevelt Rocha. *Sobre a Música* ocupa 16 páginas de Stephanus (de 1131B-1147A, cerca de 68 páginas no livro em recensão), e a parte introdutória preenche 81 páginas (da 67 à 148). Este trabalho, bastante completo e exaustivo, resulta da adaptação de parte da tese de doutoramento do autor (que mantém a grafia e sintaxe brasileiras), no qual defende a inclusão deste tratado nas obras de Plutarco, contra a corrente dominante que o classifica de Pseudo-Plutarco.

²⁰ E mesmo alemã, onde temos: *Über die Liebe der Eltern gegen ihre Kinder*.

²¹ Título da tradução feita sob a responsabilidade de W.W. Goodwin, em 1878, Boston, em edição de Little, Brown and Co.

²² Título da tradução feita por Helmbold para a colecção Loeb Classical Library (Harvard University Press).

Para tal, começa, na «Introdução», por apresentar os argumentos que concorreram para negar a autenticidade, como as análises estilométricas do século XIX, anuindo que as críticas apresentadas (tais como o uso de hiatos, mais-que-perfeito sem aumento, contradições, repetições redundantes, entre outras) possam constituir base de desconfiança na atribuição de autoria ao Queronense. Contudo, Roosevelt Rocha situa-se entre os que consideram o tratado como autêntico, apresentando razões de estilo, linguagem, temática, referências e citações, sendo que estas, porque muito numerosas e enredadas no texto, fazem do tratado mais uma compilação de ideias e saberes outros do que um raciocínio original. Por fim, inclui-se numa corrente que actualmente reanalisa as obras de Plutarco sem o espartilho da crítica normativa dos editores teubnerianos, defendendo a inclusão desta obra entre as *hypomnemata*, isto é, anotações que serviam de rascunhos para um futuro desenvolvimento, aproveitadas, eventualmente, para outras obras.

Apresentada como estratagema para não obstaculizar a leitura da obra com notas explicativas, a «Introdução à Teoria Musical Grega: Conceitos» é, por si só, um pequeno tratado no qual se explanam matérias como os intervalos musicais, se explica o alcance de palavras como *harmonia* ou *mousikê*, se indicam a evolução do nome das notas e dos seus sistemas, se instrui sobre os instrumentos musicais, enfim, as matérias que a personagem Sotérico trata no seu discurso, mas bem mais completo com textos de outros autores.

Sobre a Música passa-se num ambiente simposiástico, mas o que nele ressalta são os dois discursos que os convidados de Onesícrates fazem sobre este tema: Lísias (músico profissional), sobre a história da música grega, e Sotérico (especialista nesta arte), sobre a teoria musical. No final, o anfitrião aborda o papel da música nos banquetes e a sua relação com o universo. Roosevelt Rocha apresenta uma divisão do texto em quatro partes, consentânea com os temas abordados e respectivos intervenientes: «1 – Os primeiros inventores e as primeiras invenções (cc.3-14): Lísias e Sotérico; 2 – As inovações musicais (cc.15-16 e 28-31): Sotérico; 3 – Ciência Musical (cc.17-27): Sotérico; 4 – Educação Musical (cc.32-44): Sotérico e Onesícrates».

A tradução é escorreita e profusamente anotada, sem que isso seja um problema à clareza. A manutenção da grafia do português do Brasil poderá não ter sido a melhor escolha, mas não compromete o trabalho. Quanto a algumas formas, ficam uns pequeninos reparos sobre a coerência de algumas opções, como a referência ao mês Hecatombéon como Hecatombeu²³, bem

²³ Uma vez com minúscula (nota 72, p.165) e duas com maiúscula (pp.70 e 84).

como, por um lado, referir-se a péan como peã (1134D), mas, por outro, a «péon» chama «peon» (1143C) e não aqueloutra nem, na lógica de peã (não se confunda com um feminino), «peão» (forma preferível, segundo F. Rebelo Gonçalves²⁴). A preferência por «nuança» (1143E) também não parece muito feliz, pois é um aportuguesamento do galicismo (evitável, sempre que possível) *nuance* (ou «variação»)²⁵.

A bibliografia, na sua maioria, é bastante recente e segura e ajuda bastante as edições e traduções apresentarem-se por ordem cronológica e a bibliografia geral por ordem alfabética.

ADRIANA NOGUEIRA

POCIÑA, Andrés, RABAZA, Beatriz, SILVA, Maria de Fátima (eds.) *Estudios sobre Terencio*. Universidad de Granada, Universidade de Coimbra, 2006, 532 pp.

Estudios sobre Terencio é o resultado da colaboração de estudiosos do teatro antigo grego e romano da Espanha, Argentina e de Portugal, à semelhança do livro *Estudios sobre Plauto* (Madrid, 1998), elaborado pela união de estudiosos do teatro romano da Espanha e da Argentina. O livro contém vinte e dois artigos, que, de acordo com a apresentação dos editores, foram realizados com independência e liberdade no que se refere aos critérios e métodos de estudo, mas que se articulam em três grandes tópicos: “I. Antes de Terencio”, que apresenta as aproximações à comédia de Menandro, destacando-se os aspectos fundamentais na obra de Terêncio; “II. Terencio y sus comedias”, que oferece um elenco de temas variados relacionados à vida e à obra do autor e “III. Pervivencia y percepción de Terencio”, que trata da sobrevivência de Terêncio através dos séculos, em obras de outros autores, em edições de suas comédias, como tema literário ou investigação filológica.

²⁴ *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra, 1966. Este autor, todavia, refere que a forma «peon» está consagrada pelo uso. *Vocabulário da Língua Portuguesa*, Coimbra, 1966.

²⁵ A definição de *khroma* (para onde *khroa* remete), no dicionário LSJ, explicita: «a modification of the simplest or diatonic music: but there were also *khromata* as further modification of all the three common kinds (diatonic, chromatic, and enharmonic)»

No primeiro artigo “Menandro e a comédia grega: o fim de um trajecto”, Maria de Fátima Silva apresenta uma análise elaborada acerca da época e da obra de Menandro, o mais aplaudido dos comediógrafos da Comédia Nova ateniense, gênero que, apesar de uma certa palidez em contraste com a Comédia Antiga, teve muito sucesso e torna-se uma referência permanente como fonte ou modelo das posteriores criações romanas. Seu maior valor, segundo a autora, é ter dado voz e expressão à mentalidade e experiência de vida de um momento específico da história grega, constituindo uma etapa marcante na evolução da comédia.

“De la Política a la Ética: la configuración de los personajes de Menandro”, de Carmen Morenilla, propõe apresentar as características gerais das personagens menandrinhas especialmente naqueles aspectos que mais interessaram Terêncio ao construir as suas. A comédia de Menandro, como a tragédia, trata dos problemas contemporâneos do ser humano e as prováveis vias de solução, que para ele estão na solidariedade e na comunicação humana acima das barreiras sociais e econômicas. Os interesses de Menandro e Terêncio, para Morenilla, coincidem parcialmente no ponto em que sua comédia é um espaço para a consideração crítica da sociedade em uma situação de fortes tensões. Menandro, influenciado por Eurípides e Aristóteles, conceptual e formalmente, traz suas personagens com uma maior unidade de caráter.

Andrés Pociña, em “La recepción de Menandro en Roma”, encerrando a primeira parte, analisa a *palliata* latina derivada diretamente da comédia nova grega, especialmente de Menandro, e o subgênero cômico de criação romana, a *togata*, que Titino criou na época de Plauto; seguia os modelos da *palliata*, mas era centrada em ambientes romanos e itálicos, também foi influenciada por Menandro. A comédia latina de um modo geral parece aperfeiçoar-se em seus conteúdos e formas, sacrificando o especificamente cômico em prol do conceitual, em concordância com Menandro, não privilegiando os gostos da maioria dos espectadores; por isso, logo teria fim, dando origem a comédia *atellana* e ao mimo, autêntico espetáculo cômico do Império.

A segunda parte inicia-se com “Vida suetoniana de Terêncio: estrutura e estratégias de defesa do poeta”, onde José Luís L. Brandão, estudando a única fonte sobre a vida de Terêncio que nos chegou, através de Donato, constata que há nela uma progressiva defesa do comediógrafo por Suetônio, através de recursos diversos, deixando especialmente para o final os testemunhos favoráveis, fazendo prevalecer uma imagem positiva, que é acrescida da

busca de emulação de Menandro e da ideia de um poeta desafortunado, que perseguido por calúnias se auto-exila e morre precocemente em terra estranha. O que é relatado por Suetônio já pertencia ao domínio da lenda, transmitido pela tradição, patrimônio de um povo.

“El *officium* del poeta en Terencio”, de Rosalía Rodríguez López, analisa o papel do poeta, na medida que corresponde a deveres extra-jurídicos, enfatizando a condição confusa e frágil da atividade teatral no período da República em Roma. Recorda que o conceito de *officium* já tinha sido abordado por filósofos gregos e que, posteriormente, será desenvolvido em Roma por Cícero e Sêneca, mas, de acordo com a autora, serão os poetas latinos os primeiros que põem na boca dos personagens de suas comédias estes princípios éticos. Apesar de comparar o prólogo de Terêncio à parábase de Aristófanes, a autora não identifica neste os princípios éticos que são ostentados em suas comédias desde *Acarnenses*, de 425 a.C., primeira peça da comédia antiga que nos chegou completa.

Em “Consideraciones generales sobre los modelos de Terencio”, Aurora López e Andrés Pociña, com base nas didascálias e nos prólogos, no *Commentum* de Donato e na parte final de *Auctarium*, acrescentado pelo comentarista à *Vita Terentii*, apresentam como modelo principal para quatro das comédias de Terêncio às homônimas de Menandro: *Andria*, *Heautontimorumenos*, *Eunuchus* e *Adelphoe* (da segunda versão grega); nas duas restantes, utilizou Apolidoro de Carístio, um desconhecido seguidor de Menandro: *Phormio* (de *Epidikazómenos*) e *Hecyra*. Mas o próprio Terêncio em seus prólogos indica que não usa apenas uma comédia como modelo para cada uma das suas, mas um processo de *contaminatio*.

Terêncio rompe com os prólogos expositivos e oniscientes utilizados pela comédia intermediária e a nova, segundo Marta Garelli, em “Los prólogos de Terencio: polémica literaria y oratoria forense”, e passa a utilizá-los com propósitos polêmicos, conservando do modelo tradicional apenas o pedido de atenção e de benevolência do público. São prólogos separados da obra, são *publicae orationes* dirigidas diretamente ao público, que se aproximam das parábases da comédia antiga, e são veículos de debates literários. Há, de acordo com a autora, certa ilusão cênica nos prólogos por simularem processos forenses.

David Konstan, em “*Phormio*. Desorden ciudadano”, afirma que, no sentido geral, a comédia *Fórmion* parece corresponder aos modelos de argumento preferidos por Terêncio. Uma observação mais atenta à estrutura da peça, no entanto, põe em dúvida a simplicidade desta análise, pois a

comédia se articula em duas partes ou movimentos distintos, cada um deles parecendo ter tema e desenlace próprios. As duas partes se conjugam por um elegante giro de argumento e, na sua síntese, emerge o significado próprio do *Fórmion*. O herói homônimo da peça tem um status social duvidoso, mas é inteligente, valente, generoso, leal, independente e irônico, manejando cada cena da ação com êxito e ao final triunfando pessoalmente sobre a dupla de velhos irmãos, que se opõem em princípio à união do jovem casal da trama. Konstan conclui que a atitude de defesa do amor e de desdém das barreiras convencionais concordam perfeitamente com a situação ambígua de Fórmion na sociedade.

Em “¿Terencio en el Comicio? Reflexiones sobre la primera y la segunda representación de la *Hecyra*”, Román Bravo apresenta as diversas leituras tradicionais e modernas dos prólogos das duas primeiras representações de *Hecyra*, no que concerne ao seu alegado fracasso. O autor concorda que tais representações foram mesmo fracassadas e que determinar se o fracasso deveu-se a circunstâncias exclusivamente externas, como alegadas por Terêncio, ou devido aos escassos méritos artísticos da comédia e/ou escassa adaptação aos gostos do público romano é um questão diferente. E que não haveria motivo para duvidar das palavras do poeta, considerando improvável que a qualidade artística da obra possa ter interferido na reação do público do teatro, e que, por mais interessante que fosse uma comédia e famoso o seu autor, não daria para competir com os espetáculos de funâmbulos, boxeadores ou gladiadores, no gosto do público romano.

Já Delfim F. Leão, em “A *Hecyra* de Terêncio. Incompreensão, isolamento e convenção social”, privilegiará em seu estudo uma análise da mesma peça enquanto expressão de frieza no trato, de cedência à convenção social, de falta de diálogo que resulta em incompreensão e isolamento, onde residirá uma das grandes marcas de modernidade e interesse desta comédia e, paradoxalmente, a principal justificação do insucesso que a acompanhou. A negação do reconhecimento dos gestos, de expressões, de sentimentos humanos, da *humanitas*, que desde a Antiguidade se reconhece no teatro de Terêncio, em *Hecyra*, se explica pela cedência à convenção social, outra realidade denunciada por Terêncio em seu drama, que leva todas as personagens como carrascos ou vítimas à incompreensão, ao isolamento e à injustiça.

“El *servus* terenciano: convergencias y divergencias con la tradición plautina”, de Beatriz Rabaza, Darío Maiorana e Aldo Pricco, demonstra que nas obras de Terêncio o funcionamento de personagens registrado na comédia tradicional de Plauto sofre deslocamentos notáveis, como as

diferenças entre os *servi* plautinos e os terencianos. Em Terêncio a função do escravo que era tramar a ficção é disseminada em outras máscaras, numa construção mais relatada do que de ação. O motor já não é a paixão ou o desejo urgente, mas uma “recolocação do desajustado”.

Aires Pereira do Couto, em “As cortesãs em Terêncio”, mostra que a personagem da cortesã afasta-se do seu caráter tradicional em Terêncio, sendo apresentada de modo diferente, não é mais ávida e mercenária; dois são os exemplos que ainda se aproximam das cortesãs plautinas: Báquis de *Heautontimorumenos* e a velha Syra de *Hecyra*. Em Terêncio a maioria das cortesãs já não tem apenas a preocupação de assegurar o seu futuro, mas com uma conduta digna, procuram recuperar sua imagem e serem dignas de respeito e estima das outras pessoas.

A personagem secundária é fundamental para o desenvolvimento e desfecho das comédias de Terêncio, pois, como afirma Carmen González Vázquez, em “El personaje secundario en las comedias de Terencio”, a complexidade do texto dramático vai muito além da divisão tripartida entre personagens protagonistas, secundários e figurantes. Tais personagens desempenham funções de enlances, de resolução ou chave, dão uma informação até o momento desconhecida pelos outros personagens e o público, exploram a intriga dramática, dilatando a ação e criando incertezas no espectador.

Beatriz Rabaza, Aldo Pricco e Darío Maionara, em “La poética dramática: Terencio como programa retórico”, estudando o teatro de Terêncio no cruzamento com a Retórica, concluem que, se na tradição cômica latina é possível notar uma retórica consistente na captura da atenção para o entretenimento no imaginário da identidade nacional romana e da ilusão de uma mobilidade social que se dissolvem no mesmo tempo da comédia, na produção de Terêncio, ao contrário, desde a leitura de seus prólogos se configura uma verdadeira obra de tese.

“Amor em Terêncio”, de Francisco de Oliveira, admite que Terêncio apresenta uma revolução de mentalidades, ao modificar o conceito tradicional de amor como doença, pela valorização do casamento por amor ou mesmo por paixão; na partilha de vocabulário entre o amor a meretrizes e a esposa; com exemplos de bondade de meretrizes e cortesãs e mudando a autorização paterna do casamento, sem negá-la, mas transformando-a numa referência orientadora, que se torna consentimento só *a posteriori*. Assim o comediógrafo prenuncia e prepara a mudança de comportamento e de linguagem que será consagrada na elegia amorosa latina.

Aldo Rubén Pricco, fazendo uma série de reflexões sobre os modos possíveis de leitura espetacular do discurso terenciano, em “Teatralidad cognitiva y teatralidad psicofísica en el discurso terenciano: la constitución del auditorio”, conclui que a preponderância do trabalho acerca do campo do acontecimento poético, em detrimento das projeções de convívio, pode descrever a preocupação terenciana por uma exposição de propriedades e traços caracteriológicos que, se não distorcem totalmente as convenções da captação do espectador, instaura um modelo de auditório do qual se requer um certo trabalho extra, distanciando-se necessariamente do espetáculo para captação do campo conceptual da cena.

“Leituras de Terêncio nos autores clássicos”, de Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel, abre a terceira parte deste livro, observando os diversos tipos de leituras e alusões a Terêncio e à sua obra nos autores latinos clássicos. Desde a prática escolar ou da análise erudita, na evocação das personagens da sua comédia pelo conjunto de traços que as caracterizam ou pela densidade psicológica que lhes imprime o poeta, na aplicação de preceitos ou técnicas retóricas, por Cícero, que melhor o leu e o compreendeu, e por Quintiliano, que testemunham sua arte superior.

A sobrevivência de Terêncio continua a ser demonstrada em “Terêncio nos autores cristãos da Antiguidade tardia e Idade Média (séc. IV-XII)”, de Arnaldo do Espírito Santo, acentuando que Libério, Agostinho, Ambrósio, Arnóbio, Jerônimo e tantos outros, embeberam a sua memória de expressões terencianas, que lhes vinham ao pensamento involuntariamente; o mesmo efeito multiplicador foi produzido pelos gramáticos medievais; nas aulas de dialética, comprovando as formas de argumento e nas de retórica, com as figuras de estilo. Continuou no chamado Renascimento Carolíngio, nos séculos IX e X, e, no Renascimento Universitário dos séculos XII/XIII, deu-se a plenitude de interesse pela sua obra.

Luis Gil, em “Terencio en España: del Medievo a la Ilustración”, explica que Terêncio foi relativamente bem conhecido na Idade Média devido, principalmente, ao fato de ter sido posto, desde o século I, como modelo de latinidade excelente. Adverte, porém, que tal conhecimento do poeta era muito imperfeito, especialmente, no entendimento do gênero cômico como teatro e poesia, fazendo do comediógrafo, por suas sentenças, um filósofo dentre os pensadores da Antiguidade e finalmente considerado, pela temática de suas comédias, como poeta amoroso. Na Espanha, ocorre exatamente o mesmo.

Em “Prolegomena Terentiana. Modelos de Introducción y Comentario en las Ediciones Renacentistas de Terencio”, Manuel Molina Sánchez,

propondo apresentar os diversos modelos de introdução e comentário que se realizaram na Europa sobre a comédia de Terêncio, no século XVI, afirma que, em linhas gerais, os prolegómenos renascentistas das edições de Terêncio aportam grande parte da teoria dramática da comédia, desde Cícero e Quintiliano, passando por Donato e seus discípulos até os dias atuais, embora alguns aspectos da técnica dramática tenham passado despercebidos aos estudiosos humanistas. Reconhece que Terêncio foi o autor dramático preferido pelos comentaristas do Renascimento, considerando sua linguagem mais elegante que a de Plauto e sua ética muito mais construtiva, além de haver o comentário de Donato para o conhecimento de Terêncio.

“*Terentius o el arte viejo de hacer comedias nuevas*”, de Carmen Morenilla Talens e Patricia Crespo Alcalá, analisando a comédia *Terentius*, de Juanjo Prats, na direção de Pep Cortés, consideram que do mesmo modo que Menandro e Apolodoro são os modelos de Terêncio para suas obras, por *contaminatio*, mas também por um processo criativo pelo qual adquirem sua peculiaridade, a comédia moderna ora estudada, formada de toda a produção de Terêncio, é uma criação nova que mantém traços do modelo, aperfeiçoando os aspectos dramáticos que ainda não eram suficientemente desenvolvidos; com vivacidade e fluidez no desenrolar do argumento não conseguidas por Terêncio, mas responsáveis pelo sucesso de público e de crítica de *Terentius*, de 1997.

José María Camacho Rojo encerra esta obra, apresentando “*Recepción y estudios sobre Terencio en España*”, que ele designa como um repertório bibliográfico e, apesar da escassez, divide o material colecionado em três partes: 1. Códices, edições e traduções; 2. Estudos críticos e 3. Recepção e influência de Terêncio nas literaturas hispânicas. Não se trata apenas de uma listagem criteriosa, mas há comentários críticos, orientações sobre o tema, citações, concluindo com a referência das duas mais recentes peças teatrais, que têm como protagonista o próprio Terêncio; a principal delas, de 1997, foi apresentada no artigo anterior, e a mais recente data de 2005, comprovando a atualidade e inteireza da pesquisa de Rojo.

Pelos artigos que contêm, esta obra pode ser devidamente apreciada; desenhando Terêncio em um retrato bem pintado com os melhores pincéis, que vão traçando linhas leves e contornos para a definição dos traços mais fortes, a cada aspecto apresentado, contribui, desse modo, para uma impressão mais sólida de Terêncio como grande representante do gênero cômico na poesia clássica.

POCIÑA PÉREZ, A., GARCÍA GONZÁLEZ, J. M. (eds.), *En Grecia y Roma, III: Mujeres reales y ficticias*, Granada, Editorial Universidad de Granada, 2009, 566 pp. ISBN: 978-84-338-5067-6.

Esta obra reúne uma colectânea de artigos decorrentes de um Curso organizado em 2008 pela Delegação de Granada da Sociedad Española de Estudios Clásicos, subordinado ao tema *En Grecia y Roma, III: Mujeres reales y ficticias*. Como se indica no prólogo, é o terceiro livro de um projecto que, empenhado em ocupar-se de questões de destaque na experiência da Grécia e da Roma clássicas, em particular de temas que mantêm relevo na actualidade, viu já publicados os resultados de dois Cursos anteriores, nos volumes I e II (intitulados respectivamente *En Grecia y Roma: las gentes y sus cosas*; *En Grecia y Roma, II: lecturas pendientes*).

Nesta edição, são vinte e seis as figuras femininas da Antiguidade tratadas pelos diferentes colaboradores, num périplo interessante e variado, que inclui personagens mítico-literárias a par de mulheres que habitaram outrora no mundo dos efêmeros, desde historiadoras, a poetisas ou a filósofas, por exemplo.

A estrutura dos diversos contributos mantém uma coerência reveladora de um objectivo comum: apresentar mulheres, a partir de *testimonia* de autores greco-latinos, ilustrativos das reflexões levadas a cabo por cada um dos participantes, os quais se apoiam também em bibliografia oportunamente exibida no final de cada artigo.

Uma gravura distinta marca o início dos diferentes capítulos, com frequência alusiva à personagem tratada em seguida, opção que torna desde logo o volume visualmente mais atractivo.

Uma breve introdução, por norma, articula a mulher retratada com o mito em que se integra ou com o respectivo contexto histórico e cultural da época em que viveu, salientando-se, com frequência, a excepcionalidade dessas figuras, porquanto capazes de se destacar em universos tradicionalmente masculinos, sobremodo ligados à vida pública.

As considerações que precedem as fontes elencadas por cada colaborador, por seu turno, contemplam em geral dados míticos ou biográficos das personagens comentadas, abrangendo elementos alusivos à personalidade, à obra, ao magistério, aos feitos das mesmas.

A apresentação de nomes míticos, em particular, estabelece por hábito um confronto entre versões escritas por autores diferentes, favorecedor da percepção da continuidade ou, pelo contrário, da discrepância no tratamento

de uma mesma figura. É também comum a referência à representação das várias personagens em múltiplas artes ou em textos de autores posteriores, a sublinhar a perenidade de figuras da Antiguidade clássica e dos valores que elas simbolizam, mesmo no mundo contemporâneo.

As naturais imposições destinadas à duração da exposição e comentário das fontes impedem o desejo de alguns colaboradores de desenvolverem mais determinados assuntos, ou de introduzirem outros testemunhos.

Em jeito de conclusão, sublinhe-se que este título, amplo e bem organizado, é de interesse para um tema que se revela actual.

A inclusão de um índice onomástico seria todavia de grande utilidade e pertinência, facilitando a localização rápida de outras figuras femininas citadas na obra, ainda que não abordadas de modo desenvolvido. Igualmente bem-vinda seria a previsão de uma síntese um pouco mais alargada sobre os vários contributos individuais, no prólogo dos editores.

SUSANA HORA MARQUES

La Renaissance de Lucrèce, Paris, PUPS, Cahiers V. L. Saulnier 27, 2010, 252 pp. ISBN: 978-2-84050-677-5.

Frank Lestringant, no artigo de abertura deste volume, que intitula “Lucrèce, la Renaissance et ses naufrages: à propos du «*suaue mari magno...*»”, afirma (p. 7): «“Renaissance de Lucrèce” et non pas “Lucrèce à la Renaissance”. La nuance, voulue par Emmanuel Naya, le responsable du présent volume, est d’importance». O título (com o motivo epicurista do *suaue mari magno* dos quatro primeiros versos do Livro II do *De rerum natura*), os objectivos e a indicação do responsável deste volume – ausente na ficha técnica – são agora clarificados: não se trata de uma obra de história da recepção, nem se inscreve na perspectiva positivista que vê na influência de Lucrécio, na França do século XVI, ou no Renascimento italiano, uma conquista do racionalismo, conquista progressiva e inelutável, na linha dos estudos de Simone Fraisse (1962) e de Susanna Gambino Longo (2004). Em oposição a uma reconstrução linear, que peca por ilusão teleológica, esta obra apresenta estudos de doze autores, um mosaico de leituras modernas de Lucrécio, diversas e contraditórias, já que Lucrécio, no Renascimento, está vivo e o *De rerum natura* é um poema da natureza, em perfeito devir, aberto a múltiplos sentidos e utilizações.

Curioso é que, neste período de renascimento clássico, nesta época das Descobertas, uma obra tida como breviário do materialismo vá tingir-se de cepticismo, ou casar-se com o humanismo cristão, como em Maurice Scève, ou mesmo servir a apologética reformista, como no tratado *De la verité de la religion chrestienne* de Philippe Duplessis-Mornay, ou em *La Sepmaine* de Du Bartas (Jean Céard, “Lucrèce et les commentateurs de *La Sepmaine* de Du Bartas”, p. 223-231)

É nesta diversidade de leituras que os autores renascentistas fazem do poema latino, na questionação da sua mensagem, enriquecendo-a de significados, que se perspectivam os estudos que informam esta obra, em que filologia e estética literária se entrelaçam com filosofia. Aliás é esta união entre poesia, de grande fôlego, e filosofia, no *De rerum natura*, que faz de Montaigne, segundo confessa, um fervoroso leitor de Lucrécio, tão presente nos *Essais* e na *Apologie de Raimond Sebond*. Neste obra, é o poeta mais citado, logo a seguir a Virgílio (Françoise Charpentier, “Lucrèce manifeste, Lucrèce palimpseste dans l’ «Apologie de Raimond Sebond»”, p. 115-140).

Montaigne é, na verdade, modelar na reinterpretação, na reinvenção engenhosa dos seis livros do poeta latino, que têm *Venus Genetrix* como deusa tutelar. Em muitos passos da obra do pensador quinhentista, a citação lucreciana torna-se um verdadeiro puzzle que faz surgir um texto novo, com pedaços do antigo, como resultado de um percurso imprevisível. Está neste caso o passo de *Essais* (I, 19), «Que philosopher c’est apprendre à mourir», em que parte da prosopopeia do *De rerum natura* (III, 93-977) contra os que têm medo da morte – segundo a verdade epicurista, a morte não é nada para nós, não há nada depois da morte (III, 830), pelo que se atormentam em vão, com a crença religiosa, que os faz viver num inferno. Serve-se Montaigne do passo lucreciano, para denunciar a instabilidade e insegurança da crença e o desconhecimento de si próprio, por parte do sujeito crente, e, em seguida, introduzir a questão da morte e da imortalidade da alma. Apoiando-se num argumento do Canto III (vv. 613-615), Montaigne, depois de ter estigmatizado o zelo dos cristãos contemporâneos, que considera cobertos de vícios e irreligiosos, sugere que o seu medo da morte mostra bem a fragilidade da sua fé (Alain Gigandet, “Montaigne et Lucrèce: sur l’illusion et la croyance”, p. 157-162).

Na continuidade deste tema, o artigo de Alain Legros, “Montaigne, annotateur de Lucrèce: dix notes «contre la religion»”, reflecte sobre as dez notas autógrafas de Montaigne, no seu exemplar de Lucrécio (primeira edição de Denys Lambin, editada por M. A. Screech, *Montaigne’s annotated*

copy of Lucretius, Genève, Droz, 1998). Uma tal insistência, nesta anotação, assinala, por parte de Montaigne, o seu interesse por estes passos em que o poeta-filósofo latino argumenta contra as religiões do seu tempo, mas também contra toda a religião do passado, presente e futuro. Aliás, o artigo definido da nota “a religião” parece conferir um carácter geral à referência de Montaigne que, *mutatis mutandis*, poderia aplicar-se também ao cristianismo. O seu juramento de fidelidade à religião católica, pronunciado perante o Parlamento de Paris, em Junho de 1562, não impediu o seu interesse por um tema polémico, em pleno período de guerras de religião que assolavam a Europa e rasgavam a túnica indivisa de Cristo.

Na verdade, ilustrativo destas metamorfoses modernas de Lucrécio, ou antes, desta reinvenção contínua de Lucrécio pelos autores do Renascimento, é Montaigne, entre todos, o exemplo mais expressivo, neste volume, de que se ocupam diversos autores (“Troisième Partie: Conférer avec Lucrèce”).

Estruturalmente, esta obra apresenta uma primeira parte, “La diffusion de la philosophie de Lucrèce”. A amplitude temática da epopeia da natureza, *De rerum natura*, que é também apresentada sob o olhar dos autores modernos, surge com grande clareza no artigo de Jean Salem, “Lucrèce et l’épicurisme. Introduction générale” (p. 19-34). Os estudos seguintes ocupam-se das edições quinhentistas comentadas que difundiram a obra de Lucrécio: John O’Brien, “Le Lucrèce de Denys Lambin: entre revendication et prudence” (p. 35-46) e Élodie Argaud, “«L’autre moitié du projet»: enjeux philosophiques de l’édition du *De rerum natura*. Lambin et la dissensio sur le corps de l’âme” (47-82). Este último estudo debruça-se sobre o livro III do poema de Lucrécio – de grande alcance filosófico, e de grande significado na história da receção do epicurismo, na época clássica – e sobre as releituras possíveis «de cette tentative philosophique pour penser l’âme de façon matérielle».

A segunda parte deste volume: “Sciences de l’homme et de la nature” integra dois estudos: o primeiro, do autor que assinou o artigo de abertura, Frank Lestringant, “Les origines de la société humaine: Lucrèce et l’anthropologie de la Renaissance” (p. 85-95) mostra-nos como Lucrécio reaviva, nos autores do Renascimento francês e designadamente nos poetas, como Ronsard, Jodelle, Du Bartas e seus amigos da Pléiade, o sonho da Idade do Ouro e abre caminho ao entendimento do primitivismo dos povos do Novo Mundo descoberto, nestes termos: «De plus, par une sorte de choc en retour, l’Amérique à présent explicait à l’Europe ses propres origines».

A unidade intrínseca do mundo material, e a unidade da natureza, em que o indivíduo se insere, defendidas pelo *De rerum natura*, não deixam

insensíveis os autores do Renascimento. A presença da teoria atomista da constituição da matéria, de influência lucreciana, em certas exposições de física elementar – que difere, na sua própria essência, da física qualitativa aristotélica, tal com se pratica ainda massivamente no século XVI – é o tema do estudo de Violaine Giacomotto-Charra, “L’influence de Lucrèce sur la théorie des éléments à la Renaissance: concepts et représentations” (p. 97-112).

A quarta e última parte da obra – precedida da terceira, a que já se fez referência, sobre Lucrécio e Montaigne – intitula-se “Poétique Lucrétienne”. Nela se inserem quatro estudos que analisam o estilo de Lucrécio, no seu *De rerum natura*, exemplo genial de poesia didáctica que, pela consumada união entre poesia e filosofia, se afirma como uma epopeia da natureza. O culto da forma e da forma clássica, no Renascimento, e o fascínio que exerce a *ars scribendi* lucreciana em prosadores e poetas, e em teorizadores desta época, são objecto dos seguintes estudos: Isabelle Pantin, “Le *De rerum natura* comme modèle poétique. Réflexions sur quelques divergences entre l’Italie et la France” (p. 165-184); Susanna Gambino Longo, “La *spositione* de Lucrèce par Girolamo Frachetta et les théories poétiques de la fin du XVIe. siècle en Italie” (p. 185-200); Edward Tilson, “«La forme demeure et la matière se perd»: emplois du *De rerum natura* chez Ronsard” (201-222); Jean Céard, “Lucrèce et les commentaires de *La Semaine* de Du Bartas” (p. 223-231).

Apesar da divisão em partes deste volume, segundo as temáticas afins, não é possível sistematizar ideias e motivos, que se entrecruzam ao longo de toda a obra, o que só a enriquece, do ponto de vista pedagógico, e lhe confere unidade intrínseca.

A finalizar o volume, a erudição e a finura da “Conclusão”, de Emmanuel Naya, responsável por este volume, de uma densidade e profundidade notáveis; um *Index nominum*, e um Índice Geral (a que se agregam a relação das actividades do Centro V. - L. Saulnier e dos membros da Associação V. - L. Saulnier).

Um volume notável, imprescindível para o conhecimento da obra de Lucrécio, na sua intemporalidade, e esclarecedor da mundividência dos autores do Renascimento europeu, a partir da leitura que fizeram do poeta-filósofo romano do século I a. C.

Uma bela edição que se impõe pela qualidade dos seus estudos e pelo renome dos seus autores, que honra e prestigia a Universidade de Paris-Sorbonne.

RODRIGUES, Ália Rosa, JESUS, C. Martins, LOPES, Rodolfo, *Intervenientes, Discussão e Entretenimento No Banquete de Plutarco*, Classica Digitalia/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 2010, 139 pp.

Este livro é uma obra de três autores, cada um com a sua forma particular de expressão e manifesto interesse numa matéria específica, que pretende ser lida como uma unidade.

Quaestiones Convivales (QC) é o nome latino de *Symposiaká*, traduzido como *No Banquete*. A mesma editora Classica Digitalia publicou, em 2008, a tradução de 4 dos 9 livros que compõem este tratado de Plutarco (que sairá, portanto, em dois volumes), fazendo os autores deste livro em recensão parte da equipa de tradutores: Rodolfo Lopes, responsável pelo Livro I, Carlos A. Martins de Jesus, responsável pelo Livro IV (e futuramente pelo VI), e Ália Rosa Rodrigues pelo futuro Livro VII.

A «Parte I – *Como Consoantes entre Vogais*. Os participantes das QC» é assinada por Ália Rosa Rodrigues e, tal como as partes dos outros autores, é subdividida em dois capítulos com objectos de estudo distintos, tornando-se, na realidade, dois artigos diferentes: o primeiro trata de «Os convidados de Plutarco nas QC» (pp.15-32) e o segundo dos que não foram convidados (pp.32-52), ou seja, as mulheres. Portanto, o título desta Parte I, ao citar o livro I das QC, 613E (a tradução é a mencionada atrás e o itálico meu) «E se estiverem presentes alguns ignorantes no meio de muitos instruídos, envolvidos que estão *como consoantes entre vogais*, compartilharão um som não de todo desarticulado e confluyente», remete maioritariamente para a intenção da autora, que se propõe analisar catorze (apesar de a nomeação da p.18 ser um pouco confusa) das mais de setenta personagens que surgem nas QC, baseando a sua escolha no facto de a participação em três ou mais diálogos poder demonstrar uma maior importância em relação às restantes, assim como confirmar «a própria natureza do banquete (): evitar reunir convidados de carácter semelhante ou especialistas da mesma área, uma tarefa a cargo do anfitrião» (p.31).

O segundo capítulo assinado por ARR é, segundo a autora, uma reformulação (p.32, n.9) de um artigo²⁶ publicado no já referido volume de

²⁶ Este capítulo é quase uma tradução do referido artigo, que está originalmente em inglês, à qual se fizeram ajustamentos que deverão ser revistos, tais como a tradução, na p.39, de *propinquorum* por «relativos» (do inglês «relatives»), em vez de «parentes».

José Ribeiro Ferreira 2009, estando o seu propósito indicado na p.34: «eis o objectivo deste estudo: analisar o tratamento da mulher nestes *symposia*». Deste modo, e na impossibilidade de analisar todas as personagens das *QC* e feita a selecção no capítulo anterior, aqui discorre sobre as grandes ausentes – as mulheres – passando pela tradição grega (quer a misógina quer a igualitária *q.b.*), pela romana e pela cristã, esta última como limiar de um novo paradigma. A boa selecção de textos antigos e de ensaios contemporâneos que tratam desta matéria permite aos mais interessados aprofundarem o seu estudo.

Um senão diz respeito a algumas das decisões de citação, cujo critério não é facilmente apreendido, dado que umas vezes inclui palavras no original grego, no corpo do texto, sem tradução (como nas pp.21 e 32. No primeiro parágrafo da p.27, é todo um título de um tratado perdido que surge apenas em grego), outras vezes com tradução (como nas pp.16 ou no último parágrafo da p.27); umas vezes cita tradução entre aspas e grego entre parênteses (p.42), outras translitera, em itálico (p.41); umas vezes refere conceitos apenas em grego (p.32), outras em itálico (p.25). No entanto, estes e outros pequenos lapsos e opções²⁷ poderão ser facilmente corrigidos e/ou explicados numa nova edição (o que não deverá ser difícil, visto que tem a vantagem de ser electrónica).

A «Parte II – A Comunhão do *Logos*» (pp.55-85), assinada por Rodolfo Lopes, poderia ter o mesmo título da anterior («*Como Consoantes entre Vogais*»), visto ser essa uma das tónicas em que Plutarco toca, ao promover a diversidade de simposiastas com vista a uma harmonia proporcionada pelo *logos* e pelo vinho (p.68).

Depois de uma breve e esclarecedora introdução ao banquete como espaço convivial e, progressivamente, de discussão dialéctica, RL introduz o tema que lhe interessa: «A Filosofia nas *QC*», mais precisamente, «saber como as *QC* se inscrevem (ou podem inscrever-se) na linha do banquete filosófico» (p.60). Para isso, ilustra com três indícios: a intenção do autor,

²⁷ Seguem alguns exemplos de possíveis futuras correcções: nos passos citados na p. 27, Aristóteles só refere *gymnasias* e não *zeteseos*. A chamada da nota deveria estar na primeira palavra; na p. 32, a página de Fialho et alii 2001 é a 11 e não a 10; na p. 34 cita este mesmo livro (indica em nota), mas não põe aspas nas palavras que usa *ipsis verbis*; na p. 35, opta pela forma *Hipatia* (adoptada em língua espanhola), em detrimento do português *Hipácia* (registada, sem variação, por Rebelo Gonçalves, no *Vocabulário da Língua Portuguesa*, editado em Coimbra, em 1966, e por M. H. Prieto, no *Índice dos Nomes Próprios Gregos e Latinos*, editado em Lisboa, em 1995).

as exigências éticas e o facto de a filosofia ser tema de discussão. Querendo Plutarco demonstrar como os *problemata* podem ser discutidos por todos, independentemente do tipo de participante nos convívios, apresenta o vinho como elemento «catalisador das capacidades discursivas» (p.65), surgindo o *logos* com dupla acepção: racionalidade disciplinadora e discurso racional, conducente à filantropia e ao fortalecimento dos laços de amizade (p.67), fazendo da filosofia «uma medicina da alma» (p.73). RL defende que há uma «compatibilidade e interdependência» entre *logos*, vinho e *ergon* (o «correlato factual» do *logos*, como definido na p.72), filiando a resolução de aporias na tradição de Platão e Aristóteles. Plutarco, sendo platonista, tem em consideração as teorias dos peripatéticos, dos pitagóricos e dos estóicos, e é, na verdade, um dos mais importantes nomes do Médio-Platonismo, como bem afirma o autor (p.78).

O segundo capítulo desta parte, igualmente bem estruturado, intitula-se «Um esboço de cosmologia» e pretende definir quais as concepções (normalmente assumidas pela personagem com o mesmo nome ou por «um familiar próximo ou amigo» – p.80) que Plutarco tem da cosmologia. Ficamos à espera que Rodolfo Lopes nos presenteie em breve com o aprofundamento que promete.

A «Parte III. *Sympotika*. Entretenimento no banquete plutarquiano» é assinada por Carlos A. Martins de Jesus. O envolvimento deste autor com o teatro é conhecido, principalmente no grupo Thíasos, onde tem exercido várias funções, quer na direcção, quer como consultor, tradutor, encenador ou actor. Daí que a escolha da exploração desta temática esteja na mão de um conhecedor desta arte *in situ*.

A análise que Carlos de Jesus faz no primeiro capítulo («Teatro no *symposion* ou o teatro do *symposion*») passa por ver as analogias entre o espaço do banquete e o espaço teatral, confirmando a tradição grega, na qual este «ainda que sob formas mais simplificadas, era parte integrante» daquele (p.95). E se a divisão dos diálogos de Platão em narrativos, dramáticos e mistos não é do agrado de Plutarco (nem se confirma que alguma vez tenham sido assim considerados), se a tragédia não é adequada ao ambiente vivido nestes encontros, já o estilo da Comédia Nova de Menandro, porque moral e ética, mais moderada e agradável (nos temas e na linguagem) que a Comédia Antiga (cujas críticas se aplicam igualmente aos mimos), faz, justamente, parte dos banquetes.

O segundo capítulo, «Um pezinho de dança com Plutarco», introduz outro elemento constante nestes convívios: a dança (à maneira grega,

testemunhada na literatura e na arte), que entra no banquete, não só como actuação, mas também como tema de discussão. Plutarco atribui a Simónides o espírito da máxima horaciana *ut pictura poesis* (*Ars Poetica*, 361), acrescentando ao grupo a dança, pois são todas imitação da vida. Um capítulo com boa documentação e dose de discussão sobre a dança na antiguidade.

A bibliografia²⁸ final abrange as três partes em que o livro está dividido e demonstra um conhecimento do que se faz de mais recente sobre o assunto: cerca de 80% das 100 publicações listadas situam-se entre 1980 e 2009, sendo mais de 30% da década de 2000, destacando-se, no ano de 2009, os artigos incluídos no volume editado por José Ribeiro Ferreira, *Symposium and Philanthropia in Plutarch* (Classica Digitalia, *Humanitas Supplementum*).

Entre as páginas I e VIII encontra-se o prefácio de Aurelio Pérez Jiménez (professor catedrático de Filologia Clássica na Universidade de Málaga, Espanha), que faz uma clara apreciação da obra e a sua leitura não deve ser negligenciada por quem quiser ficar com outra ideia da qualidade do material escrito.

ADRIANA FREIRE NOGUEIRA

SANTA BÁRBARA, Maria Leonor *et all* (Org.): *Identidade e Cidadania – da Antiguidade aos nossos dias*. Actas de Congresso Vol. I (Porto, Papiro Editora, 2010) 546 p. ISBN: 978-989-636-493-9

A obra “Identidade e Cidadania – Da Antiguidade aos nossos dias” reúne os textos de comunicações apresentadas no Congresso Internacional que teve lugar, entre os dias 18 e 21 de Outubro de 2006, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a organização do grupo de Estudos da Antiguidade do Centro de História de Sociedade e Cultura (UNL). Propõe, tal como o congresso que lhe deu origem, variados estudos sobre os conceitos de Identidade e Cidadania vigentes nos dias de hoje, evocando a antiguidade como precursora e, em casos muito concretos, inspiradora destes. Não pretende ser um estudo

²⁸ Numa revisão da edição, merecia a correcção da alfabetização dos títulos, pois todo o G está depois do H e Pordomingo depois de Roller. A inclusão da tradução usada (a dos Classica Digitalia, colecção Autores Gregos e Latinos – Série Textos, nº 4, 2008), que nunca é mencionada, bem como a edição usada para o texto grego, que deduzimos ser o estabelecido por C. Hubert, para a Teubner.

exaustivo sobre os temas em debate – até porque seria impossível neste género de publicação e com um tema tão abrangente – mas sim comentá-los à luz de determinados prismas histórico-culturais, que vão sendo expostos ao longo de trinta e dois trabalhos independentes. A colectânea de artigos divide-se por um conjunto de subtemas: “Identidade”, “Figuras Femininas de Intervenção” e “Os Discursos de Poder”.

Referente ao subtema “Identidade”, Maria Leonor Santa Bárbara (UNL) alude à identidade de um império unificado à imagem de Alexandre Magno e da sua educação. Pretende a autora notar a fulcral importância da educação na estrutura de uma identidade. A *Paideia*, formadora do indivíduo, expande-se para a concepção de um território (físico e cultural) conquistado pelo mesmo. Nesse sentido, António Castellano propõe uma reflexão sobre a identidade da Roma Imperial, definida por Veleio Patérculo na sua *Historia Romana*. O autor oriundo da Campania “desenha” a cultura romana a partir de todos os seus constituintes, mas privilegia a biografia das grandes individualidades, elementos potenciadores do presente romano. Veleio cria uma ideia que alberga em si determinados acontecimentos que, uma vez reunidos, formam uma massa uniforme e universal, correspondente à identidade romana.

A história e a sua escrita formulam o presente e o futuro em favor de um passado. Por tal, defende Maria Aparecida Silva (USP), que Plutarco parte da literatura grega e da grandiosidade da cultura inerente a esta, para uma fundamentação da história romana. Aponta como grande elemento as *Vidas Paralelas* dos fundadores de Atenas e Roma, dado que para a *Vida de Teseu* existia uma narração sustentada, enquanto a informação sobre Rómulo se apresenta difusa, envolta em dúvida e mito. Parece, pela argumentação da autora, haver uma grande preferência de Plutarco relativamente à cultura grega, julgando a história romana como algo artificial, que teve na cultura grega a fonte de inspiração para a sua própria concretização. Ana Gonçalves (UFG) refere essa possível artificialidade da história romana, tendo em conta os processos de preservação da memória filtrada, uma moldagem da história – analisando o exemplo da *Damnatio Memoriae* de Geta e o significado que acarreta a anulação de algo ou alguém dos anais da história.

A cultura romana projectou-se como modelo na criação e recriação da história, literatura, filosofia e epistemologia geral do ocidente. Um exemplo dessa influência é *A carta sobre os cegos para uso daqueles que vêm* de Denis Diderot, proposta por Luís Bernardo (UNL) para uma análise conceptual do “monstro genésico” no discurso do filósofo francês e dos planos em que é apresentado – essencialmente o da Física e da Biologia.

O autor do trabalho nota a influência do *De Rerum Natura* de Lucrécio relativamente aos conceitos tratados na obra de Denis Diderot.

Voltando-se para a Identidade/Cultura Colectiva, Mihaela Irinia (University of Bucharest) comenta a ideia de ‘cidadão do mundo’ – o modelo do cosmopolitismo – tomando como referência literária a *peripateia* de um guineense. A Identidade de um cidadão é o seu confronto e relação com outras culturas, potenciadores de uma transformação face à redefinição de preceitos culturais. Esta cidadania far-se-ia única, a arquitectura de uma individualidade dependente do espaço cultural. Adina Ciugureanu (Ovidius University Constanta) pensa a cidade como o espaço cultural, mais precisamente as cidades dos principados danubianos descritos em artigos de turistas ingleses do século XIX. A Cidade é a realização da matéria e do imaterial, carregada de imagens, sons e ideias – as cores que preenchem a tela. A concepção de um país surge como o somatório de todos os quadros populacionais de um determinado território, conjugados em função de uma paisagem. Hélio Pires (UNL) foca-se na descentralização do poder na Islândia de 930, para analisar a concepção de um país de colonos e do processo de individualização e distinção deste face à origem. A individualidade colectiva é a expressão da cultura nacional. O imaginário daí advindo é a essência do “Guia de Portugal”, um projecto de Raúl Proença, estudado no trabalho de Júlio Silva (ULL) – *Turismo e Identidade Nacional: O guia de Portugal de Raúl Proença*. Da mesma maneira que um país se pode apresentar como ideia, também a religião toma forma em função de uma identidade. Todavia, esta baseia-se num espaço imaterial, que reúne pensamento e fé. A constatação dos seus dogmas tem o poder de pôr em causa toda uma identidade, cujo sentido da existência está em si mesma. Por tal, o pai da Física moderna, Isaac Newton, pode muito provavelmente ter retido na obscuridade alguns dos seus trabalhos, com o objectivo de preservar uma ideia que se protegia a si mesma, como uma linha de pensamento inquestionável – assunto comentado por José Refillo (SCIC).

Poucas culturas terão tido uma definição tão concreta de si como a cultura grega, mais precisamente a da Atenas do século V a. C. Um cidadão ateniense representava não só uma peça fulcral para o funcionamento da máquina do estado, mas também um elemento indissociável da ideia de identidade colectiva – o corpo dos cidadãos e não o espaço físico onde se estabeleciam. No entanto, um estado baseado na paridade depende do valor dos seus cidadãos para que seja viável, dado que a actuação de alguns pode afectar a orientação do conjunto. A propósito, Maria Fátima Silva (UC)

propõe o estudo “Ser Ateniense: uma honra em risco? O testemunho de *Acarnenses* de Aristófanes”. O comediógrafo grego dá conta de uma definição de cidadão e ao mesmo tempo denuncia aquela que é uma actividade danosa da parte de elementos que têm obrigação de zelar pela *Pólis*.

Respeitante ao subtema “Figuras Femininas de Intervenção”, Joana Gras (URV) traz-nos o trabalho “Mitologia e relação de género: poder e submissão”, comparando as narrativas mitológicas gregas, que apresentam a mulher subjugada ao poder e ao desejo masculino. A sociedade grega relega a mulher para um plano meramente doméstico, submisso perante o sistema social e ausente em absoluto das decisões políticas. Em teoria, esta é uma situação paralela à cultura romana (I d.C.). Contudo, a realidade é bem diferente, pois como comenta Nuno S. Rodrigues (UL) em “Agripina e as outras redes femininas de poder e de intervenção política nas cortes de Calígula, Cláudio e Nero”: “(...) parece ter sido o facto de as mulheres terem exercido formas de pressão política (...)”. Pelas fontes antigas, haverá matéria para contestar a ideia transmitida pelas instituições e seus representantes, de que a mulher estaria incumbida de um papel de figurante. Séneca, contemporâneo de um exemplo dessa contradição (Agripina), atribui a algumas das suas personagens trágicas femininas um discurso de teor político. Mediante a citação de passos das obras do multifacetado autor romano, Ana Fonseca (UC) aborda a frequente proximidade entre o discurso político feminino e masculino, com o intuito de realçar o entendimento comum aos dois géneros e, além disso, a visão que o género feminino tem do poder e dos procedimentos com ele relacionados. Em contexto romano, a mulher chega mesmo a ser alvo de culto, devido à sua intervenção política e social. Ora, a Cláudia Quinta (séc. III a. C.) e Flávia Júlia Helena (séc. III –IV) estão associados cultos, pagão e cristão respectivamente. Natália Nunes (UNL) analisa estas duas personagens históricas à luz da construção dos seus retratos. A estes nomes lembrados pela história, junta-se, nesta obra, o nome de Salomé no estudo de Ana Chora (UNL): “Salomé – poder de intervenção através da dança, baseada num mito da antiguidade”. A autora desenvolve o mito respeitante a esta figura bíblica, estudando as várias tradições e as influências que o mito absorveu do presente. De facto, a modernidade não se inspirou na antiguidade, antes se formou a partir desta.

O poder político e religioso confundia-se na sociedade espanhola do séc. XVIII – algo que não sucede tão claramente na sociedade romana. Cristina Cubo (UV) promove um percurso pelas duas sociedades, sublinhando a forma como, quando reduzida a uma condição cujo único espaço era o

doméstico e familiar, a mulher conseguia exercer grande influência sobre os poderes vigentes – por vezes, por via do misticismo. O sobrenatural sempre despertou um grande fascínio nas culturas de matriz judaico-cristã, ao ponto de ser uma fonte de poder social e até político. Nesse sentido, Lina Soares (UNL) evoca os exemplos de Macrina (séc. IV) e Clara de Assis (séc. XII-XIII) cuja importância no estabelecimento de uma posição feminina no seio da instituição religiosa cristã é paralela. Porém, a mulher foi alvo de vários retratos negativos ao longo da história e, no contexto da literatura latina, estes repetem-se frequentemente. Tanto que é possível apresentar “um catálogo de vícios femininos na *Fabula Togata*”, como demonstra Francisco Oliveira (UC). Porém, a sátira pode ser demonstrativa da importância que os elementos nela apresentados poderiam ter na sociedade. Neste caso, ainda que a sugestão imediata seja contrária, a mulher parece ter uma grande capacidade de influenciar os demais, actuando em campos que ultrapassam o meio político, exclusivo dos homens. Em boa verdade, isto é um reflexo da liberdade gozada pela mulher romana, apesar de lhe ser vedada a actividade política. Tal estágio só foi novamente alcançado e melhorado já na contemporaneidade, aquando da aprovação da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Este é o tema abordado por Zília de Castro (UNL) com o trabalho: “Cidadania, feminismo, livre pensamento”.

Ao longo dos tempos, o poder político e social fundamentou-se em variados elementos, consoante o estado, cultura ou religião em causa. Ora, a retórica e a arte de convencer as massas, os aliados e os inimigos foi seguramente uma das mais viáveis fontes de ascensão, manutenção e consolidação do poder. Por essa razão, alguns dos trabalhos contidos neste volume se dedicam ao estudo dos discursos de poder. Tal género discursivo não surgia apenas nos espaços de debate político; Cláudia Teixeira (UE) nota um exemplo claro em “*Tu regere Imperio Populos*: a matriz discursiva de Natureza Política na *Eneida* de Virgílio”. A autora analisa, mediante o comentário de episódios dos livros VI, VIII e XII, a matriz política associada à épica virgiliana, sublinhando a mensagem inerente ao governo de Octávio Augusto e, ao mesmo tempo, a própria manifestação política na literatura – ao apresentar-se um exemplo político para ser seguido na contemporaneidade do autor.

Subordinado ao subtema “As lutas sociais e políticas”, José Sales (Universidade Aberta) traz-nos um estudo sobre o conflito doméstico entre Horuennifer e Anchuennefer (207/206 e 187/186 a. C.). Este episódio da história do Egipto Ptolemaico é um exemplo de conflito envolvente das várias

facções interventivas na sociedade, neste caso concreto, entre o poder do governante – à partida o representante máximo religioso – e o clero tebano de Âmon. Foca-se o potencial conflito entre elementos ideológicos ou a forma como estes poderiam ser usados para obtenção e justificação do poder.

A definição da ideia promove a sua análise e consequente prática. Platão pretendeu apresentar nas obras *As leis* e *República* conceitos ideais, talvez com o intuito de os instigar como objecto concretizável. Partindo da crítica aristotélica e dos comentários de Karl Popper à obra de Platão, Giovanni Parmo (Università di Pisa e Tübingen) revê a oposição – não solucionada pelo filósofo grego – entre a *techné* e a *physis* e a sua aplicação à ciência política.

Ainda subordinado a este subtema, José L. Brandão (UC) reflecte sobre a tirania e a forma como esta era encarada negativamente pela sociedade romana. Suetónio terá definido alguns imperadores através dos vícios atribuídos a governantes históricos orientais. Esta caracterização, ainda que possa ter-se baseado em simples rumores, ajudou a denegrir a marca histórica de imperadores como Tibério, Calígula e Nero. Outro historiador, Flávio Josefo, relata um período conturbado da Palestina, quando os judeus de várias tribos se rebelavam contra os romanos e combatiam entre si. O motivo, refere Ivan Rocha (UNESP), seria o distanciamento de determinados grupos judaicos relativamente ao poder em exercício na região. Não se tratava propriamente de um combate pela preservação de uma identidade, mas de uma busca pelo poder que a legitime. Ana Ferreira e Alejandro González (Universidad de Valladolid) analisam em dois trabalhos os processos de acesso à cidadania romana de L. Cornélio Galo e A. Licino Árquías. Ainda que situações completamente distintas, estas evocam a importância de se ser um cidadão reconhecido pelo estado romano, de modo a aceder a direitos devidos ao cidadão e assumir um espaço no interior da identidade colectiva.

Este subtema encerra-se com o trabalho “Discursos do Poder ou a *Paideia* pelo mito – a luta dos Lápidas contra os Centauros ou a razão e a ordem contra o primitivo” de José R. Ferreira (UC). Pela exposição e breve análise do mito, o autor apresenta um conjunto de obras de arte que não só narram o mito, como introduzem elementos na sua configuração.

Esta obra apresenta-se ainda incompleta, face àquelas que foram as propostas do congresso que lhe deu origem. Este facto deve-se à sua divisão em dois volumes, de que este é o primeiro. A interligação temática entre os diversos trabalhos apresentados é pouco profunda. Mais uma vez, note-se o propósito da obra e o contexto em que esta surge. Sendo o resultado de um congresso cujos trabalhos apresentados foram elaborados de forma

autónoma, dentro de variadas disciplinas no âmbito das humanidades, entende-se perfeitamente o distanciamento dos conteúdos e sublinha-se a natural pertinência desta obra.

NELSON HENRIQUE DA SILVA FERREIRA

SILVA, Maria de Fátima Souza, BARBOSA, Tereza Virgínia Ribeiro (orgs.).

Tradução e recriação. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG/
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010. 319 p.

Jovens tradutores e comentadores se reúnem, sob a orientação segura de duas grandes pesquisadoras em estudos clássicos no Brasil e em Portugal, para apresentar resultados de suas pesquisas. O conjunto de 19 artigos abrange reflexões sobre tradução, recriação, adaptação, apropriação; análises de releitura dos clássicos em obras dramáticas; estudos da recepção de obras na antiguidade e modernidade; enfim, exposições da presença clássica em obras contemporâneas. Tudo isso alicerçado por ampla e atualizada bibliografia.

Na seção “Reflexões Introdutórias”, apresentam-se os textos das professoras orientadoras, que se diferenciam pelo tipo de tratamento dado ao tema. No texto “Os primeiros passos da tradução no testemunho de Heródoto”, Maria de Fátima Sousa e Silva, em acurado trabalho de citação de fontes, traça um histórico do que a autora denomina “primeiros esforços por uma compreensão linguística/tradução entre comunidades humanas” (p. 14). Apoiada em passos da obra do historiador Heródoto, a autora tece comentários acerca do surgimento do plurilinguismo, situando-o como uma necessidade decorrente do contato entre povos e da necessidade de expressão linguística do mundo estrangeiro, fascinante e sedutor. Ressalta a autora a preocupação do historiador grego em registrar minuciosamente, através, por exemplo, de exercícios tradutórios e/ou explicações etimológicas, as maneiras de romper a incomunicabilidade imposta por barreiras linguísticas.

O fascínio de Heródoto pela palavra traduzida e recriada, destacado por Sousa e Silva, está presente, de forma semelhante, também nos demais capítulos da obra.

No texto “O mito à enésima potência”, da professora Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa, o leitor é convidado, de forma inteligente e sedutora, a refletir sobre as recriações dos mitos gregos no teatro brasileiro, especificamente o de Édipo, na peça “Álbum de Família” de Nelson Rodrigues. Como introdução

à análise do texto dramatúrgico a autora expõe o sofisticado processo de reescrita, reapropriação, tradução e reinvenção dos mitos antigos e cita as diversas técnicas que possibilitam essa recriação: empréstimo de conteúdo, versões ou adaptações, transformações, modernizações, reinterpretações, deslocamentos, fragmentações ou despedaçamentos, bricolagem, dissoluções ou simples retomada da tradição. Aliado a isso, o variado enfoque dado ao texto de matriz mitológica garante-lhe vida longa e multiplicidade de olhares. A metáfora do Minotauro no labirinto é empregada por Barbosa para caracterizar Nelson Rodrigues, o escritor/toureiro que enfrenta a fera/mito produzindo um espetáculo/texto catártico. A autora destaca que, em cerca de cinco peças, Nelson Rodrigues recupera a estrutura da tragédia grega, mas é em “Álbum de Família” que ele amplia e intensifica o conflito de Édipo. Como conclusão, a autora ressalta o poder renovador do dramaturgo, capaz de transformar Dioniso em Rei Momo.

Na segunda seção, “Aspectos da Arte de Traduzir”, agrupam-se três textos que analisam traduções de textos dramatúrgicos clássicos para o português: *As Troianas*, de Eurípides; *Medeia*, também de Eurípides; *Hercules Furens*, de Sêneca. Destaca-se, especialmente, o estudo do processo de tradução pela própria tradutora nesse último trabalho.

A terceira seção (“O mito e suas importações”) traz textos que analisam a recepção de autores antigos ainda na Antiguidade Clássica: Sólon, por Heródoto e Aristóteles; Epicuro, por Lucrécio. A perspectiva de análise envolve aqui múltiplas dimensões de leitura/visão do mundo: a do autor comentado, a do autor comentador, a do tradutor da obra do autor comentador e, finalmente, a do pesquisador.

Na quarta seção (“Perenidade dos temas clássicos”), concentram-se investigações sobre a presença de personagens da tragédia grega, tais como *Medeia*, *Antígona*, *Édipo*, *Alceste*, em textos teatrais portugueses e brasileiros, bem como da apropriação de temas da comédia latina em obras ficcionais contemporâneas. Incluem-se ainda: um texto teórico sobre os conceitos de recriação, adaptação, apropriação e tradução; um estudo que se propõe a identificar temas clássicos em três narrativas kafkanianas; uma discussão acerca da pertinência do enquadramento do texto dramático *Le Cid*, de Corneille, no gênero tragicomédia. Nesse conjunto de textos, mais do que a perenidade dos temas clássicos, evidencia-se, na verdade, a perenidade dos traços genuinamente humanos traduzidos/recriados.

A última seção traz uma entrevista com a Profa. Dra. Maria de Fátima Sousa e Silva, direcionada a jovens tradutores. Com vasta experiência em

tradução de textos gregos para o público lusófono, a professora expõe os desafios dessa tarefa e ressalta a dificuldade da tradução do texto literário, que demanda fidelidade ao original, observação da ordem das palavras, repetições, variação vocabular, equivalências. A entrevista inclui, em formato didático, um passo a passo, interessante e útil, para facilitar o trabalho do tradutor: 1- informar-se sobre o tipo de texto a ser traduzido; 2- fazer uma primeira “tradução corrida”; 3- buscar traduções e comentários disponíveis; 4- revisar o rascunho; 5- rever os comentários e traduções; 6- empreender a leitura final.

SANDRA MARIA GUALBERTO BRAGA BIANCHET E HELOÍSA MARIA
MORAES MOREIRA PENNA (UFMG)

SILVA, Maria de Fátima, MARQUES, Susana H. (eds), *Tragic Heroines on the Ancient and Modern Stage*. Coimbra, Centre of Classical and Humanistic Studies 2010. ISBN 978-989-8281-41-8.

Since 2002, one of the activities of the international group of experts associated under the auspices of the very informal organization European Network of Research and Documentation of Performances of Ancient Greek Drama has consisted in organizing an annual summer school at Epidaurus. This is devoted to the ancient theatre, productions of Greek dramas in modern times, as well as exploring the European identity and European ideology through the presentation of Greek dramas. The graduates of these courses meet at symposia, where they inform one another of their further work and discuss subjects of common interest. Thus, meetings have been held in Prague (2006, leading to the publication *Staging of Classical Drama* around 2000, Cambridge Scholar Publishing: Newcastle 2007), in Epidaurus (2007), in Coimbra (2009) and again in Epidaurus (2010).

The little book, which is published from the budget of the symposium in Coimbra, contains a total of 7 contributions by doctoral workers and students in various countries of Europe – Greece, Portugal, Ireland, the Czech Republic and Poland. The subject was preset and devoted to tragic heroes on the antic and modern stage. It enabled focusing on an antique drama (Petros Vrachiotis, *Medea, Clytemnestra and Antigone: A psychological approach according to the tragedies and the myths under the frame of the patriarchal society*) and its productions (Anastasia Merkouri, *Medea's Sacrifice and the Unsatisfied Director*; Eliška Poláčková, *Seneca's Phaedra – an over*

passionate Heroine, Analysis of Hana Burešová's Faidra). The second part of the contribution concentrated on adaptations: Anastasia Remoundou-Howley writes about the Irish Mathew's *Antigone*, Susana Marques Pereira about the Portuguese *Antigone*, written by António Pedro, Krystyna Mogilnicka about the Polish *Elektra* of Krzysztof Warlikowský and finally there is also a surprising comparison of Euripides' *Phaedra* and the Indian Kalidas's *Urvashi* and Euripides' *Phaedra* as written by Bijon Sinha.

It is encouraging to observe the enthusiasm of the younger generation, its ability to find new subjects and suitable methodical approaches. This is certainly promising for the future. On the other hand, it is somewhat surprising to discover that there are so many new dramas inspired by Greek drama about which we have not been informed at all and that there are so many new productions that have escaped our attention. The price of the thin book is increased by the extensive introduction, written by two colleagues organizing the relevant summer school – Henri Schoenmakers of the University in Utrecht and Platon Mavromoustakos of the University in Athens. They outline the performance history and provide a brief and factual introduction to the aspect of productions of ancient drama.

EVA STEHLÍKOVÁ (BRNO, CZECH REPUBLIC)

SQUILACCE, Giuseppe, *Il profumo nel Mondo Antico*, Firenze, Leo S. Olschki editore, 2010, 292 pp. ISBN:9788822259837

Trata-se de um livro particularmente rico, em documentação e em reflexão e identificação das múltiplas funções da utilização de perfumes no Mundo Antigo, bem como da projecção destas no imaginário e no mito. O autor teve, diante de si, uma difícil tarefa, dada a diversidade de testemunhos, de fontes de vária natureza e do vasto âmbito cronológico abarcado.

O preâmbulo, da autoria de L. Villoresi, enquadra o texto de «Sobre os odores» de Teofrasto - em edição bilingue grego-italiano, antecedida de um breve estudo, da responsabilidade de Squilacce -, na sua época e na obra do autor. O carácter taxonómico do texto de Teofrasto é bem elucidativo da metodologia do discípulo de Aristóteles. Villoresi tem a preocupação de justificar a pertinência do interesse de filósofos pelo universo dos aromas e perfumes: tanto o perfumista como o filósofo buscam chegar à essência do que estudam (p. XI). A opção de Squilacce, de editar a versão – a primeira que do texto foi feita para língua

italiana – juntamente com o texto grego, tem em conta um público especializado, apto a julgar da qualidade da tradução, para o qual a terminologia dos aromas, no original, importa, inclusivamente para outro tipo de estudos.

A segunda parte da obra, “Profumi e sostanze aromatiche” é constituída por uma colectânea de testemunhos, colhidos em textos antigos gregos e romanos, cuja versão italiana é de autoria diversificada, sobre os aromas, o seu uso, a sua natureza, a sua associação à etiologia mitológica, desde Homero. À semelhança da estrutura da primeira parte, esta colectânea é antecedida por uma pequena introdução (pp.63-74) dedicada à arte da perfumaria, criação e conservação de perfumes, exemplos de associação do perfume ao mito. A parte final da obra contém uma preciosa lista de unidades de medida, uma secção de tabelas que visualizam a taxonomia teofrastiana sobre derivação das substâncias oloríferas, tipologia de perfumes, tipos de perfumes, métodos de criação das fragâncias, corantes, métodos de extracção das essências, designações e composição dos perfumes, designação das substâncias odoríferas, fragâncias masculinas e fragâncias femininas, conservação e duração dos perfumes. Tabela análoga é apresentada para Plínio, *História Natural*, XII-XIII, Ateneu e Corpus Hippocraticum (“Profumi e medicina”). Sobre os autores de que são utilizados testemunhos é, seguidamente, listada a identificação sumária de cada um. Não falta uma secção de mapas a ilustrar concepções de mundo dos autores citados (e. g. Heródoto) ou das extensões conquistadas por Alexandre e mencionadas nos testemunhos. Segue-se uma lista de abreviaturas, bibliografia e índices.

É notória e notável a preocupação, por parte do autor, de dotar o leitor do máximo de informação sobre o tema em apreço. Porém, esse afã de transmitir toda a informação possível leva a que, por vezes, ela corra o perigo de escapar a uma organização mais óbvia e a um critério mais uniforme. Para o leitor que tem acesso ao texto grego de Teofrasto e para quem são claros os textos dos testemunhos, é por demais conhecida a identidade de um Anacreonte, um Ateneu, Safo, de modo a tornar-se dispensável informação como, em relação a esta última (p. 238), “Poetessa nata e vissuta tra VII e VI secolo a. C. a Mitilena...”. Note-se que, além disso, tais nomes constam de um bom dicionário do Mundo Antigo. Dispensável seria, igualmente, a secção de mapas. Poupar-se-ia a obra a alguma dispersão.

Em contrapartida, se a lista de unidades de medida é útil, mais útil o seria se o autor registasse, com o termo traduzido, o termo grego.

O livro atesta o domínio da matéria versada e representa um excelente auxiliar a quem pretende estudar um tema não muito focalizado em relação

ao Mundo Antigo, pelo que é de saudar o aparecimento da obra, com a sua cuidada primeira versão italiana do texto “Sobre os odores” e o convite, a helenistas, a aderir a tal temática, pelo texto grego que acompanha a versão.

MARIA DO CÉU FIALHO

ZANETTO, G., Tempesta Martinelli, S., ORNAGHI, M. *Nova Vestigia Antiquitatis, Quaderni di Acme* 102, Università degli studi di Milano, Facoltà di Lettere e Filosofia, Cisalpino, Istituto Editoriale Universitario-Monduzzi Editore S.p.A., Milano, 2008, 228 pp., ISBN 88-323-6200-8.

Este volume recolhe os seminários ocorridos no Departamento das Ciências da Antiguidade da Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Milão durante os anos 2006 e 2007; à qual se associa uma série de estudos iniciada em 2002, prosseguida em 2004 e em 2007, coordenada por Violetta de Angelis, subordinada ao tema *Sviluppi recenti nella ricerca Antichistica*. Foi assumida a prática de, periodicamente, um colega do Departamento apresentar à sua equipa a sua investigação em curso, alvo de avanços ou de perspectivas em curso. Este *modus faciendi*, proposto pela então Directora, Violetta de Angelis, foi recebido pela comunidade científica envolvente como uma estimulante ocasião de fazer e de mostrar a ciência que se produz na área das Humanidades sem o tradicional constrangimento da submissão à eficaz tradução em resultados concretos e mensuráveis. Giuseppe Zanetto, o autor da *Premessa* que abre o volume, apresenta estes “appuntamenti seminariali” com a dupla valência simbólica de testemunharem a vitalidade de uma área de estudos que, por um lado, não rejeita nada que diga respeito ao Homem (parafraseando Terêncio) e que é, por outro lado, um sinal evidente da capacidade de promover acções comuns.

O volume apresenta, seguindo a ordem dos seminários, uma primeira parte (pp. 3-91) dedicada aos seminários de 2006; e uma segunda parte, que reúne os seminários de 2007. O teor das contribuições individuais, diversas na sua temática, metodologia e interesses, revê-se coerentemente dentro das duas áreas do saber que animam o Departamento das Ciências da Antiguidade, a saber, a filologia e a literatura, por um lado, e a arqueologia e a história, por outro. Assim, e numa sumária apresentação das contribuições, temos para o ano de 2006, no domínio da filologia e da análise literárias, por Filippo Bognini, “*La Rhetorica ad Herennium* nel *Breviarium* di Alberico di Montecassino” (p. 3-26);

por Matilde Caltabiano, “*Domina religiosissima et reverentissima ac praestantissima*: Agostino d’Ippona e Fabiola” (pp. 27-41); por Raffaele Passarella, “Interferenze tecniche, bibliche e poetiche nella língua di Ambrogio” (pp. 55-67). No domínio da arqueologia e história, temos, por Maria Teresa Grassi, “La ceramica a vernice nera di Calvatone-Bedriacum: dai cocci alla storia” (pp. 43-53); e por Lucio Giuseppe Perego, “Contributi della topografia storica all’analisi della gestione territoriale: il caso di Tarquinia in età orientalizzante e arcaica” (p. 69-91). No ano de 2007, temos, no domínio da Arqueologia e História, por Giorgio Bejot, “Le trasformazioni della città antica. Dalle campagne di scavo della cátedra di Archeologia e Storia dell’Arte Greca dell’Università degli Studi di Milano nel 2006” (pp. 95-113); por Marina Castoldi, “Oltre la chora. Nuove indagini archeologiche nell’entroterra di Metaponto” (pp. 143-160); por Alessandro Cavagna “L’oro dei Theoi Adelphoi” (pp. 161-182); por Christian Orsenigo, “Alexandre Varille e la stele di Ramessemperra del Museo di Vienne” (pp. 195-207). No domínio da filologia e da literatura, por Francesca Berlinzani “Timoteo di Mileto. Implicazioni ideologiche di un caso di censura musicale a Sparta” (pp. 115-142) e, finalmente, por Giuseppe Lozza, “Il *Contra Fatum* di Gregorio Nisseno” (pp. 183-194).

Estas contribuições, de natureza variada, foram submetidas, pela metodologia que lhes deu origem, à apreciação, juízo e comentário dos seus pares. Torna-se, por isso, evidente que o resultado emerge, para cada uma e em geral, como um amadurecido trabalho de reflexão e de exposição. No domínio da análise literária e da filologia, é clara, da parte dos temas escolhidos, a dedicação à literatura cristã e tardo-antiga: salienta-se a perspectiva da recepção da retórica clássica na teorização retórica medieval, em Filippino Bogninni; os aspectos prosopográficos recolhidos da análise cruzada da epistolografia de Santo Agostinho e de S. Jerónimo no estudo de Matilde Caltabiano, com o acrescido interesse de fornecer um importante caso de estudo para quem estuda a presença da mulher, particularmente das pertencentes à elite romana, neste fim da Antiguidade. Raffaele Passarella concentra-se nos aspectos linguísticos, retóricos e estilísticos da língua de Ambrósio de Milão e sua relação com o texto de partida (de que se ressalta o Grego bíblico), em particular nos géneros *ad dicendum*, ou seja, as *Expositiones* e *Commentaria* a passos bíblicos (suporte da exegese bíblica praticada na pregação) e as *Homiliae*. Utilizando os recentes recursos informáticos (ver n. 1, p. 55), a análise de dados objectivos produz sempre novidade, do ponto de vista científico. Giuseppe Lozza apresenta um estudo sobre o tratado *Contra Fatum* do

socialmente mais discreto, mas porventura teologicamente mais profundo, dos Padres Capadócijs, Gregório de Nissa, como as célebres e ainda hoje incontornáveis monografias do P. Jean Daniélou deixaram claro.

Os estudos referidos são lidos com gosto, pela novidade comportada, pelo modo como permitem confirmar e infirmar aspectos parciais de uma visão sobre a antiguidade tardia cristã que se tem vindo progressivamente a construir, tratando-se de uma área de estudos actualmente sujeita a um enorme dinamismo.

Da parte dos estudos arqueológicos, saliente-se a profundidade dos estudos de acordo com as especialidades desenvolvidas: a cerâmica (por Maria Teresa Grassi); a numismática (por Alexandro Cavagna); a egiptologia e museologia (por Christian Orsenigo). Devemos ainda menção aos estudos monográficos que resultam de relatórios de escavações desenvolvidas ou coordenadas pelos autores dos artigos, como são os estudos de Lucio Perego e de Marina Castoldi. O trabalho de Giorgio Bejor interpreta os resultados das escavações operadas em três áreas arqueológicas distintas, mas que apresentam características comuns na época tardia (séc. V): Nora, na Sardenha; Gortina, em Creta e Kyme, na Eólide (Ásia Menor).

Ainda o estudo de Francesca Berlinzani apresenta o interesse acrescido de ter por tema uma área de tão difícil acesso como é a da música na Antiguidade, e suas implicações sociais e políticas, a partir da análise de um decreto que condena as “más práticas” de Timóteo de Mileto, segundo o testemunho de Boécio no *De Institutione Musica*.

Todas as participações estão abundantemente anotadas e ilustradas (com óbvio destaque para as consagradas aos temas da arqueologia e da história). Faltará neste volume, porventura, na introdução de cada contributo, a explicitação de um resumo ou de palavras-chave, bem como de um texto que confira uma outra unidade para além da do espaço e lugar das conferências, na medida em que, valioso e pertinente nas participações individualmente consideradas, o leitor que a ele aceda procurará nele a sua estrita área e artigo de interesse. Nestas circunstâncias, este estudo soma participações individuais de qualidade, estatuto a que ele não foge e parece assumir explicitamente sob o significativo título de *Nova Vestigia Antiquitatis*. Produz-se, de facto, novidade científica, que corre o risco de, numa catalogação desastrada, se perder, por não haver uma indicação explícita da parte dos coordenadores quanto aos assuntos abordados.